

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**MARIO OLAVO DA SILVA LOPES**

**RETENÇÃO E EVASÃO: UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DA  
POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS, EM CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA  
UNIPAMPA**

**URUGUAIANA  
2023**

**MARIO OLAVO DA SILVA LOPES**

**RETENÇÃO E EVASÃO: UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DA  
POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS, EM CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA  
UNIPAMPA**

Tese de Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ensino de Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Edward Frederico Castro Pessano

**Uruguaiana  
2023**

**ESPAÇO PARA FICHA CATALOGRÁFICA**

**MARIO OLAVO DA SILVA LOPES**

**RETENÇÃO E EVASÃO: UMA AVALIAÇÃO DO IMPACTO SOCIAL DA  
POLÍTICA PÚBLICA DE COTAS, EM CURSOS DA ÁREA DA SAÚDE DA  
UNIPAMPA**

Tese de Doutorado do Curso de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Ensino de Ciências.

Tese de Doutorado defendida em Uruguaiana, 24 de novembro de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Edward Frederico Castro Pessano  
Orientador - Unipampa - PPGECQVS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina Braccini Pereira  
Unipampa - Uruguaiana - PPGECQVS

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marlise Grecco de Souza Silveira  
Secretaria Estadual de Educação - 10º CRE - Uruguaiana

---

Prof. Dr. Carlos Maximiliano Dutra  
Unipampa - Uruguaiana - PPGECQVS

---

Prof. Dr. Jeferson Rosa Soares  
UERGS – PPGSTEM

Dedico este trabalho a todos e todas que acreditam na educação, todos professores, professoras que se inspiram e são inspiração.

## **AGRADECIMENTO**

A caminhada é tão longa, gratificante e com tantos apoios que é difícil nomear. Muita gente contribuiu para esta obra, logo sem ser justo ou injusto, agradeço a todos e todas que em algum momento me motivaram a seguir em frente, e chegar até aqui. Em primeiro lugar agradeço a Deus, por ser minha força maior, minha fé. A meus pais (in memoriam), que sempre incentivaram minha jornada como professor e educador. A minha família, esposa Valquíria, como minha co-orientadora, e parceira de vida e meu filho Zezinho, a qual tudo que faço, é pensando em um futuro melhor para ambos, perdão pelas ausências. Em relação aos colegas é difícil nomear a todos, mas vamos lá aos mais chegados Karina, Rui, Luis “Cabelo”, Karla, Mara, Ícaro a todo o ComCiência, meu fraterno obrigado. Aos professores do PPG, que oportunizaram debates e discussões fantásticas, proporcionando um crescimento como ser humano. À banca, pelas críticas e contribuições na qualificação. Em especial ao meu orientador, Edward, amigo de longa data, e que em nenhum momento me deixou desistir. Obrigado a todos e todas.

“Nada adianta ser rico em conhecimento e pobre de espírito, cantar aos quatro ventos que sabe muito e humilhar as pessoas ao seu redor. O seu conhecimento deve ser uma forma de enobrecer as pessoas!”

David Ausubel

## RESUMO

Síndrome do SARS CoV - 19, eis algo que parou e proporcionou reflexões no mundo inteiro, pois foi neste contexto que iniciamos esta pesquisa, este ciclo de estudos, ninguém imaginava que aconteceria uma mudança tão drástica em nossa sociedade. As reflexões realizadas neste período, nos levaram a pensar em mudanças necessárias na educação, dentre essas mudanças e algumas ocorreram, estão por exemplo, as ferramentas tecnológicas na escola, onde durante a pandemia, os professores foram obrigados a utilizar, mesmo sem saber ao certo o que estávamos vivendo, nem como seria o amanhã. Dentro destes aspectos de mudança, vivenciamos nos últimos dez anos vários processos relacionados às políticas públicas de acesso ao ensino superior, dentre estes as cotas universitárias, como uma forma de incluir o aluno dentro das universidades. Estas cotas são dedicadas a alunos, em sua maioria de baixa renda e pretos, e que, durante a pandemia foram extremamente prejudicados em função de uma educação não preparada para atendê-los, ou pela evasão e abandono dos bancos escolares, em detrimento do trabalho para poder auxiliar a família. Esta pesquisa, consistiu em analisar os fatores que levam os educandos dos cursos da área da saúde a evasão e retenção, na Unipampa, contribuindo para com a sociedade em especial a Universidade, analisando situações encontradas pelos alunos ingressantes através das ações afirmativas, buscando responder a seguinte proposição: Existe diferença entre as taxas de retenção e evasão entre os estudantes cotistas e não cotistas dos cursos de graduação da Unipampa, na área da saúde? Como metodologia, apresentamos em linha geral, um levantamento, bibliográfico para dar todo o aporte teórico a esta pesquisa, bem como desenvolvemos um artigo, que utiliza a metodologia do estado da arte, e outro manuscrito que analisa de forma quantitativa e qualitativa os dados sobre evasão e retenção. No que se refere às análises quantitativas, os dados foram obtidos a partir de informações do banco de dados do sistema GURI (Gestão Unificada dos Recursos Institucionais) e SIE (Sistema de Informações para o Ensino), junto à secretaria do Campus Uruguaiana. Utilizamos também informações públicas no site da Unipampa. Analisando os dados, a tese revelou que o curso com maior evasão é o curso de Farmácia, e que é necessário buscar a reflexão e ação sobre a evasão e retenção dos alunos cotistas, especialmente, que mostrou-se sendo em número superior aos não cotistas, sendo importante o desenvolvimento de discussões sobre o tema.

Palavras-chave: Ações afirmativas, cotas, evasão, retenção, cursos da saúde.



## ABSTRACT

SARS CoV - 19 Syndemic, this is something that stopped and provided reflections around the world, because it was in this context that we started this research, this cycle of studies, no one imagined that such a drastic change would happen in our society. The reflections carried out during this period led us to think about necessary changes in education, among these changes and some that occurred, there are, for example, technological tools at school, which during the pandemic, teachers were forced to use, even without knowing for sure what we were experiencing, nor what tomorrow would be like. Within these aspects of change, over the last ten years we have experienced several processes related to public policies on access to higher education, including university quotas, as a way of including students within universities. These quotas are dedicated to students, the majority of whom are low-income and black, and who, during the pandemic, were extremely harmed due to an education not prepared to serve them, or due to evasion and abandonment of school benches, to the detriment of work. to be able to help the family. This research consisted of analyzing the factors that lead students on health courses to drop out and be retained at Unipampa, contributing to society, especially the University, analyzing situations encountered by incoming students through affirmative actions, seeking to respond to following proposition: Is there a difference between retention and dropout rates between quota and non-quota students on Unipampa undergraduate courses in the health area? As a methodology, we present, in general, a bibliographical survey to provide all the theoretical support for this research, as well as developing an article, which uses state-of-the-art methodology, and another manuscript that analyzes in a quantitative and qualitative way the data on evasion and retention. With regard to quantitative analyses, the data were obtained from information from the database of the GURI system (Unified Management of Institutional Resources) and SIE (Teaching Information System), at the Uruguiana Campus secretariat. We also use public information on the Unipampa website. Analyzing the data, the thesis revealed that the course with the highest dropout rate is the Pharmacy course, and that it is necessary to seek reflection and action on the dropout and retention of quota students, especially, which proved to be higher in number than non-quota students. , making it important to develop discussions on the topic.

Keywords: Affirmative actions, quotas, evasion, retention, health courses.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cursos da Área da Saúde	28
Quadro 2: Total de matrículas e evasão	29
Quadro 3: Tipo de concorrência no SiSU (vigência 2013-2017)	58
Quadro 4: Tipos de concorrência no SiSU (vigência 2018-2019)	59
Quadro 5: Ordem prioritária para ocupar vagas remanescentes	60
Quadro 6: Ações da PRAEC em assistência ao educando da Unipampa	66
Quadro 7: Estrutura do Plano de Permanência da Unipampa	67
Quadro 8: Ações realizadas na tese	77

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABRUEM - Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais.  
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior  
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
CAER - Comissão Especial para Acompanhamento da Evasão e Retenção  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CF - Constituição Federal  
CNE - Conselho Nacional de Educação  
CONSUNI - Conselho Universitário  
CP - Código Penal  
CTS - Ciência, Tecnologia e Sociedade.  
CTSA - Ciência, Tecnologia, Sociedade e Ambiente  
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica  
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio  
GDF - Governo do Distrito Federal  
GURI - Gestão Unificada de Recursos Institucionais  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica  
IDH - Índice de desenvolvimento humano  
IES - Instituição de Ensino Superior  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação.  
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, +  
(engloba todas as outras letras, inclusive a de pansexualidade).  
MEC - Ministério da Educação  
MPDFT - Ministério Público do Distrito Federal e Territórios  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil  
PNLD - Plano Nacional do Livro Didático  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPC - Projeto Pedagógico do Curso  
PRAEC - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários  
PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura  
REUNI - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SARS-CoV-2 - Síndrome Respiratória Aguda Severa, Coronavírus 2 ou 19.

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SEST - Serviço Social do Transporte

SIE - Sistema de Informações para o Ensino

SiSU - Sistema de Seleção Unificada

SJC - Secretaria de Justiça e Cidadania

SUS - Sistema Único de Saúde

UFPel - Universidade Federal de Pelotas

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

1- Apresentação	15
2- Considerações Iniciais	
2.1- Conjuntura inicial - Reset the World - Sindemia	17
2.2 - Educação e sindemia - mudar é preciso	20
2.3- Educação e etnicidade - aproximação necessária	22
2.4 - Ensino Superior - oportunizar a minoria	24
3 - Justificativa	28
3.1- Problema de pesquisa	30
3.2- Hipótese	31
4- Objetivos	
4.1- Objetivo geral	32
4.2- Objetivos específicos	32
5- Referencial Teórico	33
5.1- Os caminhos da etnia negra no Brasil	34
5.2 - África em nosso cotidiano escolar	40
5.3- Da escola a universidade - o processo educacional e as relações étnicas	43
5.4- A diversidade étnico-cultural e educação em ciências, um enfoque CTSA	48
5.5- Disparidades sociais e a Universidade	51
5.6- O sistema de cotas como uma ação afirmativa	52
5.7- Política de ações afirmativas e novas formas de ingresso: O SiSU	55
5.8- O processo de evasão e de retenção na universidade	61
5.9- Ações de permanência do estudante na Unipampa	65
5.10 - Breve descrição dos cursos da área da saúde	68

5.10.1- Curso de Enfermagem	69
5.10.2 - Curso de Fisioterapia	70
5.10.3- Curso de Farmácia	71
5.10.4- Curso de Medicina	73
6- Delineamento metodológico	75
7- Desenho da pesquisa	77
8- Resultados e Discussão	78
8.1- Artigo 1	
<i>O fenômeno da Evasão em Cursos de Bacharelado na Área da Saúde: Uma análise através das Dissertações e Teses na Biblioteca Digital Brasileira</i>	79
8.2- Manuscrito 1	
<i>Ações afirmativas na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) uma análise sobre evasão e retenção</i>	97
9- Discussão geral	121
10- Considerações Finais	124
11- Perspectivas	125
12- Referências bibliográficas	126

## 1. APRESENTAÇÃO

A presente tese intitula-se: Retenção e evasão: uma avaliação do impacto social da política pública de cotas, em cursos da área da saúde da Unipampa.

O estudo inicia-se a partir de dúvidas e inquietações sobre a relação entre negros, indígenas e demais cotistas, ações afirmativas e bancos escolares. Como professor de escola pública e privada, há duas décadas, sempre percebi a ausência, ou pequeno número de alunos negros em nossas sala de aula, o que me levou durante o mestrado a pesquisar a relação entre a presença de negros nos livros didáticos, ao seguir meus estudos e leituras, me deparei com muitas discussões no ensino médio e no ensino superior sobre o sistema de cotas e acesso ao ensino superior.

Muitas vezes estas discussões não têm fundamento teórico, ou seja, os jovens que debatem tal tema não têm conhecimento do funcionamento do sistema de cotas e do acesso ao ensino superior.

Relacionando a estas discussões, percebo que a sociedade pré julga os alunos cotistas, como aqueles que não concluem os cursos, logo, foco em estudos, para buscar identificar se isto ocorre, ou se é apenas uma falácia social.

Buscando analisar os fatores que levam os educandos dos cursos da área da saúde a evasão e retenção, no Campus Uruguaiana da Unipampa, entre cotistas e não cotistas, onde poderemos inferir ações que auxiliem a instituição a minimizar eventuais dificuldades.

A escolha dos cursos da área da saúde ocorreu sob três aspectos. Primeiro porque vivemos um período sindêmico (SARSCov-19), agora pós sindemia, logo, os cursos desta área tiveram uma valorização, e possível procura pelos acadêmicos nos últimos anos. Em segundo, devido ao status social que é aparente nestes cursos e a alta procura pela sociedade. Em terceiro lugar, a Universidade em estudo, Unipampa, é nova no contexto universitário brasileiro, fundada em 2006; dessa forma buscamos dar um retorno para a Universidade, mostrando como este processo da evasão e retenção tem afetado ou não os cotistas e não cotistas.

Inicialmente analiso os níveis de evasão e retenção nos cursos da área da saúde. Neste contexto, surgem possíveis debates acerca de ações afirmativas, sistemas de cotas, evasão, retenção, sobre os quais busco colaborar para a disseminação de reflexões, de forma proativa na comunidade educativa.

Acredito que essas ações podem estimular e promover um maior conhecimento sobre as ações afirmativas e suas consequências, bem como um maior entendimento sobre o processo de entrada e saída de acadêmicos nos cursos da área da saúde, através de análise de dados de cunho

público sobre os cursos e discentes, proporcionando uma maior compreensão destes assuntos tão polêmicos.

Por fim, apresentamos o formato da tese, que está estruturado nas seguintes partes: Introdução, onde é apresentado o Tema Central, o Problema e a Justificativa; Objetivos, Geral e Específicos; Revisão Bibliográfica, que apresenta uma breve análise do referencial que sustenta a tese; Metodologia que descreve brevemente os procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados, seguida dos Resultados em formato de artigo, quando publicado, ou de manuscrito a ser submetido para alguma revista; Discussão geral, a respeito dos resultados alcançados. Considerações Finais, apresentando nossa posição quanto aos resultados alcançados; Perspectivas, breve descrição de futuro; Referências Bibliográficas, que contêm apenas as citações apresentadas na estrutura do trabalho, uma vez que os manuscritos têm suas referências em sua própria composição.



## 2- CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### 2.1- Conjuntura inicial - *Reset the world* (Reinicie o mundo) - Sindemia

Estamos vivendo atualmente um momento pós sindemia SARS COV 2 e muitas coisas em nossa aldeia global foram alteradas e se tornaram perceptíveis por cada um de nós. Faz necessário, justificar o uso da expressão “sindemia”, de acordo com o médico e antropólogo estadunidense Merrill Singer, a expressão refere-se a junção de duas ou mais doenças, ou seja, neste caso, a COVID-19, aliada a patologias, já recorrentes, câncer, infecções, doenças cardíacas, entre outras. Logo, muitas mudanças iniciaram com este processo sindêmico, profissionais de diversas áreas, tiveram que se adaptar, transmitir informações via *home office*, jornalistas transmitiam de suas casas, para a central de mídia, as grandes corporações, multinacionais ou transnacionais, optaram por deixar os seus colaboradores em *home office* (trabalhar a partir de casa) também, isto no mundo inteiro, na educação, não foi diferente, nós professores tivemos que aprender a usar as tecnologias, para continuar dando nossas aulas, agora de maneira remota.

Muitos países praticamente não sabiam o que fazer, qual a melhor ação, *lockdown* (quando o estado, restringe a circulação de pessoas), distanciamento social, imunidade de rebanho, enfim, tantas mudanças, tantos problemas, como enfrentá-los? Não temos uma resposta única, mas aos poucos as nações e a sociedade foram se organizando, realizando ações, que permitiram o combate ao vírus e as mazelas causadas por ele.

Diante de tantos negacionismos e acertos por inúmeros líderes políticos nos deparamos, em especial em nosso país, com líderes que não acreditavam (ou passam uma imagem que não acreditam) na sindemia. Mais uma vez percebemos uma polarização política em nossa nação, aqueles que querem ter cuidado com a sindemia e aqueles que defendem a não existência da mesma. Tudo isto está relacionado a uma mudança no palco político de nosso país, que tem passado por mudanças, novas lideranças, influenciadores políticos, alguns repetindo ideias retrógradas de décadas passadas, mas temos muitos novos líderes, em especial lideranças femininas, mostrando a força que este movimento vem desenvolvendo e ganhando nos últimos anos.

Percebemos que mesmo ocorrendo a mudança na esfera política nacional, algumas ideias, práticas, discursos continuam sendo defendidos por muitos de nossos líderes, como por exemplo ações de combate às desigualdades, políticas sociais de inclusão. De acordo com Montañó (2012), é necessário que o Estado possibilite condições para a prosperidade de determinado grupo social, pouco favorecido, empobrecido principalmente com o advento da pandemia.

No Brasil em especial, tivemos o pagamento do auxílio emergencial durante o processo sindêmico, atitude realizada pelo governo federal, ação que foi louvável em função de que devido

ao processo, muitas pessoas perderam o emprego, muitos outros eram trabalhadores informais, e não tiveram como conseguir o seu sustento. Infelizmente, tivemos neste processo todo, mais uma vez a ação corruptiva, fazendo com que muitas pessoas que necessitavam de tais valores, não o recebessem.

Esta ação relatada na imprensa escrita, virtual, televisiva diariamente nos últimos anos, tem mostrado muitas insatisfações da população relacionado às ações políticas e às ações financeiras como o auxílio emergencial. Isto somado a índices relacionados à economia de nosso país, políticas públicas não executadas pelos entes colaborativos da república, e uma corrupção endêmica em nossa sociedade, em especial nas áreas de gestão pública, que gera um grande ônus ao nosso país (SOUZA e LAMOUNIER, 2006).

Destacamos aqui outros dois aspectos neste momento sindêmico: educação e desigualdade social, ambos relacionados com os temas abordados anteriormente. Realizando uma breve reflexão, quanto mais corrupção tivermos em nosso país, menos investimentos ocorrem na área da educação, e porventura, muitos educandos, não terão a oportunidade de ascenderem socialmente de seus ambientes socioeconômicos adversos.

A desigualdade social em nossa nação foi muito discutida neste período nebuloso e adoentado de nossa sociedade. Esta desigualdade é histórica, um problema difícil de ser resolvido, ou talvez, com pouca vontade política de muitos de nossos líderes em resolvê-lo. Diversos líderes passam pela governança de nosso país, muitos querem e tentam reduzir a desigualdade, outros passam de largo em relação a este assunto.

Sobre esta questão econômica, vejamos que, de acordo com dados do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), podemos verificar mudanças no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O IDH é uma maneira de mensurar, de forma resumida, ações de longo prazo em três áreas do desenvolvimento humano, a saber: renda, educação e saúde. A criação deste índice relaciona-se como um contraponto ao Produto Interno Bruto (PIB), esse último trata apenas da questão econômica.

Logo, de acordo com o IDH em um ranking de 189 países, no ano de 2018 (pré sindemia) o Brasil estava na posição 79º, já no ano de 2019 (não sindêmico, pois o processo pandêmico iniciou-se em dezembro de 2019) a posição do Brasil foi 84º, uma queda de cinco posições, de acordo com o relatório do PNUD, não estando relacionada com os danos econômicos gerados pela sindemia. Ressaltamos que no próximo relatório nós teremos índices que apontam as questões sindêmicas e ações nefastas ou assertivas de governantes, pois estas refletem diretamente nos índices mensurados pelo IDH, saúde, renda e educação.

Então, percebemos uma relação direta entre estes fatores mensuráveis, principalmente nos últimos anos supracitados (2018, 2019 e 2020), porque tivemos um processo pandêmico que envolveu todas as nações do mundo, fazendo com que a economia nacional e internacional fosse afetada, aspectos que influenciaram diretamente na renda da população, algumas pessoas aumentaram a sua renda (concentração de renda nas mãos de poucos) e uma massa da população mundial, em especial a brasileira teve uma perda em sua renda, parcial ou total. Ambos os aspectos influenciaram na educação de nossas crianças, jovens e adultos.

## 2.2- Educação e sindemia - mudar é preciso

A educação foi uma das últimas ações, no momento sindêmico, pensada pelos sistemas de gestão pública, sendo que em um primeiro momento, simplesmente as aulas presenciais foram canceladas, e a maioria da comunidade escolar ficou aguardando orientações.

Logo, iniciamos um sistema de ensino remoto, denominado de *Home School* (aulas a partir de casa), em contraponto ao *Home Office*. Nesta modalidade, conseguimos dialogar com os educandos através de salas de aulas virtuais, espaços em que professores e alunos tiveram que adaptar-se para esta nova realidade.

Mas nem tudo é um jardim florido, nos deparamos com um abismo de diferença, no qual observamos que os alunos de nossas instituições de ensino privado têm acesso à internet e aos mecanismos para realizar este acesso. Já nossos alunos das instituições públicas, muitas vezes não têm o mesmo, e neste momento economicamente falando, muitos de nossos alunos, em especial nas periferias, tiveram que abandonar seus estudos para trabalharem junto aos seus familiares, com intuito de sobreviverem a tal momento.

Salientamos aqui, o momento profissional dos professores, muitos tem inúmeras dificuldades ou resistências em utilizar as tecnologias, e durante o processo sindêmico, tiveram que se adaptar, buscar formas de realizar suas aulas de maneira remota, para muitos profissionais, foi um momento desesperador, muito adoeceram, mas com certeza uma grande aprendizagem para todos, apesar de que muitos professores ainda tem certa dificuldade com as tecnologias.

Neste cenário, pensamos ser necessário falar brevemente sobre um ponto que foi crucial para o abandono dos jovens nas escolas públicas durante a pandemia e tem sido determinante muitas vezes para que o jovem possa seguir seus estudos no que diz respeito ao universo acadêmico, falamos em evasão escolar.

Logo, esse fenômeno que ocorre em todos os níveis de ensino (FELICETTI; FOSSATTI, 2014); (LOBO, 2012): a evasão, nem sempre é debatida como deveria. Mas nos últimos anos, temos alguns estudos e muitos debates sobre este processo, pois a evasão acaba interferindo diretamente e de forma negativa, nos professores de formação acadêmica e gestão universitária, que muitas vezes acaba gerando um problema de ordem financeira às instituições (GOMES et al., 2010).

Como todo o processo de pesquisas acadêmicas, sabemos que quanto mais estudos sobre uma área ou tema é realizado, a abrangência acaba sendo maior e suas compreensões também, para que possamos buscar os fatores determinantes destas ações (LOBO, 2012). Outro aspecto que destacamos é que socialmente ou popularmente nos corredores de nossas instituições e escolas, em

conversas informais, dialoga-se falando sobre o sistema de cotas, seus ingressantes e como estes decorrem seu processo de acesso, permanência e conclusão de seus cursos superiores.

Pensamos que indiferente às questões políticas ou de gestão, temos que ter a ideia de que educação é um assunto que historicamente em nossa sociedade é debatida por toda a sociedade, não apenas por profissionais desta área. Percebemos que toda vez que o Estado acaba valorizando as ações educativas, temos um desenvolvimento de todas as áreas diretamente ou não interligadas à escola e com a sociedade. Como professor que sou, penso que todas as nossas ações podem colaborar para que no futuro possamos ter maior comprometimento da sociedade com a educação, uma cultura do estudo, da busca pelo conhecimento, pela ciência e não apenas esta cultura da rede social, das *fake news*, entende-se por este último, as informações, notícias falsas, inverdades.

A desigualdade social em nosso país acaba por interferir em um aumento nas relações do educando com a permanência na escola e seu aprendizado, muitas vezes estes jovens precisam auxiliar na aquisição de renda familiar, fazendo com que isso influencie em seu desempenho no banco escolar. Em relatório do MEC sobre o IDEB no ano de 2019, o próprio governo reconhece os problemas enfrentados em relação à evasão escolar, quando salienta que os índices registrados foram melhorados em todos os níveis da educação, mas salienta que a pandemia pode forçar a evasão no Ensino Médio e que devemos combatê-la (MEC/IDEB 2020). Percebemos que o sistema público ignora, ou não relaciona que a evasão poderá ocorrer em todos os níveis de ensino, principalmente nas escolas de periferia.

Já apontamos características da educação básica, agora vamos abordar o aspecto relacionado a educação em nosso país, o ensino superior. Uma nação consegue maior desenvolvimento social, político, ético, científico, humano, se ocorrer um fortalecimento da educação superior.

Em nosso país, temos uma cultura de que uma das formas, se não a principal de ascender socialmente, é o ensino superior. Sabemos que na conjuntura econômica que vivemos, ter o curso superior não quer dizer que você está com a vida ganha, mas a chance de ir para o mercado de trabalho com provisões salariais; melhores do que aqueles que não têm o ensino superior, é grande.

O Estado tem como uma de suas premissas, proporcionar condições para que a população tenha oportunidades igualitárias de acesso ao Ensino Superior e oxalá pudesse ser através de uma educação básica de qualidade e com equidade em todas as camadas sociais e claro gratuita.

Mas, no cenário em que vivemos, ainda temos inúmeros conflitos e preconceito entre as etnias e a hostilidade, o menosprezo e o sentimento de superioridade de algumas etnias sobre o povo negro se manifesta. Esta problemática tem ocorrido com frequência no Brasil e no mundo, segundo Silva (2011) “o ocultamento da diversidade no Brasil que o vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade”.

### **2.3- Educação e etnicidade - aproximação necessária**

Quando olhamos para a nossa composição social e percebemos uma diversidade racial e cultural, podemos pensar que é uma coincidência o negro ser o mais pobre, desempregado e de menor escolaridade. Como aponta Barbosa (2002), seguimos percebendo que é o mais afetado pela pandemia e recebe os menores salários. Percebemos que tudo passa a ter como características as questões de racismo, onde Almeida (2018) corrobora com esta colocação, enfatizando que temos uma conformação histórica, na qual o racismo opera como uma forma sistêmica de discriminação, através de práticas conscientes ou não, com desvantagens a determinado grupo.

Em nossa sociedade é complexo entender o ódio do outro, legitimado pelo medo do outro, isto nos é passado desde a infância, como atitudes infantis, mas ainda persistentes. A sociedade teme o diferente, parece que recusa o que o outro compartilha, a convivência, a humanidade.

Outra percepção, ainda de acordo com Barbosa (2002), a sociedade precisa de um ser humano considerado estranho, não-cooperativo, não-civilizado, este ódio, acabou sendo legitimado no Brasil, por elementos e mecanismos que propuseram tais exclusões. Do advento da Proclamação da República até a eleição de Vargas, período intitulado de República Velha (1889-1930), muitas cidades do Brasil excluía os negros de seus educandários. Após este período, esta exclusão continuou disfarçada de expulsão, evasão, retenção ou a famosa “lista negra”.

Algumas observações possíveis de serem construídas em nosso país estão vinculadas à etnocultural negra, que ocupa muitas vezes o último lugar em nossa sociedade e/ou muitas vezes é negado a esse grupo, branco elite que mantém um imaginário e ações racistas.

Nas obras de Barbosa (2002) e Almeida (2018), ambos debatem que a comunidade negra, é um grupo fundamental para a construção de nosso país, em vários sentidos. Mas tem uma experiência histórica negativa, escravidão, que transformam toda e qualquer democracia racial em um processo lento. Na educação acaba vindo à tona um processo de melhorias para esta comunidade, como as ações afirmativas, estas, tem são políticas de combate a discriminações, étnicas, sociais, entre outras. Estas ações, visam proporcionar a participação de minorias sociais em processos políticos, sociais e educacionais.

Ao falar em comunidade, este espaço acaba transformando a ordem social, proporcionando muitas vezes rupturas com a ideologia cultural dominante. Ou seja, em nossas comunidades, em especial a negra, temos um componente negro, do negro e para o negro, sua identidade, mas que muitas vezes acaba sendo usurpada pelos brancos, ou não negros. Isto por que esta cultura se desloca, como afirma Burke (2003), devido ao fato de vivermos em uma sociedade, multicultural.

Este processo multicultural acaba permitindo nos focar as minorias sociais, grupos sociais que não são minorias em números absolutos, mas sim, em destaque social, voz e participação ativa

em nossa sociedade. Como trás Skidmore (2012), em nossas periferias ou áreas centrais, temos conflitos entre quadrilhas, forças de repressão, polícia, vandalismo, muitas vezes atribuídos a algumas minorias sociais e estas ações muitas vezes vedam o convívio cultural dos negros.

Todavia, quando recusamos trabalhar com a diferença, em uma sociedade multicultural, acabamos por excluir alguém, o diferente, isso faz com que nossa sociedade consuma muita energia com práticas negativas e que não reduzem o preconceito, racismo, etc.

Precisamos de um grande esforço em nossa sociedade para permitir que ações de exclusão, sejam reduzidas, oxalá fossem esquecidas no mundo, sonho, utopia. Pois como afirma Almeida (2018), citando Hegel, filósofo dos séculos XVIII e XIX, este que durante o movimento iluminista afirmou que os africanos seriam “seres sem história, bestiais, envoltos a ferocidade e bestialidade”. Nesta análise percebe-se a associação do negro com animais, seres sem cultura, na visão europeia, e nestes dois séculos, este preconceito tem piorado em muitos lugares do mundo.

Acreditamos que independente do que ocorreu na história da humanidade, temos que ser sujeitos históricos, acionários e permitir reflexões e ações que possam possibilitar o crescimento de ações não racistas. “Não importa o que aconteceu, encontre um culpado.” (BARBOSA, 2002), enfatizando que devemos buscar resolver estas situações e não deixar para o amanhã.

Em uma sociedade culturalmente híbrida, conforme Burke (2003), geralmente os culpados são identificados pela sua posição social, ou possuem indicadores étnicos - pele. Então acreditamos que devemos unir esforços para que possamos como universidade, como cientistas, propor reflexões, indicativos, ações para que nossa sociedade reflita toda e qualquer ação que destrata as minorias sociais, negros, mulheres, ameríndios, comunidade LGBTQIA+, todos e todas que precisem de uma voz. Em especial, vamos trabalhar com a etnia negra e a ação afirmativa, cotas.

## 2.4- Ensino Superior - Oportunizar a minoria

Em relação a estes aspectos, percebemos que não passa única e exclusivamente por uma busca unitária, mas sim, pelo desejo de uma parte da população em combater as mazelas das desigualdades que ocorrem em nossa nação. Mas, necessitamos de uma força política, coesa, que ao observar políticas públicas inclusivas, como as ações afirmativas, possam pensar em acesso ao ensino superior, bem como a permanência do aluno, para evitar o processo de evasão e ou retenção.

A expansão do ensino superior nos últimos anos, principalmente de instituições federais, permitiu ou promoveu o aumento da oferta de vagas, em áreas geográficas que anteriormente não tinham acesso a instituições gratuitas, proporcionando uma democratização do acesso ao ensino superior.

Devemos pensar e defender nossas instituições de ensino com a ideia de que estas têm um papel grandioso no contexto educacional e no contexto social em que estão inseridas. Segundo a CF de 1998, em seu artigo 207, “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Nesta conjuntura, dos anos 2000 até o presente, destacam-se algumas ações promovidas pelo MEC, relacionadas ao ensino superior público. Ação primeira: Programa de Expansão da Educação Superior Pública / Expandir; este com ações focadas entre os anos de 2003 a 2006, logo, seu objetivo foi a interiorização das universidades no território brasileiro, levar ensino superior público e gratuito a regiões desassistidas. A segunda ação governamental foi a ampliação do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão de Universidade Federais), no período de 2007 a 2012, este plano traçou como meta para sua execução; proporcionar às universidades condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência (BRASIL, 2007):

Somando ao que já elencamos, trazemos à tona a criação da “lei de cotas”, que foi proposta como uma forma de universalizar o acesso ao ensino superior público em nosso país, proporcionando uma democratização no acesso. A referida Lei nº 12.711 / 2012, versa sobre vagas para estudantes de escolas públicas e também de algumas divisões percentuais para alunos baixa renda, ameríndios e negros, este dispositivo legal, vem somar a ações para a redução das desigualdades em nosso estado.

O lugar em que estudamos e que será nosso *locus* de estudo, a Fundação Universidade Federal do Pampa (Unipampa), é fruto de um enorme esforço realizado por muitas mãos. A referida instituição foi criada pela Lei federal nº 11.640 de 11/01/2008, e está situada em dez municípios do sul e da fronteira oeste do Rio Grande do Sul: Alegrete, Bagé (Reitoria), Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.



Através de um acordo de cooperação entre o MEC, a UFPel e a UFSM; foi proporcionado que as atividades de ordem administrativas e acadêmicas pudessem iniciar anteriormente a promulgação da lei, no ano de 2006. Antes da criação da Unipampa, o estado do Rio Grande do Sul possuía instituições superiores de ensino pública nas cidades de Santa Maria (UFSM), Pelotas (UFPEL), Rio Grande (FURG) e em nossa capital, Porto Alegre (UFRGS).

O processo de inclusão e regionalização da Unipampa na fronteira sul e oeste do estado, proporcionou o acesso ao ensino superior. É uma possibilidade de um futuro melhor para a juventude e adultos, que desejam ingressar no ensino superior.

Ressaltamos uma descrição de um relatório do MEC, denominado de “A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014”, este texto nos traz a ideia de que “o processo de democratização compreende reverter o quadro no qual ir à universidade é opção reservada às elites” (BRASIL, 2014, p. 19). Fazemos um bom debate sobre o que seriam as “elites”. Podemos nos referir de duas maneiras a denominação de elite.

Podemos considerar elite, aquelas pessoas que moram próximo às cidades que possuíam instituições de ensino superior anteriormente à fundação da Unipampa, ou seja, elite no sentido de serem privilegiadas de terem em seus municípios ou proximidades tais instituições. E também podemos designar de elite, aqueles que poderiam pagar, cursos preparatórios para passar nos concorridos vestibulares de tais universidades. E que devido a pertencerem a classes financeiras mais abastadas, poderiam manter seus jovens longe de suas cidades natais (caso quisessem estudar fora), arcando com um investimento alto, envolvendo moradia, transporte, recursos básicos.

A expansão do ensino superior nos faz pensar em outros aspectos, fatores, que devem ser refletidos. Temos hoje uma forma de ingresso diferente no ensino superior, os tradicionais e concorridos vestibulares locais abriram espaço para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), este proporciona uma concorrência de toda a nação, por determinada vaga em uma universidade. Esta ampliação de oferta de vagas, traz ao espaço universitário, jovens e adultos de diversos contextos, sendo complexo inferir se a evasão e retenção, está associada apenas à sua vida estudantil pré universidade.

Temos uma situação vivenciada em nossa sociedade que demonstra a necessidade de a universidade responder aos anseios da comunidade em geral. Informações da página da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Avaliação (Proplan) da Unipampa mostram por exemplo, que no ano de 2019, 1.026 alunos concluíram suas graduações nos dez campus. Mas, inversamente a estes dados, 2.351 alunos evadiram da universidade, os principais motivos que levam à evasão são o abandono de curso e o cancelamento de matrícula.

Percebe-se aqui um grande problema, devido aos dados observados, temos o número de evadidos, bem superior ao número de alunos concluintes. A instituição está preocupada com este problema, reconhecendo que é uma situação crítica, no Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019 é discutido o referido assunto com algumas possibilidades de resolução deste problema (UNIPAMPA, 2020, p. 58):

Entre os desafios atuais, está o combate aos altos índices de evasão e retenção. Segundo o Relatório Andifes (2018), a evasão de estudantes é um fenômeno complexo e comum às instituições universitárias no mundo contemporâneo. Diante desse cenário, foi constituída pela UNIPAMPA a Comissão Especial para Acompanhamento da Evasão e Retenção (CAER), a qual tem realizado estudos que visam a identificar o contexto das taxas de evasão e retenção dos cursos de graduação; os fatores internos e externos que contribuem para a ocorrência do fenômeno, considerando as peculiaridades dos cursos e dos campi; definir e desenvolver a metodologia de coleta de dados e de trabalho; estabelecer estratégias de ação voltadas à redução dos índices, a serem institucionalizadas através do Programa Institucional de Acompanhamento e Enfrentamento da Evasão e Retenção.

Em relação ao que leva o educando a evadir, é complexo, somente através de estudos para identificar o que levaria o mesmo a abandonar seus estudos. Alguns pontos são relatados em documentos, como as Diretrizes Gerais do REUNI, trazem pontos importantes a serem pensados, o investimento em cursos de graduação privados, o que nos leva a deduzir que “a ampliação das vagas na educação superior pública torna-se imperativa para o atendimento da grande demanda de acesso à educação superior” (BRASIL, 2007, p. 7).

Outro aspecto que como educador percebo nas salas de aula, é que ocorre uma excessiva precocidade na escolha de carreira profissional, pessoas muito jovens, imaturas, decidindo uma profissão, além de tudo submetida a um sistema de seleção pontual e socialmente excludente para ingresso na graduação. Tais pontos poderiam estar influenciando nos índices de evasão, em nossa sociedade, imaturidade diante da escolha dos cursos, imaturidade social, crise financeira, deixar de estudar para trabalhar dentre tantas outras possibilidades.

Entendemos que somos desafiados dia a dia, como pesquisadores, educadores, seres sociais, e que a sociedade deve conhecer mais sobre as ações afirmativas e suas benesses para a sociedade. A partir dos anos 2000, muitas IES começaram a adotar sistemas de divisão de suas vagas, cotas. Esta adoção foi voluntária, mas com a criação da Lei de Cotas - 12711/12, estas propostas a partir da lei foram regulamentadas. Segundo Bezerra e Gurgel (2012), a partir deste dispositivo legal, tivemos mais uma tentativa de reduzir a exclusão de educandos de classes desfavorecidas, permitindo a democratização do acesso ao ensino superior.

O ambiente acadêmico, sempre foi um ambiente multicultural, ainda mais em nosso país, que tem uma grande diversidade cultural, como afirma Burke (2003). Mas esta diversidade, devido

ao aspecto tradicional dos vestibulares em nosso país, acabava transformando as IES em espaços multiculturais elitizados, por que muitas vezes quem ingressa na graduação é fruto de uma classe social mais elevada, que passou por cursos preparatórios, assim como famílias que não conseguiram enviar seus filhos para as cidades “polos” das IES. Logo o processo de ações afirmativas, com o advento da Lei de Cotas, também auxiliou a tornar o espaço acadêmico socialmente diversificado, com pessoas de várias classes sociais, culturalmente plural, com pessoas de inúmeros lugares de nosso país.

O Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019, traz a informação de que evasão e retenção de alunos fazem parte de um ciclo que precisa ser enfrentado pelas instituições de ensino, em especial pela Unipampa, foco do relatório e deste estudo. Estas ações, de acordo com o documento, devem ser realizadas objetivando a redução do processo de retenção e evasão. Em relação às ações destacam fortalecer apoio aos discentes; a partir do ingresso, permanência, visam também engajar os estudantes, como forma de provocar o sentimento de pertencimento a Universidade, assim como atentar para às “perspectivas da comunidade acadêmica acerca dos processos e dos cursos, considerando as realidades e os contextos emergentes” (UNIPAMPA, 2020. p. 59).

Neste processo de pesquisa queremos entender as relações existentes entre o processo de ações afirmativas, evasão escolar de alunos cotistas dentro dos cursos da área da saúde; acreditamos ser pertinente tais aspectos investigativos para que possamos verificar se há relativa diferença entre evasão de cotistas e não cotistas. Sempre que trazemos à tona a temática cotas, ações afirmativas, surgem inúmeras questões, debates, dúvidas, que são difíceis de ser elucidadas de forma fácil, por serem temas muitas vezes subjetivos.

Dada a conjuntura inicial, esta pesquisa, foi realizada na Unipampa, campus Uruguiana, a saber nesta unidade acadêmica é ofertado à comunidade oito cursos de graduação em Engenharia de Aquicultura, Ciências da Natureza, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Medicina Veterinária. Conta também com cursos de pós-graduação divididos em: *Especialização* - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Residência Integrada em Medicina Veterinária; Fisioterapia Neonatologia e Pediatria; Atividades Físicas e Saúde; Gestão em Saúde. *Mestrado* - Ciência Animal, Educação em Ciências, Ciências Farmacêuticas, Bioquímica; *Doutorado* - Ciência Animal, Educação em Ciências, Bioquímica, Ciências Fisiológicas.

### 3- JUSTIFICATIVA

Ao consultar o site da PROPLAN, Pró-Reitoria de Planejamento e Infraestrutura, obtivemos dados iniciais sobre retenção e evasão nos cursos de graduação na área da saúde, como podemos observar no quadro abaixo.

Quadro 1 - Cursos da Área da Saúde.

Cursos												
	2017			2018			2019			2020		
	Mat.	Eva. (n)	Eva. (%)	Mat.	Eva. (n)	Eva. (%)	Mat.	Eva. (n)	Eva. (%)	Mat.	Eva. (n)	Eva. (%)
Enfermagem												
	61	17	27,87	55	27	49,09	51	21	41,18	28	9	32,14
Farmácia												
	53	19	35,85	54	27	50	53	24	45,28	28	10	35,71
Fisioterapia												
	56	19	33,93	51	17	33,33	51	21	41,18	25	8	32
Medicina												
	67	19	28,36	76	20	26,32	63	19	30,16	49	3	6,12

Fonte: Adaptado de PROPLAN – Unipampa - 2020.

Ao analisar os cursos da área da saúde, elencados e dispostos no quadro 1, permite-nos observar dados iniciais sobre a relação matrícula e evasão. A estruturação do quadro com os últimos quatro anos foi apenas para elucidar, mostrar a relevância de pesquisar o tema evasão; como vamos dialogar sobre cotas e evasão, a nossa ideia é buscar dados de 2012 até o presente momento.

Uma observação geral nos mostra o quanto é importante essa discussão, porque percebe-se um número muito grande de evasão, em todos os cursos analisados. Este índice de alunos evadidos seria um índice geral, não estamos neste primeiro momento, realizando a divisão se estes alunos são cotistas ou não cotistas. Em sequência, apresentamos o Quadro 2 com número de matrículas e evasão por curso.

Quadro 2 - Total de matrículas e evasão.

<b>Cursos</b>	<b>Matrículas (T)</b>	<b>Evasão (T) - %</b>
Enfermagem	195	74 – 37,94%
Farmácia	188	80 – 42,55%
Fisioterapia	183	65 – 35,51%
Medicina	255	61 – 23,92%
<b>TOTAL</b>	<b>821</b>	<b>280 – 34,10%</b>

Fonte: Adaptado de PROPLAN – Unipampa - 2020.

Os cursos relatados no quadro 2 mostram um total de 821 discentes matriculados e no mesmo período 280 evadidos, 34,1% no total. Consideramos até o momento até o ano letivo de 2020. Diante do exposto, observamos que o problema da evasão é significativo, e como já foi mencionado, temos que propor soluções para minimizar este problema. Pensando em causas, aspectos geradores da evasão nos cursos analisados, inferimos que podem ser inúmeros fatores desde a retenção.

A produção deste estudo consiste também em compreender fatores que levam a evasão universitária dos cursos da área da saúde da instituição, obtendo dados e informações que sirvam como direção para ações institucionais, políticas e de gestão para serem desenvolvidas.

Nossa intenção com o advento desta atividade de pesquisa, é analisar os fatores que levam os educandos dos cursos da área da saúde a evasão e retenção, no Campus Uruguiana da Unipampa, entre cotistas e não cotistas, bem como contribuir para com a sociedade em especial à Universidade, analisando situações encontradas pelos alunos ingressantes através das ações afirmativas, e razões que levam a evasão, retenção.

É importante salientar que o tema em questão é pouco investigado, a questão da evasão em IES, muitas vezes acaba trazendo problemas de ordem social, acadêmica e financeira (GONZÁLEZ et al., 2000). A partir de um aumento na busca por cursos superiores, em nosso país, políticas públicas educacionais, em especial as ações afirmativas, acabaram ganhando relevância de ordem científica, acadêmica com algumas publicações sobre ensino básico e superior (SOUZA, 2014).

Acreditamos que após nossas análises, e diagnósticos realizados sobre a temática, possamos fornecer dados, parâmetros, para que a Unipampa, através de sua equipe gestora possa atuar na minimização deste problema e também realizar ações de políticas educacionais preventivas.

### **3.1- Problema de pesquisa**

Em todo o processo introdutório textual, falamos sobre inúmeras questões que embasam e auxiliam na construção do problema da pesquisa. Dialogamos sobre as mudanças em nosso país nos últimos anos, a importância da educação superior como forma de ascensão social, a relevância do sistemas de ações afirmativas em uma sociedade culturalmente estruturada em uma mixórdia, com um estrutura de racismos e preconceitos velados, e percebendo que todo esse processo acaba atingindo nossas instituições educacionais, públicas ou privadas.

Logo estabelecemos nosso foco de estudo, instituição federal de ensino superior, cursos da saúde, alunos cotistas e não cotistas, sendo que a presente pesquisa respondeu ao seguinte proposição:

- Existe diferença entre os níveis de retenção e evasão entre os estudantes cotistas e não cotistas dos cursos de graduação da Unipampa, na área da saúde que dificultam sua permanência na instituição?

### **3.2- Hipótese**

Diante do problema da pesquisa podemos inferir que:

Provavelmente exista uma diferença entre os níveis de retenção e evasão entre os estudantes cotistas e não cotistas, devido às questões socioeconômicas e dificuldades de permanência. Os alunos cotistas em grande maioria são oriundos de escolas públicas, muitas vezes com lacunas de aprendizagem e também de áreas sociais de baixa renda e que, assim, esses acadêmicos acabam abandonando os cursos para trabalhar e auxiliar no aumento da renda familiar.

## **4- OBJETIVOS**

### **4.1- Objetivo Geral**

Analisar os fatores que levam os educandos dos cursos da área da saúde a evasão e retenção, no Campus Uruguaiana da Unipampa, entre cotistas e não cotistas, poderemos inferir ações que auxiliem a instituição a minimizar eventuais dificuldades.

### **4.2- Objetivos Específicos:**

- Realizar levantamento sobre o que tem sido pesquisado sobre o assunto em nossas instituições de ensino superior;
- Identificar os percentuais de evasão e retenção de alunos cotistas e não cotistas, nos cursos de Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina da Unipampa;
- Compreender os principais fatores que levam a evasão universitária dos cursos da área da saúde da instituição no período de 2012 a 2020;
- Identificar as formas de ingresso dos alunos evadidos.



## 5- REFERENCIAL TEÓRICO

Aqui apresentamos seções que vão constituir nosso alicerce teórico, estando estruturada em: Os caminhos da etnia negra no Brasil; África em nosso cotidiano escolar; A educação e as relações étnico raciais - universidade e escola; A diversidade étnica cultural e educação em ciências, um enfoque CTSA; Disparidades sociais e a Universidade; O sistema de cotas como uma ação afirmativa; Política de ações afirmativas e novas formas de ingresso - SiSU; O processo evasivo e de retenção na universidade; Ações de permanência do estudante na Unipampa; Breve descrição dos cursos da área da saúde.

Acreditamos que os temas relacionados são importantes para que o leitor possa construir uma reflexão acerca da importância da temática evasão e retenção em referência aos alunos negros cotistas. Proporcionando pensamentos que podem ter grande influência do imaginário social, construído em uma sociedade escravocrata e preconceituosa como a brasileira, e não em fundamentos teórico-científico, os quais trazemos para este trabalho.

Neste aporte teórico da pesquisa proporcionamos a leitura, a reflexão, a informação de assuntos relevantes ao desenvolvimento deste trabalho, mas também com a ideia de oferecer ao leitor alguns subsídios, para compreender, inferir, agir, ter novas reflexões sobre a temática. De certa forma, compreendemos que estamos contribuindo para a construção e reconstrução da temática envolvida no trabalho, com a produção de novos conhecimentos.

Levantamentos prévios nos mostram que a temática evasão, retenção e cotas, tem sido pouco explorada no universo acadêmico, o que nos desafia ainda mais para a construção desta pesquisa. Em especial, o que nos move é ter a oportunidade de pesquisar uma minoria social, as ações públicas governamentais que envolvem esta minoria, e dar voz à estas através deste trabalho, do processo de pesquisa que estamos realizando.

Para a execução deste ponto, buscamos artigos científicos, dissertações e teses. Para estas buscas, utilizamos as plataformas Google Acadêmico, BDTD - Banco Nacional de Dissertações e Teses, Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Em nossas buscas também utilizamos o site da Unipampa e suas bases de dados públicas.

### 5.1- Os caminhos da etnia negra no Brasil

Nesta seção, vamos abordar o caminho percorrido pela etnia negra no Brasil, buscando abordar desde o momento em que éramos colônia de Portugal até a conjuntura atual. Como brasileiros, sabemos que a trajetória desta etnia, foi marcada por aspectos de dominação e preconceitos, mas esta comunidade sempre lutou pela sua liberdade, ainda luta, através do movimento negro brasileiro. Em um passado, muitas vezes as leis criadas para auxiliar o negro, de certa forma, apenas eram proclamadas pelo governo, mas na prática não ajudavam a etnia em questão.

Neste processo introdutório, destacamos que ao falar da etnia negra em nosso país, recordamos que racismo e discriminação, ações que afetaram e afetam respectivamente esta etnia. Estes são mazelas específicas que foram geradas em uma sociedade onde a etnia negra foi duramente explorada por um período de aproximadamente 300 anos, tornando os negros africanos escravos. E após conceder liberdade legal para os negros, não concedeu respaldo social e financeiro para que os negros pudessem construir suas vidas como cidadãos brasileiros, sendo necessário, buscar com muito esmero um espaço social, ter voz e ser voz social (HOOKS, 2013).

Para Valente (2002, p. 34), ser negro no Brasil hoje em dia é complexo ainda, “o negro primeiro é tratado como coisa, objeto e depois passa a ser discriminado como cidadão de segunda categoria”. Logo, o que podemos fazer para propor mudanças em nossa sociedade, não é algo fácil de realizar, pois muitas ideias estão consolidadas no imaginário social. Em um processo lento e gradual de mudanças estruturais, as instituições educacionais têm um papel fundamental em tudo isso, a partir do momento em que debatemos e proporcionamos aos jovens estudos sobre pluralidade racial, cultural ainda mais em uma sociedade híbrida.

Vamos buscar diferenciar duas expressões complexas, escravismo e escravidão. Ao falarmos em escravismo, estamos nos referindo a uma situação de um agrupamento social, ao falar em escravidão, estamos falando a situação social de uma pessoa (MARQUESE, 2006). As sociedades da África negra passaram pelas duas situações citadas, essas comunidades tornaram-se vítimas, foram aprisionadas e trazidas para o território português na época, hoje Brasil.

Estas sociedades, passaram por um momento pré-venda e pós-venda de escravos. Na pré-venda era proposto uma mistura étnica e cultural nos grupos escravizados para dificultar a comunicação, pois cada tribo falava uma língua diferente. No pós-venda, essa mistura continuava, também para dificultar a comunicação e provável organizações contra os patrões.

Em relação a prática escravocrata, sabemos que a mesma é antiga na obra de Maestri (1998), relatando que tal prática já era realizada no Egito Antigo, aproximadamente 4000 anos atrás, onde as sociedades eram escravizadas e utilizadas na construção das pirâmides. E em relação às

sociedades gregas e romanas, onde as pessoas escravizadas serviam as famílias abastadas ou serviam como espetáculos nos circos, como afirma Maestri (1998).

Em especificidade a escravização do africano, Martinez (2000), afirma que “desde o século XV [...] prevaleceu nos meios intelectuais mal-intencionados a concepção de que os africanos não possuíam uma história digna” Permitindo assim que além das sociedades europeias, a própria sociedade brasileira, branca, julgando-se superior as etnias negra e ameríndia viesse a colocar os negros como seres indignos.

Portugueses são vistos como os pioneiros no processo inicial do capitalismo, as grandes navegações, iniciando este processo no século XV, quando conquistam Ceuta na África, já os espanhóis, considerados ousados quando em 1492, conquistam a América. Em relação a Portugal, este país iniciou o processo de aprisionamento da população negra, os portugueses perceberam que tal movimento era lucrativo, aprisionar o negro, barato, vender o escravo, caríssimo. Este processo de venda, segundo Souza (2006) onde os portugueses tinham o objetivo de comercializar e explorar o ouro que fosse encontrado nas colônias, assim como converter povos ao cristianismo, o processo de escravização e dos ganhos financeiros com tal processo foi visto como altamente lucrativo pelos portugueses.

A população africana em processo de escravidão, era transportada até a América nos chamados navios negreiros ou tumbeiros, segundo Conrad (1985) estas viagens eram em condições que contribuíam a destruição humana, os negros, considerados “carga / objetos” viajavam em pé, enfileirados. No momento em que alguém morria, eram deixados ali mesmo, retirando os cadáveres apenas na chegada nos portos no Brasil, daí o nome de “tumbeiros”, estabelecendo uma relação com as tumbas fúnebres.

Nesta viagem, destacamos que além de uma alimentação precária, a água entregue aos negros era água do mar, salgada. Ainda, no livro Os Tumbeiros de Conrad (1985), destaca-se dois pontos, a lucratividade do negócio escravista e o desrespeito cometido com a etnia negra.

Durante algum tempo o negro foi escravizado no Brasil, o que não tornava toda a população partidária ao processo escravista, surgindo então o movimento abolicionista, que em suas origens, buscou desenvolver leis que buscassem beneficiar os negros. De acordo com as obras de Chiavenato (2002) e Faria (1997), leis escravistas e abolicionistas visavam a liberdade do escravo, mas estes códigos estavam ligados a Inglaterra, que buscava um mercado consumidor e ditava as regras na época, como a nação mais poderosa do mundo.

Com isso tivemos uma sequência de leis, como aponta Lago (2018), em 1845, a Lei Bill Aberdeen, autorizava a captura e naufrágio proposital de navios que estivessem trazendo escravos para o Brasil. Onde observamos que os ingleses não estavam preocupados com negros que estavam

no navio, este processo levou a economia brasileira a uma grande crise, o que fomentou ainda mais o movimento abolicionista. Em 1850, tivemos a Lei Eusébio de Queiroz, que proibia o tráfico de escravos para o Brasil. Mas, não pôe fim ao escravismo, logo acabou indiretamente transformando o negro em um objeto raro e muito valioso.

Ainda em Lago (2018), temos a Lei do Ventre-Livre, esta versava que os filhos de escravos são livres, até completar os 21 anos, neste período ficavam sob os cuidados dos donos de sua mãe, do proprietário de escravos, o que indiretamente, transformava o negro / filho, em escravo. Em 1885, houve a lei dos Sexagenários, todo escravo acima de 60 anos seria liberto, mas, qual negro chegava aos 60 anos? Poucos, devido às péssimas condições de vida dos negros escravizados.

Sobre o processo de legislação, Chiavenato (2002), nos fala da Lei Áurea, que acabou proibindo todo o comércio, transporte e ações de escravidão em nosso país, onde um documento assinado pela Princesa Isabel, concedia liberdade a todos os negros. Fato que segundo Skidmore (2012), levou a graves problemas sociais, pois os negros não eram bem vistos pela sociedade, os negros não eram mais escravos, agora, eram tratados como ex-escravos, designados a ganharem pouco, passavam por mal estar social, e poucas pessoas desejavam empregar os negros.

Conforme Chiavenato (2002) esta códice permitiu a libertação de aproximadamente 700 mil escravos, o que representava, 5,6% da população na época. Logo, estes já faziam parte de um grupo que compunha a força de trabalho nos principais centros, percebendo assim o processo de luta e resistência da etnia negra por sua liberdade.

O processo abolicionista foi e é um debate político, enquanto deveria ser uma luta social, uma causa social; com o fim da escravidão, os negros continuaram a ser tratados como ex-escravos. Interessante que muitas cidades anteriormente à Lei Áurea já estavam libertando seus escravos, (Colvero 2001); por exemplo, a cidade de Uruguaiana fez isso em 1885, não por humanidade, mas porque praticamente não tínhamos mais a reposição dos escravos. Entretanto, nossos políticos da época, não registravam oficialmente esta liberdade, sendo encontrado apenas em alguns jornais da época, e que a primeira cidade a libertar seus escravos, foi Redenção, no Ceará.

Salientamos aqui a observação que Colvero (2001) realiza, “foram atribuídos muitos defeitos aos negros, para justificar os castigos e punições, associando a cor negra à inferioridade de raça...”, logo fazendo com que os negros e não negros pudessem ter um olhar diferente. Como nos diz Chassot (2010), devemos olhar o mundo outros óculos, trazendo a metáfora de Chassot, percebemos que neste processo os negros foram visualizados com os óculos da discriminação, do preconceito, da segregação, sendo estes óculos utilizados por muitos até hoje.

Ainda a respeito do caráter étnico, salientamos Paiva (2015), onde afirma que o Brasil é vítima de um caos social “escravocrata e com forte concentração fundiária, herdado de séculos

anteriores, não havendo o processo de ruptura necessário para que houvesse a ‘mudança estrutural da esfera pública’ brasileira” (PAIVA, 2015, p. 135). Logo, a questão das desigualdades que encontramos em nosso país, não está restrita a raça, mas é um advento social, afetando a mobilidade social das camadas menos favorecidas. Independente de brancos ou negros, quando estes estão desprovidos de recursos financeiros, a probabilidade de ascensão sempre será menor para o negro.

Também, percebemos que não ocorre uma equidade nas oportunidades para as minorias sociais, em especial aos negros (MIRANDA; CHAVES, 2015, p. 587 apud HENRIQUES, 2001, p. 1-2)

[...] no Brasil, a condição racial constitui um fator de privilégio para os brancos e de exclusão e desvantagem para os não-brancos. Algumas cifras assustam quem tem preocupação social aguçada e compromisso com a busca de igualdade e qualidade nas sociedades humanas. [...] Do total dos universitários, 97% são brancos, sobre 2% de negros e 1% de descendentes orientais. Sobre 22 milhões de brasileiros que vivem abaixo da linha de pobreza, 70% deles são negros. Sobre 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% deles são negros (HENRIQUES, 2001, p. 1-2).

Apesar dos números preocupantes, queremos ressaltar a mui importante participação do negro na construção social do Brasil. Em Crossetti (1999), desde o início o negro, foi responsável pelas lavouras, cuidar das casas, animais, fazendas e estâncias. Como dizia o padre Jesuíta Antonil, em sua obra “Cultura e opulência do Brasil” de 1711, onde já afirmava que “os escravos eram os braços e os pés do seus senhores”, por que os negros faziam tudo o que seria necessários para transformar em algo extremamente lucrativo as lavouras de açúcar ou as regiões de mineração.

No que diz respeito ao século XX, a etnia negra, passou por uma situação, no mínimo complexa, por que travava uma luta, tinha conquistado a liberdade, deixado de ser escravo, mas era considerado um pseudo escravo, pois a sociedade mantinha o preconceito, racismo e discriminação para com os negros. Salinas (2000), discorre que no século XX, os negros passaram a sofrer com outro tipo de escravidão, a escravidão do salário, pois a comunidade negra teve que sujeitar-se a salários baixos, trabalhos insalubres, empregos desumanos.

Simultaneamente a tudo isso no Brasil, ocorria um movimento parecido nos Estados Unidos, onde os negros também estavam lutando por um lugar ao sol. Ações do movimento negro estadunidense reverberava aqui, onde a comunidade negra lutava por direitos, respeito e cidadania. Mas, no século XX o mundo viveu algumas barbáries relacionadas a etnias, como o holocausto nazista ou raças, como foi a segregação racial ocorrida na África do Sul. De acordo com Silva (2008), este regime de segregação trouxe consequências catastróficas para a África do Sul, mas acabou fortalecendo também movimentos que lutam pela liberdade do negro na África, no mundo, e em especial no Brasil.

No atual século XXI, ainda presenciamos preconceitos e discriminação, recentemente temos os casos de George Floyd (EUA) e João Alberto Freitas (Brasil), ambos mortos por abuso de autoridade de policiais e seguranças, respectivamente. Fatos que fomentaram movimentos sociais como “Black Lives Matter”, fundado em 2013, e que reverberou suas ações recentemente, inclusive com atletas de vários esportes, tomando parte deste movimento. Assim como o movimento negro brasileiro, que veem lutando nos últimos 50 anos por uma participação social mais ativa dos negros em um universo ao mesmo tempo tão híbrido (BURKE, 2003) e tão branco (BARBOSA, 2002).

No meio escolar, percebemos de forma muito clara estes preconceitos existentes quando propomos debates sobre sistemas de cotas por exemplo, onde muitos não concordam, mas sequer sabem do funcionamento do mesmo. (MEIRELES, 2019) corroboram com a ideia de que estes preconceitos são estruturados por uma série de fatores, como a discriminação velada (SOUZA, 2014); (ALMEIDA, 2018), onde no mercado de trabalho, em alguns cargos nos canais de comunicação, na mídia televisiva, programas de massa, a minoria é negra, o negro é inferiorizado socialmente.

Estas ações fazem com que nossos jovens cresçam com a ideia de que o negro é inferior, o romeno Serge Moscovici (2004) ao estudar representações sociais, nos leva a inferir que esta representação social foi construída em nosso país. Nossa sociedade inferioriza o negro através de um preconceito direto ou indireto, o racismo velado, assim como em nossos livros didáticos, geralmente a imagem do negro aparece de forma preconceituosa. Estas situações só podem ser melhoradas a partir de ações educativas nas escolas, e/ou das próprias políticas de ações afirmativas nas Universidades.

Durante o século XXI ocorreram alguns avanços, fruto de muito trabalho do movimento negro brasileiro, junto a esfera pública e governamental, com isso tivemos a construção de algumas leis relacionadas ao processo de ações afirmativas,

Os documentos legais que destacamos aqui são Lei 10639/03, que obriga o ensino da história da África ou temática afro-brasileira nas escolas, e Lei 12711/12, que cria o sistema de cotas nas universidades públicas. Logo, a partir do momento destas proposições, podemos afirmar que ao estudar a história da África estaremos estudando a história do negro, e por consequente a história do sistema escravocrata do Brasil, quem sabe um dia, esta história será trabalhada muito além do Dia da Consciência Negra.

Em relação ao debate sobre a legislação, este é muito amplo acreditamos que o sistema vem para auxiliar no crescimento social de uma minoria e que propicia, em especial à comunidade negra, o acesso ao ensino superior. Ressaltamos que mesmo com a Lei de Cotas temos que ter uma parceria entre União, Estados e Municípios, com mais investimentos em educação em todos os

níveis, para que através de pesados investimentos e ações de permanência de pessoas carentes, estas não precisem abandonar seus estudos para trabalhar, ou por outras razões.

De acordo com dados do IBGE em 2020, temos mais de 50% da população brasileira como negra, e muitos abandonam seus estudos. Dados inferem que poucos negros concluem o ensino médio, e dos poucos que concluem, uma parcela menor ainda acessa o Ensino Superior.

Guarnieri e Melo-Silva (2017) destacam que apesar do crescimento das possibilidades de acesso, onde avançamos lentamente, somado ao multiculturalismo, referido por Burke (2003) e ao reconhecimento da luta dos negros (BARBOSA, 2002), há uma tendência de êxito nas ações realizadas em nosso meio social. Mas sempre temos que ter cautela, pois estamos falando em uma mudança no modelo mental, e estas mudanças são processos lentos e graduais.

## 5.2- África em nosso cotidiano escolar

Realizamos um breve histórico sobre o negro, logo, aqui queremos trazer um aporte do por que existem razões para nossas preocupações nos dias atuais, e que possamos compreender a influência do mundo africano em nosso cotidiano.

O continente denominado de África, de acordo com alguns cientistas evolucionistas, seria o lugar onde surgiram os primeiros humanoides, sendo que os fósseis mais antigos são encontrados neste espaço geográfico. Ao longo dos anos os estudos sobre o continente africano, foi sempre visto de uma perspectiva eurocêntrica, onde nos mostrava praticamente a História do Antigo Egito, localizado no que geograficamente chamamos de África branca, região ao norte, com grande contato com a Europa desde o Império Romano.

Com a promulgação da Lei 10.639/03, os livros didáticos utilizados em nossas escolas públicas e particulares, foram obrigados a contar a história do continente africano. Percebemos que esta história ainda é superficial, mas traz suficientes informações para compreender a importância deste continente. Após a Lei, temos informações sobre os reinos de Axum, Cush, Congo, Mali e tantos outros, como é possível perceber nas novas coleções de livros didáticos, como por exemplo a coleção para o Ensino Médio (VILLAR; ASSIS, 2013) e a coleção para o Ensino Fundamental (BELTRAMI, 2020).

Conforme a obra organizada por Macedo (2008), o negro africano vivia em situação tribal, até o momento em que ele realiza o contato com o europeu, colonizador, onde do século XIV para frente houve um processo de imposição cultural, levando os negros a serem reféns da cultura europeia, resultando em um processo de escravização. Realizado em massa com a comunidade africana pelos europeus, em especial pelos portugueses no século XV ao XVIII e por outras nações como França, Alemanha, Itália, Inglaterra, Bélgica entre os séculos XVII e XIX.

As temáticas relacionadas à História e Cultura da África podem ser abordadas em qualquer nível de escolaridade, em inúmeros aspectos, culturais, religiosos, linguísticos, culinários (alimentação, dança, esportes, etc).

Entre as faixas etárias para se trabalhar estas temáticas, trazemos Barbosa (2018), que afirma que quanto mais jovem for o aluno para trabalhar estes aspectos melhor, por que menos preconceito tem o educando.

A reflexão em nossos educandários, não está relacionada apenas com preconceito social, mas também com a ideia de pertencimento, que os alunos negros se sintam culturalmente valorizados em nosso meio, proporcionando uma ação que colabore com a permanência do mesmo em sala de aula. Trazer este debate para a sala, permite que apesar de nossos jovens não terem opinião formada sobre este tema, podemos evitar que nossos discentes reproduzam estereótipos



sobre o continente e a cultura africana, transmitidos pelos meios de comunicação, televisão, cinema e em especial as redes sociais, onde estes estereótipos são na maioria das vezes divulgados.

Trabalhar a cultura africana e a influência em nosso cotidiano, em Macedo (2008), Chagas (2017) e Macedo (2008), não é complexo, basta um olhar ao nosso redor, as composições sociais e encontramos alguma palavra, alimento, dança, gravura, que é pertinente a temática, proporcionando a inserção da mesma em reflexos na sala de aula. Desta forma não precisamos nos preocupar em esperar o preconceito surgir para refletirmos e debatermos o tema. Na maioria das vezes basta ter vontade política de reinventar a sua prática (BARBOSA, 2018).

Tudo parte de um bom planejamento, e de ações que possam ser arquitetadas e executadas de maneira onde as abordagens estejam de acordo com a escolaridade e faixas etárias dos jovens, oportunizando assim referências acerca da história da África. Desta sociedade que auxiliou na construção do nosso país, aspectos culturais tão ligados ao nosso dia a dia e que não percebemos suas relações com a África, culturalmente, como carnaval, samba, capoeira, ou ainda invenções como o elevador, lápis com grafite.

A comunidade negra no Brasil ajudou a reinventar a cultura brasileira e devemos proporcionar momentos em nossas instituições sociais para que expressões culturais afro-brasileiras valorizem e respeitem esta cultura, bem como todas as outras (BARBOSA, 2018).

A partir do momento em que a Lei 10.639/2003 foi institucionalizada e por conseguinte, os docentes foram desafiados, em suas práticas de sala de aula, para pensar, ensinar a história africana e dos afrodescendentes (CHAGAS, 2017), saindo de uma perspectiva eurocêntrica da história, que geralmente molda nosso currículos escolares.

Devemos estimular tais reflexões para que possamos:

“[...] confrontar o universo docente brasileiro com o desafio de disseminar, para o conjunto de sua população, num curto espaço de tempo, uma grande gama de conhecimentos multidisciplinares sobre o mundo africano. Aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos, culturas e civilizações do continente africano, antes, durante e depois da grande tragédia dos tráficos negreiro transaarianos, [...]” (MOORE, 2010 p. 139).

Ainda na esfera dos grandes desafios aos educadores, estas ideias exigem dos educadores uma atitude de construtor social transformador, pesquisador, Chassot (2011) fala de olhar o mundo com outros óculos, logo temos que olhar com os óculos da descolonização, transpor as barreiras que culturalmente foram impostas a nós, para que venhamos a construir outras perspectivas de um constructo social, contrário ao eurocentrismo dominante, somamos

aqui a premissa freiriana onde "O que interessa a nós é expulsar os colonialistas, não necessariamente matá-los" (FREIRE, 1985, p. 6).

### 5.3- Da escola à universidade - o processo educacional e as relações étnicas

Indiferentemente do espaço geográfico que estamos em nosso país, vão estar presentes no processo educacional as relações étnicas, estas muitas vezes são realizadas de forma direta, ou seja, relação entre professores e alunos, comunidade escolar, mas também, de forma indireta, com a utilização de livros didáticos, instrumento oficializado no Brasil em 1938 (RUPENTHALL e SCHETINGER, 2013). Este material, em muitas escolas, é a única ferramenta que é utilizada pelos educadores para construir um processo educativo com os educandos, onde o livro determina o currículo.

O livro didático pode ser uma simples fonte de consulta ou pode determinar construções sociais, ou auxiliar na construção de ideias a serem superadas, ou até mesmo, auxiliar em construções errôneas das relações sociais. Rupenthall e Schetinger (2013) e Mohr (2000) afirmam que apesar das correções que têm sido realizadas nos últimos anos, os livros didáticos precisam ser analisados, questionados e avaliados.

Ao referir a livros didáticos, falamos do PNLD, plano este que permite aos professores e professoras de todo o Brasil, escolherem o livro. Na prática, muitas vezes esses livros não são os que chegam até as escolas, mesmo os docentes escolhendo aquele que acreditam ser o mais adequado. Não podemos esquecer que estamos falando de um mercado editorial muito lucrativo e que as cifras falam mais alto Pavão (2014) afirma que nenhum livro é livre de erro, e que como o livro faz parte de um mercado ele vai sofrer influência social, econômica, técnica, política, cultural, como qualquer objeto que é comercializado em nossa sociedade.

Praticamente em todas as salas de aula do Brasil temos a etnia negra, afrodescendente representada, logo, o processo preconceituoso e discriminatório poderá ocorrer em qualquer lugar (VALENTE, 2002). Ressaltamos, que os conhecimentos científicos promovidos pela sociedade negra e/ou afrodescendente perpassam por esforços para que esta minoria social, consiga acessar ambientes, espaços de estudo e de produção acadêmica.

Contudo a imagem do negro e o conhecimento tem uma relação direta com o status quo, grupos sociais com melhores condições financeiras, muitas vezes vistos como sinônimo de superioridade intelectual, de acordo com Cunha (2011), sabemos que a ciência e sua construção ao longo dos anos fabricou muitos estereótipos, muitos destes relacionados aos negros são negativos, denominado de racismo científico (CUNHA, 2011). Construído em uma Europa do século XIX, onde a ideia do darwinismo social, proposta em especial por Herbert Spencer, reverberava, e colocava povos não europeus como inferiores. Neste mesmo espaço temporal houve uma tentativa de branqueamento da população brasileira, com o

processo de imigrações ítalo-germânicas no século XIX e no pós-guerra do século XX (QUEVEDO, 1999).

O racismo científico influenciou e continua a influenciar o imaginário social brasileiro, a figura do negro, etnia que esteve presente em toda a construção social do país não aparece em nossos livros didáticos como um construtor, logo, nossa sociedade repete tais ideias, não mostrando a participação desta etnia. Ao relacionar com a ciência, raramente temos imagens de cientistas negros em nossos materiais didáticos, reforçando a ideia de que a ciência é masculina, branca e europeia (CHASSOT, 2011).

A ciência e a tecnologia são áreas que fundamentam e possibilitam, dentro das instituições de ensino, a compreensão do espaço que vivemos em todas as sociedades, em qualquer período histórico estas construíram percepção científicas (CUNHA, 2011). Cada sociedade com um determinado nível de conhecimento e toda essa produção técnica está relacionada com o desenvolvimento social e econômico de cada povo (SKIDMORE, 2012).

Interessante ao destacar o processo histórico e sua relação com a ciência é que em sociedades africanas, devido a imposição do eurocentrismo, não enxergamos relações cinéticas. Os europeus construíram a ideia de uma sociedade bárbara, insociável, porém, esta sociedade construiu uma ciência que hoje vem sendo recapitulada e mostrada ao mundo (MACEDO, 2008).

Estas construções científicas realizadas pelos africanos no decorrer dos séculos, influenciou outras regiões do mundo. Algumas influências africanas, como na medicina geralmente, associa-se a esta ciência o chamado Pai da Medicina Hipócrates (branco grego), mas, Imhontep (egípcio, africano, negro) cientista, clínico, médico e praticava técnicas da medicina três mil anos antes de Cristo. Técnicas desde prescrições farmacológicas, até cirurgias oculares, próteses corporais, métodos contraceptivos, tratamentos dentários, estas informações registradas em papiros do século XVI a.C, descritas em obras de egiptólogos, como Cardoso (1982).

Ainda sobre a ciência africana, existem registros históricos de que o povo Banyoro na Uganda teria realizado técnicas de cauterização e assepsia em processos de cesariana, no século XIX; já no campo da astronomia, a nação Dogon teria um vasto conhecimento sobre estrelas, planetas, documentada por antropólogos franceses. Seguindo na astronomia, podemos destacar o povo Haya, que produzia aço a mais de 2000 atrás, em fornos com temperaturas superiores às existentes em fornos Europeus na época, a metalurgia destacou-se em regiões como Uganda e Ruanda.

Em relação a engenharia, geralmente ao falar de África falamos das pirâmides egípcias, mas em regiões como Zimbabwe temos construções muito semelhantes às de Machu Pichu, no Peru, assim como as próprias pirâmides egípcias têm semelhanças com pirâmides na América e Ásia. Percebe-se um domínio da matemática por estas sociedades, devido às obras que estes realizavam, ainda, podemos destacar no Egito a questão das navegações e agricultura.

Outras regiões da África legaram para nós a escrita, povos do Saara já os habitantes do Sudão deixaram como herança cultural alimentação, como inhame, alimento nutritivo e que vem sendo estudado como preventivo contra o câncer. Técnicas como o pilão, tecelagem, somam-se ao legado africano.

Tudo isto nos mostra o quanto existem influências da África em nosso dia a dia, mas que acaba sendo um desafio para os educadores trabalharem estes temas em sala de aula, pois devem ter este conhecimento sobre tais fatos, o que sabemos nem todos têm. Tudo isto nos evidencia a importância da cultura africana, em especial da ciência africana, como um influente cultural.

Logo, mesmo com toda esta influência, os negros tiveram sua identidade cultural e social ignorada, passando a seres “escravos”, o que posteriormente dificultou a inserção do mesmo no mercado de trabalho, nas escolas. Mas alguns conseguiram quebrar este paradigma ainda no século XIX, Juliano Moreira - médico, Teodoro Sampaio e André Rebouças - engenheiros, mostrando a luta da etnia negra para conseguir alçar voos maiores.

Portanto, é na escola e na universidade que podemos auxiliar na quebra destes paradigmas, proporcionando abordagens que levem a representações da figura do negro em atividades temáticas. Não apenas em um determinado período do ano, mas em diferentes, contínuos e permanentes momentos.

Para Barbosa (2018) aspectos igualitários são expressos quando combatidas todas as práticas discriminatórias; acreditamos que estas ações são valiosas para redução do preconceito e racismo, podendo auxiliar a desvincular expressões negativas como: peste negra, criado mudo, quinta feira negra, mulata, crioulo e tantas outras esboçadas na obra produzida em parceria pelo GDF (Governo do Distrito Federal), SJC (Secretaria de Justiça e Cidadania) e MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios) , obra intitulada “O Racismo Sutil por trás das palavras” (BRASÍLIA, 2020).

Ao proporcionar atividades culturais em nossos espaços educacionais, possibilitamos analisar temas, e através de reflexões éticas e assertivas, realizar atividades que transgridam o espaço escolar, ultrapassam os muros da escola, tornando a aprendizagem significativa

conforme Ausubel (1976). Mas, não deixando tais discussões apenas para as Ciências Humanas.

De maneira geral, estas reflexões são realizadas apenas pelo rol das Ciências Humanas, mas aqui enfocamos Chassot (2010), onde sugere uma aproximação da “Hard Science”, Ciências Exatas das Humanas “Soft Science”. Permitindo uma interconexão entre as áreas do conhecimento trabalhadas nos espaços escolares e universitários, sendo intuitivo para conhecer dimensões como a social, a cultural, a antropológica de nossa nação.

E dessa forma auxiliando a construir uma sociedade com noção de pertencimento à nação, sendo importante para combater o preconceito e a discriminação nos espaços educativos, mesmo que tenhamos o problema de haver poucos materiais sobre o tema (ARANTES e SILVA, 2009).

Reforçamos a ideia de que os espaços educativos são áreas de convivência onde ocorre um espelhamento da sociedade, inclusive com os mesmos problemas que temos fora da escola. Logo, dialogar com estas temáticas polêmicas, mas importantes, entendemos que tenha repercussão social é fundamental. Assim, sem estas ações nas escolas e universidades, onde não sejam permitidos espaços de aprendizagem para tais reflexões, acabamos tendo uma sociedade sem mudanças, permanecendo com o preconceito e racismo. Para reduzir tais preconceitos, temos que reconhecer sua existência (NUNES, 2006).

As instituições de ensino, são espaços necessários de convivência, onde podemos desconstruir construções sociais, como dizia Nelson Mandela :

“[...] ninguém nasce odiando ninguém, nós aprendemos a odiar e achar que as pessoas valem menos. Se nós aprendemos a odiar, podemos desaprender, e o espaço escolar é essencial para essa desaprendizagem” (MANDELA, 1994)

De acordo com Rosa (2017, p. 229), as relações sociais nas instituições educacionais têm “panorama de exclusão educacional que demarca sobremaneira as minorias étnico raciais que compõem o povo brasileiro, especialmente negros e pardos, e que se manifestam mormente na educação de nível superior”. Logo, são nestes espaços que devemos fomentar a educação para as relações raciais.

Talvez, uma parcela da população brasileira no decorrer do século XX, aprende a “odiar” os negros e outras minorias sociais, em especial quando estabelecemos relações com o processo migratório pós-guerra, quando temos uma área com uma influência ítalo-germânica enorme e que historicamente são grupos sociais preconceituosos e discriminatórios Schörner (2008). Portanto acreditamos que se ações afirmativas e reflexivas forem discutidas

e debatidas nos espaços escolares podem proporcionar um sentimento de pertencimento do negro a nossa nação, fazendo com que o mesmo ancore suas raízes culturais em nossos espaços educativos, e oxalá não evada, não desista de seu processo educacional formativo.

#### 5.4- A diversidade étnico-cultural e educação em ciências, um enfoque CTSA

Pensamos aqui na relação entre diversidade étnica e educação em ciências, logo, sabemos que estamos em uma nação multicultural, que atualmente vivemos contextos de preconceitos, discriminações (estes existentes a muito tempo em nosso país), e um momento de muitas *fake news* (notícias falsas). Acreditamos que é consenso dos educadores que o combate ao racismo e preconceito são funções inerentes ao ser educador, e que não devemos esperar por ações apenas do governo ou movimentos sociais. Mas, estabelecer parcerias, pois muitas conquistas da sociedade negra, tem ocorrido devido a reivindicações dos movimentos sociais, em parceria com agentes públicos.

Trazemos aqui um entendimento por ensino de ciências, que de acordo com Verrangia (2010, p. 707) são “práticas escolares dedicadas a ensinamentos e aprendizagens de conhecimentos científicos produzidos no âmbito das ciências naturais”. Logo, percebemos que em um passado recente o termo ciências, era utilizado para aquelas áreas que aplicavam o método científico em atividades laboratoriais, como nos traz Krasilchik (1987) e Verrangia (2010), seria a Hard Science de Chassot (2011).

Mas, em meados dos anos 70, tem início uma concepção denominada de CTS (Ciência, Tecnologias e Sociedade) e mais recentemente, anos 2000 passamos a utilizar a definição de CTSA (Ciência, Tecnologias, Sociedade e Ambiente). Nesta maneira de pensar as ciências buscamos uma interconexão do conhecimento científico, métodos, com o desenvolvimento tecnológico, técnicas, relações sociais e ambiente que estamos inseridos.

Percebemos que alguns dos grandes influenciadores deste movimento a partir dos anos 80 foram os métodos e os movimentos construtivistas na construção de práticas educativas. Hoje em dia temos uma legislação diferente do momento em que o movimento CTSA surgiu em nossa nação, lá no seu surgimento, estávamos saindo de um Brasil ditatorial onde as escolas pensavam de acordo com o que o governo mandava. Hoje, temos a LDB, que direciona a educação como um processo de cidadania para todos os educandos LDB denomina o processo educacional, como função da família e estado. Ao nosso educando, deve ser proporcionado o seu desenvolvimento intelectual, a ponto deste realizar o exercício da cidadania.

As leis já citadas, 10.639/03 e 11.645/08, que obrigam o ensino da cultura africana e afrodescendente, nos níveis da Educação Infantil ao Ensino Superior, mostram a importância destes códigos, somados ao ensino de ciências e as relações étnico raciais, levando nos a uma percepção de que o movimento negro durante o século XX teve uma grande participação nas conquistas do século XXI.



Logo, percebemos que as relações étnico raciais são importantes para a formação e construção de um cidadão, e que podemos utilizar o ensino de ciências para colaborar. Quando falamos em relações étnico raciais, trazemos a ideia de Verrangia (2010), dizendo que são aquelas relações estabelecidas por diferentes grupos sociais, entre indivíduos que pertencem a uma determinada raça, etnia, assim como consequências deste pertencimento.

Quando abordamos um tema através da CTSA é muito difícil não realizarmos uma pré-análise, pré-julgamento. Estar à frente de uma pessoa negra leva muitas pessoas a realizarem este pré-julgamento sobre a cor da pele, roupas, o que faz com que repetimos estereótipos preconceituosos. Verrangia (2010) afirma que lamentavelmente muitas vezes os estereótipos colocados às pessoas negras, relacionam-se a pessoas sujas, feias, violentas, somando-se esta ideia ao próprio darwinismo social de Spencer (1996), estes pensamentos, relacionados ao fato de que escravizamos o negro por muito anos.

Ao falarmos em educação para o não racismo, o não preconceito, salienta-se que a escola, não é o único lugar onde isso ocorre, nem é a única instituição responsável pelo processo da educação étnica dos cidadãos, este processo tem como responsável também a família, grupos sociais, instituições sociais, redes sociais. Mas o destaque vai para a escola, por ser o lugar oficial onde ocorre a educação formal e ser o espaço que temos uma diversidade cultural e convivência social muito grande.

Ao relacionarmos o ensino de ciências com a educação étnico racial, podemos estabelecer vínculos a partir do trabalho de vários assuntos relacionados a cultura afrodescendente. Verrangia (2010, p.711) afirma que o ensino de ciências praticamente não tem sido abordado com a finalidade de educar relações etnicorraciais”. Como já salientamos anteriormente existem inúmeros recursos para tal, como dialogar sobre os cientistas negros, invenções que ocorreram na África, mas para tal, precisamos deseuropeizar a educação.

Geralmente não percebemos a relação CTSA em nosso meio, ainda mais relacionado com a cultura africana, Pereira e Silva (2014) inferem que a cultura africana quando refletida nos educandários, possibilita uma nova visão, uma reconstrução dos envolvidos no processo educacional, o que promove a construção de uma imagem mais proativa do continente africano. Em contrapartida, isto ocorrendo, proporciona também a possibilidade do aumento do sentimento de pertencimento do afrodescendente e quem sabe a melhora de sua autoestima.

Acreditamos que as relações possíveis entre CTSA, instituições educativas, educando e educador, são as que devem ser de cumplicidade, onde todos devem estar unidos para a minoração dos aspectos negativos como preconceito ou discriminação. Estas uniões, devem romper com paradigmas, os afrodescendentes devem ser reconhecidos como sujeitos históricos em um processo histórico. O ensino de ciências, ou na perspectiva CTSA. Portanto, o ensino das ciências deve permitir a promoção de aspectos étnico-raciais, suas relações sociais, suas abordagens e propiciar a participação da sociedade afrodescendente em assembleias e debates públicos como esta na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo 26: “a instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana [...] promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais.”

## 5.5- Disparidades sociais e a Universidade

Em nossa nação ocorrem historicamente desigualdades sociais e raciais, de acordo com Almeida (2018), algo encoberto, velado e estruturado. Fatos estes raramente admitidos pela população, entre as definições de desigualdade salientamos aqui Toubia e Lima (2015, p. 121), os quais afirmam que “a desigualdade tem caráter multifatorial, é presente entre homens e mulheres, aparece nas diferenças de classe, no desequilíbrio cultural, educacional e econômico”. Muitas vezes um pequeno grupo consegue ascender socialmente a universidade, para Daflon e Feres Júnior (2014) houve um momento em que a universidade era o espaço onde a elite contribuía para o desenvolvimento do país, aspectos que perduraram até os anos 2000, e tinha como forma de ingresso os vestibulares.

Seguindo Daflon e Feres Júnior (2014), o vestibular é socialmente questionável, além da questão financeira, seus custos, expressa através do desempenho dos candidatos às hierarquias sociais de classe e cor, contribuindo para legitimar o processo de discriminações em nosso país. Tal ideia versa sobre as diferenças entre as classes alta e média, que estudam em escolas diferenciadas e distanciam-se muito das camadas mais populares; tudo isso faz nos pensar que o debate sobre a democratização do acesso é necessário para possíveis mudanças.

O processo de ingresso ao ensino superior é complexo, os educandos de diferentes origens socioeconômicas, têm dificuldade muitas vezes para concluir o ensino médio. Mas a já citada Lei de Cotas somada ao ENEM, permitem que tenhamos uma democratização do acesso ao ensino superior, para Marques e Cêpeda (2012, p. 189), “pode legitimar valores culturais, sociais e subjetivos novos na argumentação estratégica do campo científico”. Logo, afirmamos que as ações afirmativas promovem ascensão social.

Necessárias que ocorram e sejam promovidas atividades para a reversão de situações como as descritas anteriormente, para Barreto (2015) devemos estruturar nossos pensamentos em consonância com as instituições de ensino superior, refletindo sobre questões de raça, classe e gênero. Conforme a autora busca-se um equilíbrio entre a participação de brancos e negros assim como homens e mulheres no mundo científico. Barreto (2015) ainda infere sobre a relação entre brancos e pretos nos bancos escolares, temos cada vez menos negros quando mais elevado é o nível de escolaridade, principalmente na graduação e pós-graduação.

Pensamos a partir do que foi proposto neste tópico, que sim, temos a necessidade de superação e aplicação das ações afirmativas em nossas universidades. Percebemos que a partir dos anos 2000, houveram algumas mudanças, que auxiliaram na ampliação destas ações afirmativas ou consolidação das mesmas com o intuito de reduzir as mazelas sociais, permitindo o acesso ao ensino superior de diferentes grupos sociais.

## 5.6- O sistema de cotas como uma ação afirmativa

Como já dialogamos em outro tópico, houve uma grande luta dos movimentos sociais e entes públicos para que os negros conquistassem espaços ao longo do século XX, mas somente no início do século XXI, como relatam Toubia e Lima (2015), que uma rota para que pudéssemos enfrentar o desequilíbrio de acesso das classes sociais poucos favorecidas em nossas instituições de ensino superior, acabou sendo o sistema de cotas. O qual foi idealizado e proposto através de códigos relacionados as ações afirmativas, fruto de muita luta do século passado, os mesmos autores reiteram que este assunto gera inúmeros questionamentos em nossa sociedade.

Em nosso espaço social, temos pessoas favoráveis e contrários às cotas sem mesmo saber o que é o sistema de acordo com Assad (2013) percebemos o extremismo nestes discursos, “com argumentos que vão desde o fatalista “será o fim da universidade pública de qualidade” até o apologista “trata-se de uma nova abolição dos escravos” (ASSAD, 2013, p. 6). Mas, é possível relacionar que o sistema de cotas tem a intenção de reduzir as mazelas sociais de nossa sociedade, também buscar equilibrar as questões étnicas em nossas instituições.

Um dos aspectos de destaque em relação ao sistema de cotas reserva-se às afirmações de Daflon, Feres Júnior e Campos (2013), que expõe em relação ao princípio das cotas em nosso país:

Os casos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ – e Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF – foram os primeiros a chamar a atenção da grande imprensa e da opinião pública. Em um primeiro momento, essas duas universidades reservaram 40% das vagas para a “população negra e parda”, de acordo com os termos da Lei Estadual n. 3.708, de 9 de novembro de 2001. A medida, no entanto, não foi a primeira a alterar o sistema de seleção para ingresso em ambas as universidades. Antes disso, em 28 de dezembro de 2000, já havia sido sancionada a Lei n. 3.524, que havia instituído 50% das vagas nas universidades estaduais para alunos de escolas públicas. No primeiro vestibular sob esse sistema, em 2003, portanto, 90% das vagas estariam destinadas ao sistema de cotas. As universidades, no entanto, decidiram introduzir as cotas raciais dentro das cotas para estudantes egressos da rede pública (DAFLON et al., 2013, p. 307).

Para os autores, além de reflexões existentes antes e até mesmo depois da aprovação da lei de cotas, ainda hoje temos debates sobre qual seria o critério mais justo para a adoção do sistema, questões sociais, raciais, renda, escola pública, etc. Claro, que muitos são enfadonhos e não aceitam nenhuma discussão sobre o assunto, estes por sua vez são de “alguns setores da sociedade brasileira contrários em admitir a modalidade das ações afirmativas raciais, considerando tratar-se de uma nação que por muito tempo teve como um dos seus pilares identitários a ideia de democracia racial” (DAFLON et al., 2013, p. 310).

Ao dialogarmos sobre a questão racial, “a sobreposição entre negritude e pobreza não necessariamente torna a ação afirmativa baseada exclusivamente na classe um mecanismo eficaz de inclusão de grupos étnico-raciais discriminados” (DAFLON et al., 2013, p. 311). Logo, torna-se

difícil termos um padrão de cotas, ainda mais em um país continente como o Brasil, assim deveremos propor espaços para que todos os grupos sociais consigam acesso através dos processos de seleção para ingresso nas instituições de ensino superior.

Ainda neste embate, outro pretexto para a criação de um sistema de reserva de vagas seria a compreensão de que este sistema visa minimizar as distorções históricas que fizeram parte do constructo social de nosso país. Envolvendo diversas classes sociais e grupos sociais, fazendo com que o preconceito e o racismo ainda estejam presentes em nossa sociedade (BARBOSA, 2002; ALMEIDA, 2018; GUARNIERI MELO SILVA, 2017).

Outras correntes de pensamento defendem que nos processos seletivos, não deve haver direcionamento de vagas, divisão de vagas, cotas, etc. De acordo com Passos e Gomes (2014) este assunto é controverso, onde muitos opositores da legislação, acabam argumentando que o processo de cotas, acaba ferindo aspectos jurídicos e dos direitos individuais, onde em relação a raça estariam privilegiando alguém, alguns, a partir da cor da pele, menosprezando a pluralidade racial. Estas controvérsias sempre vão ocorrer, e geralmente são realizadas por pessoas que não passaram pelo processo discriminatório que outras etnias (negros) passaram.

Já nos estudos de Barreto (2015) é ressaltado que muitos ainda defendem que o sistema de cotas ocasionaria uma perda na qualidade da educação pública. Em Peixoto et al. (2016, p. 585) ressalta-se “que a qualidade da escola pública é a principal explicação para o desempenho mais baixo na universidade do aluno cotista quando comparado com o não cotista”. Logo, ambos os autores inferem que as dificuldades enfrentadas pelo aluno em sua formação pré-universitária está fora do alcance da universidade, mas assim que o mesmo se tornar acadêmico, as instituições vão buscar auxiliar no enfrentamento deste problema, e auxiliar este aluno.

Em uma outra ótica, relacionado ao ingresso de alunos cotistas, Santos e Queiroz (2013) constataram algumas mudanças na estrutura e composição das turmas em alguns cursos de graduação, onde tivemos o aumento da participação de educandos com sua origem em escolas públicas em destaque alunos negros. De acordo com a observação dos autores, estas mudanças teriam ocorrido em cursos com um prestígio social e muito concorridos como administração, arquitetura, ciência da computação, ciências jurídicas e sociais, engenharias (civil, elétrica, mecânica e química) medicina, odontologia e psicologia. Demonstrando aspectos positivos dessas ações afirmativas.

Nossa sociedade precisa de um certo tempo para compreender mudanças e mesmo assim muitas mudanças não são socialmente aceitas. Logo, os autores Haas e Linhares (2012) inferem que estamos em uma transição no que se refere ao sistema de cotas como forma de ingresso nas

instituições de ensino superior, e precisamos definir prazos, datas, para que seja evitado situações de preconceitos e discriminação pelos sujeitos.

### 5.7- Política de ações afirmativas e novas formas de ingresso: O SiSU

Nos meados da primeira década do século XXI, o Ministério da Educação propôs as Universidades uma nova forma de ingresso ao ensino superior, relacionado esta forma de ingresso ao ENEM, logo, o princípio desta forma de acesso ocorreu em 2009, de acordo com as afirmações de Ariovaldo e Nogueira (2018):

Na ocasião, o MEC apresentou, por meio do documento “Proposta à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior” (ANDIFES), a defesa da criação de um novo sistema de ingresso centralizado que utilizaria as notas dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Com base nessa proposta inicial, foi apresentado também pelo MEC e no mesmo ano o “Termo de Referência – Novo ENEM e SiSU”, no qual é explicitado o novo papel a ser cumprido pelo ENEM e, além disso, são apresentadas as regras gerais de funcionamento do novo processo seletivo. (ARIOVALDO e NOGUEIRA, 2018, p. 153).

Portanto, vislumbra-se que com tais propostas, o ENEM, deixou de ter um caráter única e exclusivamente para validar o Ensino Médio, mas sim de validar e proporcionar o ingresso do aluno concluinte do Ensino Médio ao Ensino Superior. Notável foi a intencionalidade do governo na época, em transformar por completo o propósito do ENEM, então as instituições superiores de ensino, não mais realizarem os seus vestibulares. Encontramos em Luz e Velozo (2014, p. 70) a referência de que a perspectiva desta nova percepção do ENEM “possibilita a democratização das oportunidades de concorrência às vagas federais de ensino superior, a reestruturação curricular do ensino médio e a mobilidade estudantil”.

Logo, temos a criação do Sistema de Seleção Unificada (SiSU), este criado no ano de 2010, através da portaria normativa número 2 de 2010 pelo governo federal, com a ideia de substituir os vestibulares e descentralizar os mesmos (BRASIL, 2010). Na época não havia a obrigatoriedade de adesão ao SiSU, mas aos poucos, ele foi sendo adotado pelas IES e Institutos federais de educação e tecnologia e também por algumas instituições estaduais conforme aponta Nogueira (2017). Relativo à ideia de criação do SiSU, Luz e Velozo (2014) continuam discorrendo sobre o novo formato:

O modelo se apresenta com a intencionalidade de proporcionar a concorrência de vagas em qualquer IES que aderisse ao Sistema de Seleção, possibilitando ao estudante realizar a prova no seu próprio estado e cidade, sem a necessidade exigida pelo vestibular tradicional, no qual era necessário o deslocamento até a cidade da instituição para realizar a prova. Com a mudança, criam-se oportunidades de concorrer a vagas, em nível nacional, o que de fato é a questão central do SiSU, “a seleção nacional” (LUZ e VELOZO, 2014, p. 70).

Em tese, conforme Nogueira (2017), temos três vantagens na relação SiSU e vestibulares. Primeiro, proporciona uma redução significativa de valores investidos nos processos de vestibulares, pois o processo de acesso a vagas seria mais barato e eficiente, a redução de valores,

relaciona-se com a execução dos vestibulares por cada instituição, a facilitação do acesso e eficiência, por ser um meio eletrônico a ser acessado por todo o país e qualquer pessoa. Sendo uma plataforma eletrônica poderíamos ter o candidato à vaga, escolhendo qualquer lugar do país, o que poderia auxiliar na redução de um problema, vagas ociosas em algumas universidades.

Uma segunda vantagem, ligada a ideia de mobilidade geográfica do estudante, onde poderíamos ampliar trocas culturais e permitir uma maior integração de nosso país, o aluno poderia se candidatar a vaga em diferentes estados, sem a necessidade de realizar diferentes vestibulares. Em terceiro lugar, devemos destacar a possibilidade do SiSU gerar a inclusão social, por que haveria a possibilidade dos mais pobres serem candidatos em cursos e/ou instituições muitas vezes inacessíveis a algumas camadas sociais. Sendo que a execução de vários vestibulares seria, para algumas camadas brasileiras algo inviável devido aos gastos, permitindo o acesso às minorias sociais “oriundos de escolas públicas, baixa renda, pobres, pretos, pardos e indígenas” (NOGUEIRA, et al. 2017 pág. 63).

Logo, aqui ressaltamos a articulação do SiSU com a Lei de Cotas nº 12.711/2012, (BRASIL, 2012). O ano de 2016, foi o marco onde iniciou o processo de implementação da lei, onde 50% das vagas oferecidas pelo SiSU para cada curso ofertado pelas universidades é destinada a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas. (NOGUEIRA et al, 2017).

Observando a ideia de democracia do acesso, percebemos que o SiSU, mostrava que algumas realidades seriam quebradas, pois o MEC argumentava que muitos prejuízos seriam reduzidos ou sanados. Por exemplo, o candidato pode fazer a prova em sua cidade, evitando gastos com deslocamentos rodoviários ou de outra forma, e que poderiam ter acesso a instituições até então não acessíveis. O processo de seleção mesmo, evoluindo, mantinha algumas características que afastava o mesmo do contraste social de nosso país, por que ainda trabalhava com a ideia de meritocracia, de acordo com Vargas (2019, p. 4) “a unificação da seleção, assim, seria incoerente em um país onde o ensino médio encontra-se qualitativamente muito diferenciado”.

O Ensino Médio no Brasil, teria uma concorrência, sem sentido, por que seria igual entre os desiguais. Luz e Velozo (2014) abordam a ideia de que ao ter uma competição com equidade, existe a possibilidade de aplicar uma projeção otimista, por que não temos um equilíbrio de forças. Logo, percebemos que é preciso avançar em pautas, como as políticas de ações afirmativas para reduzir deformidades no sistema de seleção em pauta.

Quando dialogamos e trazemos ao trabalho a expressão “ações afirmativas”, esta é de origem estadunidense, segundo Toubia e Lima (2015):



(...) a expressão “ação afirmativa” foi cunhada nos Estados Unidos dos anos 1960 (affirmative action), no momento em que ocorria a efervescência de uma série de reivindicações internas, visando eliminar leis segregacionistas, assim como promover a criação de leis que reparassem as históricas injustiças existentes. Em síntese, tais movimentos denunciavam as desigualdades sociais e raciais e reivindicavam a melhoria das condições de vida dos negros. Em outros países, como Austrália, Argentina, Cuba, África do Sul, Comunidade Europeia, por exemplo, as ações afirmativas também foram aplicadas em contextos diversos e com objetivos diferentes. Toubia e Lima (2015, p. 119):

Assim como estes autores referem-se à origem do tema, os mesmos descrevem e as políticas de afirmação em destaque em nossa aldeia global (TOUBIA e LIMA, 2015, p. 121):

É nesse cenário que as Nações Unidas aprovam, em 1965, a Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial, ratificada por 170 Estados, entre eles o Brasil, que a ratificou em 27 de março de 1968. Nos Estados Unidos da América, no ano de 1961, por meio do decreto do Poder Executivo nº 10.925 surgem as ações afirmativas. Nesta década o termo "Affirmative Action" foi utilizado pelo Presidente John Kennedy, quando se referia às medidas que o governo deveria adotar em relação aos marginalizados socialmente. Na Europa as políticas afirmativas foram denominadas de “Discrimination positive”.

Na literatura técnico científica, temos outras definições em relação a ações afirmativas, aqui trazidas em ordem de publicação, Haas e Linhares (2012, p. 844) remetem a ideia que são “políticas públicas que dão preferência a segmentos sociais marginalizados no acesso aos direitos sociais, sobretudo à educação e ao mercado de trabalho”. Logo, idealizam que se faz mister a integração dos grupos étnicos objetivando a aceitação nas instituições de ensino da multiculturalidade híbrida apresentada em Burke (2003).

Outra definição é a de Carvalho e Waltenberg (2015, p. 373), os quais afirmam que “uma política de ação afirmativa deve estar baseada na precisa identificação de segmentos sociais que, por desvantagens socioeconômicas, estão privados ou têm seu acesso limitado a um bem ou serviço”. Onde inferem que devemos identificar as minorias sociais, mapear e proporcionar acesso àqueles serviços que os mesmos não tem acesso, ou até mesmo nem sabem que têm acesso.

Em sequência, temos Silva (2017, p. 1209), o qual aponta que as ações afirmativas seriam um “conjunto de práticas que visam combater a discriminação de fato e transformar a sociedade com base no princípio do pluralismo e da diversidade”. Este último, destaca que devemos ter uma direção das ações afirmativas em direção a eficácia e eficiência. Permitindo que as correções sociais e raciais necessárias, pois não fazer este caminho, seria como que desconsiderasse o racismo em nossa sociedade.

Logo, após esta introdução sobre sistema de ingresso e Lei de Cotas, onde esta última proporcionou através de critérios raciais e socioeconômicos estabelecer percentuais de acesso às IES (BRASIL, 2012):

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único. No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, aquelas remanescentes deverão ser completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012)

Muitos autores recordam que em muitas instituições antes da lei de cotas as universidades já tinham o seus sistemas de seleção por cotas, de acordo com Rossetto e Gonçalves (2015), as instituições buscavam seus próprios métodos para direcionar as vagas, adotando cotas locais relacionadas a circunstâncias econômicas, raciais, regionais, entre outras. Depois da aprovação da lei, o regramento foi unificado, e o critério unitário “ensino médio público” como o principal preceito, seguido da renda e cor.

Depois da promulgação da Lei de Cotas, o SiSU, teve obrigatoriamente que passar por um processo de modelagem, atendendo assim todas as novas exigências legais. Ficando definido para todas as universidades federais, que de 2013 em diante, as modalidades de concorrência seriam determinadas pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012.

O quadro 3, abaixo esteve vigente até o ano de 2017.

Quadro 3 – Tipo de concorrência no SiSU (vigência 2013-2017)

<b>Legenda</b>	<b>Ação afirmativa</b>
AC	Ampla concorrência.
L1	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L2	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L3	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L4	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
A1	Candidato com deficiência.

Fonte: Universidade Federal do Pampa. Secretaria Acadêmica do campus Uruguiana. PITELLA, 2021.

Enquanto que do processo seletivo de 2018 ocorreu uma mudança das modalidades, conforme o Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017 como estruturamos no quadro 4, logo observamos que houve a separação das cotas destinadas para os portadores de deficiência:

Quadro 4 – Tipos de concorrência no SiSU (vigência 2018-2019)

<b>Legenda</b>	<b>Ação afirmativa</b>
A0	Ampla concorrência.
L1	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L2	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L5	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa MEC nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L6	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa MEC nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L9	Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L10	Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L13	Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L14	Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
V1094 (atual legenda V1973)	Candidato com deficiência.

Fonte: Universidade Federal do Pampa. PITELLA, 2021.

Em relação aos percentuais de vagas para os cursos de graduação da Unipampa, de acordo com a relação identificada pelo IBGE, são:

- 48% das vagas para ampla concorrência;
- 20% das vagas para as modalidades L1 e L2;
- 8% das vagas para as modalidades L5 e L6;
- 6% das vagas para as modalidades L9 e L10;
- 6% das vagas para as modalidades L13 e L14;
- 2% das vagas para candidatos com deficiência.

Se porventura, não ocorra a totalidade em preencher as vagas nas proporções acima relacionadas, se faltar candidatos em determinada modalidade de concorrência a Unipampa, determina que ocorra uma ordem de prioridade, sendo possível convocar candidatos inscritos em modalidades diferentes daquela onde tenha a vaga. No quadro 5, identificamos as sequências de prioridades para o preenchimento:

Quadro 5 – Ordem prioritária para ocupar vagas remanescentes

<b>Modalidade de concorrência da vaga ociosa</b>	<b>Sequência para preenchimento</b>
L1	L1 > L2 > L6 > L5
A0 / L2	L2 > L1 > L6 > L5
L5	L5 > L6 > L2 > L1
L6	L6 > L5 > L2 > L1
V1973	A0
L9	L9 > L1 > L2 > L6 > L5
L10	L10 > L2 > L1 > L6 > L5
L13	L13 > L6 > L5 > L2 > L1
L14	L14 > L5 > L6 > L2 > L1

Fonte: Universidade Federal do Pampa. PITELLA 2021.

Dentro da conjuntura apresentada, mas na falta de candidatos ao sistema de cotas, as vagas são destinadas aos alunos suplentes do sistema universal (sigla A0). Se dentro destes esforços, permanecer sem a ocupação das vagas, as remanescentes são destinadas para seleção alternativas como (Reopção de curso, Processo Seletivo Complementar, Processo Seletivo para Fronteiriços e Processo Seletivo para Indígenas Aldeados e Moradores Quilombolas).

## 5.8- O processo de evasão e de retenção na universidade

O processo de evasão e de retenção nas universidades brasileiras, em especial o primeiro, é um fenômeno que deve ser analisado e debatido, pois permeia instituições públicas e privadas do ensino básico ao ensino superior, permitindo um desequilíbrio em nosso sistema educacional, gerando prejuízo de ordem financeira, social e acadêmica. Apesar de ser considerado um problema comum em nossas instituições, tem preocupado instituições em nosso país e em nossa aldeia global (FURTADO e ALVES, 2012; CUNHA, TUNES e SILVA, 2001; JÚNIOR, CABELLO e HOFFMANN, 2018).

Quando referimos a evasão, o termo pode ser modificado de uma IES para outra e também dependendo dos autores, mas o tema ao longo dos últimos anos, evasão e retenção, tornou-se objeto de estudos por diversas instituições e órgãos governamentais, com a ideia de identificar determinantes causais sobre a evasão universitária. Diversas técnicas são adotadas para mapear os processos evasivos, estudos generalistas (macro), baseado em censos de dados quantitativos, como os desenvolvidos por Filho et al. (2007); Lobo (2012) e Bardagi; Hutz (2005). Mas também, podemos realizar estudos em uma perspectiva ótica específica (micro), através de análise de dados de uma determinada instituição, onde conseguimos alguns detalhes através de pesquisas exploratórias, entrevistas ou estudos de casos conforme os trabalhos desenvolvidos por: Brito (2013), Cunha, Tunes e Silva (2001), Nagai e Cardoso (2017), Furtado e Alves (2012), Alencar (2014).

No ano de 1996, a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras, ligada à SESu/MEC, com apoio da ANDIFES e da ABRUEM, construiu uma análise sobre evasão, intitulada “Diplomação, Retenção e Evasão nos Cursos de Graduação em Instituições de Ensino Superior Públicas”. Logo, o referido estudo mostrou uma assimetria nos conceitos de evasão, sugerindo já naquela época estudos sobre o tema para que pudessem melhorar através de subsídios que nos mostrassem um melhor entendimento da temática. O referido relatório, ainda traz o conceito de evasão descrito “como a saída definitiva do aluno de seu curso de origem, sem concluí-lo” (BRASIL, 1997, p. 25). O estudo não mostra soluções parciais ou definitivas para o problema da evasão.

Nos estudos de Lobo (2012), ele aborda que relevante e expressiva quantidade de estudos sobre evasão encontra-se na literatura, mas é difícil padronizar tal temática. Seria necessário ter clareza, em relação ao tipo de evasão que estamos nos referindo, pois o conceito de evasão é multifacetado, de acordo com a face que ocorre. Para Lobo (2012), podemos classificar em:

1. Evasão do curso - seria a saída definitiva do discente do seu curso de origem;

2. Evasão da instituição (IES) - refere-se quando o discente muda de IES, mas não deixa o sistema de ensino;

3. Evasão do sistema - é a referência do abandono do discente de forma definitiva.

Segundo Baggi e Lopes (2011) a evasão no ensino superior é complexa, deve ser analisada levando em consideração o contexto histórico, onde ocorre a influência de fatores ao abandono acadêmico. Compreender as formas de abandono acadêmico, permite verificar os motivos de fracassos institucionais, e identificar se essas causas são internas ou externas. Além do que abordamos até aqui é necessário avaliar tais problemas, para buscar soluções, a evasão está na contramão do processo de democratização do acesso, se o jovem consegue chegar na universidade, de outra maneira, ele não consegue permanecer e atingir sua conclusão. Razões sociais, pessoais, econômicas, institucionais entre outros, influenciam de forma direta o processo de ruptura do discente e a instituição de ensino.

Logo, percebemos que a escolha da profissão contribui para o processo de formação ou abandono do curso (GAIOSO, 2005). Já a busca pela diplomação nos cursos superiores está relacionada ao desejo de ascender socialmente e salarialmente, de certa forma atingindo uma melhora de vida. Alguns cursos são desprestigiados socialmente, como as licenciaturas, (GOMEZ apud GAIOSO, 2005), já outros como medicina, engenharia, direito entre outros, mantêm um prestígio social, e também possuem atrativos salariais e ótima colocação no mercado de trabalho (GAIOSO, 2005; MOURA e SILVA, 2007; BAGGI e LOPES, 2011).

Voltando a referir sobre o relatório de 1997, considerado o primeiro levantamento sobre evasão e seus estudos, nas considerações finais do documento (BRASIL, 1997), apontam três hipóteses desta evasão:

Hipótese 1 - relacionada a aspectos do estudante em si, suas aptidões pessoais que nem sempre estão relacionadas com a exigência de um curso, falta uma conexão entre o educando e o curso. Ainda relacionado ao estudante, levantam a ideia de que estes definem a escolha do curso com seus 16 a 18 anos, muitas vezes sendo imaturos, e que sua decisão pode levar a insatisfação profissional no percurso acadêmico;

Hipótese 2- seria relacionado aos aspectos institucionais, ou seja currículos ultrapassados, ensino tradicional, supervalorização da pós e desvalorização da graduação;

Hipótese 3 - esta faz alusão a coisas externas à IES, conjuntura econômica, mercado de trabalho, possibilidade de ascensão financeira, estes itens influenciam a troca de curso, ou até mesmo o abandono.

Ao buscar a definição teórica do termo evasão, percebemos que não há um tema específico, Kozelski e Hammerschmidt (2009) dialogam que várias são as razões para a perda de alunos, mas

mapeiam as causas em fatores externos e internos. As questões externas relacionam-se com as instituições universitárias, o corpo docente e a escolha errada do curso pelo educando. Enquanto que os assuntos internos, relacionam-se com o próprio aluno, envolvendo condições econômicas escassas, problemas familiares e dificuldades psicológicas. As ideias destes autores relacionam-se diretamente com o relatório do fim do século XX, e também estão ligadas com as definições teóricas sobre evasão que citamos recentemente.

Para Baggi e Lopes (2011, p. 356), “é um problema que vem preocupando as instituições de ensino em geral, sejam públicas ou particulares, pois a saída de alunos provoca graves consequências sociais, acadêmicas e econômicas”.

Outra inferência com definição teórica seria Lobo (2012, p. 8) o qual aponta que “é aquela em que o aluno deixa um curso por qualquer razão: muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários”. Este último preceito, dá a ideia de que evasão não é simplesmente fazer a subtração de quantos entraram e quantos saíram, mas a necessidade de verificar quem ingressou, quem abandonou, quais as razões, como abandonou.

Já em relação a Ambiel (2015) existe uma enorme dúvida no rol dos pesquisadores, instituições de ensino e órgãos governamentais relacionados à evasão superior. Mas, não há “instrumentos padronizados que afirmem especificamente os motivos potenciais que levam os estudantes a deixar seu curso, ainda que haja uma quantidade razoável de estudos nacionais e estrangeiros avaliando variáveis relacionadas à evasão” (AMBIEL, 2015, p. 43).

As IES, têm grandes desafios hoje, em pleno século XXI, trabalhar com redução de verbas, combater fake news (inverdades) e a não ciência (pseudociência, aquilo que não segue o método científico), valorizar a ciência, combater a evasão e proporcionar aos alunos que concluam seus estudos no período correto. Mas, muitas vezes os alunos acabam integralizando seus cursos com um tempo maior para sua formação.

Neste sentido trazemos Pereira (2013, p. 17), “a retenção implica em um tempo maior do que o previsto para a conclusão do curso, o que compromete a taxa de sucesso, gera ociosidade de recursos humanos e materiais e pode provocar a evasão do estudante”. Seguimos nos referindo a este autor, pois ele afirma que devemos encarar com diferentes sentidos, devido a IES ter sua produtividade comprometida quando um aluno é retido.

Em relação a retenção, abordamos aqui Lamers, Santos e Toassi (2017) os quais entendem que retenção é a modificação da sequência natural do educando, “a partir daquela definida no semestre de ingresso, em virtude de reprovação, cancelamento, trancamento de matrícula ou afastamento, fazendo com que o estudante precise de mais tempo para concluir o curso” (2017, p. 5).

Para o sucesso do acadêmico, a forma de estudar deveria ser diferente daquela que o aluno exerceu no ensino médio, buscar modelos de aprendizagem por parte dos professores e professoras, sendo que estes deveriam olhar de outra maneira para o aluno que é trabalhador e busca um crescimento acadêmico, mesmo diante de muitas dificuldades. Os alunos que estão nessa realidade de trabalhar e estudar, são aqueles que não conseguem concluir no tempo integral geralmente (LAMERS; SANTOS; TOASSI, 2017).

Acreditamos que a partir do apresentado, permite-se inferir que todos estes fatores, existentes e que afligem as IES, devem proporcionar reflexões para reduzir essas ameaças.



### **5.9- Ações de permanência do estudante na Unipampa**

Ao dialogarmos sobre ações afirmativas, ligadas a elas, devem estar as ações de permanência para auxiliar o educando a fixar-se na universidade. No Brasil, as estratégias de auxílio aos alunos das IES está descrito na Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, a qual cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES.

Dentro desta perspectiva utiliza-se o termo “estudante-exceção, para referir aos discentes cotistas sociais ou raciais”, Mayorga e Souza (2012) apontam que não há embasamento para a afirmação do estudante-exceção, segundo o estudo, “a presença de uma rede de apoio externa à família se torna condição para a concretização dos anos escolares” (MAYORGA; SOUZA, 2012, p. 269), permitindo que esse aluno, torne-se um incluso e não mais exceção na instituição.

Então, acreditamos que as políticas de assistência ao aluno, são fundamentais, para que ocorra a manutenção dos estudos e a permanência deste durante o curso, sendo mister que a universidade torne concreta estas ações, para que os alunos que necessitem, possam contar com a ajuda. Inúmeros estudantes cotistas não têm auxílio de familiares, por estarem longe de suas cidades de origem e devido a mudanças geográficas, e pela mesma razão demoram a estabelecer vínculos de amizade.

Na instituição que é o foco de nosso estudo, temos a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), responsável pelas ações de acompanhamento e permanência dos estudantes. De acordo com os documentos oficiais da universidade “o setor da Reitoria que desenvolve programas, benefícios e ações de assistência estudantil e de acesso aos direitos de cidadania, direcionados à comunidade universitária” (UNIPAMPA, 2019).

Em nossa instituição, temos como balizadores das ações assistenciais a Resolução nº 84, de 30 de outubro de 2014 (aprova a política de assistência estudantil) e a Norma Operacional 06/2018 (dispõe sobre o Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola). No site da PRAEC, é público as ações e a descrição das mesmas, com seus programas, projetos, ações relacionadas aos educandos, sintetizados no quadro 6:

Quadro 6 – Ações da PRAEC em assistência ao educando da Unipampa

Programa/Projeto	O que é?
Plano de Permanência – PP	O Plano de Permanência consiste na concessão de benefícios de assistência básica ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, visando prevenir a evasão e a retenção dele além do tempo necessário para a conclusão do Curso.
Apoio ao Ingressante	O Programa de Apoio ao Ingressante consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica a que estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo oferecer condições de acesso, permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil.
Projeto de Apoio Social e Pedagógico – PASP	O Programa de Apoio Social e Pedagógico (PASP) consiste no fomento de alternativas para ampliar as condições de permanência dos acadêmicos na Universidade, por meio de estratégias de acompanhamento socio-pedagógico, tais como: orientações gerais sobre a vida universitária e sobre o acesso aos programas e benefícios de assistência estudantil; fornecimentos de materiais pedagógicos; monitorias; organizações de grupos de estudos; acompanhamento prévio a atividades avaliativas; apoio para planejamento de estudos; orientações sobre hábitos e rotinas de estudos e organização da vida acadêmica; entre outros. Anualmente, são selecionados discentes para serem bolsistas do PASP, que, através da orientação dos servidores dos NUDEs, realizam o acompanhamento a estudantes das ações afirmativas e beneficiários do Plano de Permanência (PP), encaminhados ao Programa.
Programa de Apoio à Participação de Estudantes em Eventos – PAPE	O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) tem como finalidade incentivar a participação dos estudantes, regularmente matriculados em cursos de graduação, em eventos presenciais acadêmicos, esportivos, culturais, científicos, tecnológicos e de formação complementar, com o objetivo de contribuir no desempenho acadêmico e na formação integral dos estudantes, em consonância com o Plano Institucional de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.
Programa de Ações Afirmativas	O Programa de Ações Afirmativas tem como finalidade minimizar, no ambiente universitário, as desigualdades e as discriminações étnicas, raciais, sociais, aquelas em razão da deficiência e outras de qualquer natureza presentes na sociedade, e contribuir na institucionalização da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva com o objetivo de garantir o pleno acesso à educação superior em consonância com a Política de Assistência Estudantil da UNIPAMPA.

Fonte: site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários - PITTELLA - 2021

Destacamos que dentro dos auxílios concedidos aos educandos da Unipampa, temos anualmente um edital de seleção, divulgado pela instituição por meio de suas ações, estas têm o intuito de desenvolver condições a fim de manter o acesso e permanência de acadêmicos, atendendo a comunidade a partir da ótica da inclusão social, contribuindo com ações mais justas e igualitárias, Estas ações da Política de Assistência Estudantil da Unipampa são materializadas, no Plano de Permanência, composto pelos Programas que se encontram sintetizados no quadro 7:

Quadro 7 – Estrutura do Plano de Permanência da Unipampa

Programa	Tipos de auxílio
Programa de alimentação subsidiada	<u>Auxílio Alimentação</u> : Destina-se a contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do discente. Onde houver RU em funcionamento, o valor do auxílio é de R\$ 80,00 (oitenta reais). Nos demais campi, o auxílio será no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).
	<u>Alimentação Subsidiada</u> : Nos campi onde estiver em funcionamento o Restaurante Universitário, os beneficiários do Plano de Permanência poderão acessar o RU com o valor da refeição totalmente subsidiado pela Universidade.
	<u>Subsídio parcial de Alimentação</u> : Destina-se ao custeio de uma parte do valor da refeição de todos estudantes de graduação da UNIPAMPA, independente da comprovação de renda, proporcionando acesso a uma refeição de qualidade, balanceada e de preço acessível.
Programa de moradia estudantil	<u>Auxílio-Moradia</u> : no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), visa contribuir com as despesas decorrentes de pagamento de aluguel ou similar, de discentes cuja residência seja externa ao município de seu campus ou na zona rural e que necessitem fixar residência em região urbana no município onde está localizado o respectivo campus.
	<u>Vaga na Moradia Estudantil</u> : espaço de acolhimento e moradia, de caráter temporário e gratuito, aos acadêmicos que apresentem comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica e provenham da zona rural ou de municípios externos ao do campus. Por enquanto, apenas os campi São Borja e Santana do Livramento tem Moradia Estudantil em funcionamento.
Programa de apoio ao transporte	<u>Auxílio-Transporte</u> : visa contribuir com despesas de transporte até o campus e/ou para atividades acadêmicas regulares, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais).
	<u>Auxílio-Transporte Rural</u> : visa contribuir com despesas de transporte para realização de atividades acadêmicas dos estudantes residentes na zona rural do município-sede do campus a que estejam vinculados, e em comprovada situação de vulnerabilidade socioeconômica, no valor de R\$ 100,00 (cem reais).
Programa de auxílio creche	<u>Auxílio Creche</u> : auxílio financeiro aos estudantes de graduação presencial em situação de vulnerabilidade socioeconômica, oriundos da rede pública de educação e que tenham filhos em idade de zero até 5 (cinco) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) por filho.

Fonte: site da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários PITTELLA 2021

### **5.10 - Breve descrição dos cursos da área da saúde da Unipampa**

Neste tópico, apresentamos os cursos da área da saúde da Universidade Federal do Pampa, Campus Uruguaiana, objetivo de estudo do presente trabalho, a saber: Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia e Medicina.

Observamos que cada curso possui suas peculiaridades, como já ressaltamos a exemplo de cursos com um status perante a sociedade. Como são exatamente os cursos de graduação da área da saúde, muitos deles com extrema importância, principalmente em um momento sindêmico como o que vivemos atualmente.

A Universidade Federal do Pampa é uma instituição relativamente nova, mas desde seu início, assumiu muitos desafios, como o inicial de ter sido criada em 10 cidades diferentes, onde seu objetivo de colaborar para o desenvolvimento da região da fronteira oeste e fronteira sul do Estado do Rio Grande do Sul está sendo desenvolvido.

A área geográfica que a Unipampa está inserida, já teve um grande destaque na economia gaúcha, mas ao longo da história, idas e vindas de crises, resultou em uma degradante perda de posição econômica, bem como na área populacional, que apresentou um declínio demográfico nos últimos anos. Para termos comparativos, os PPCs da Unipampa consultados indicam que o IDH do norte do estado tem uma grande diferença com o IDH do sul, região que se encontra a Unipampa, como descrito no PPC do curso de medicina, Unipampa (2019).

Ressaltamos que na referida região destaca-se o agronegócio, e também salientamos os aspectos da distância geográfica, que coloca a região entre os principais países do Cone Sul da América latina. A região destaca-se também com suas potencialidades, para diversificar seu processo econômico, solos planos, centralidade geográfica em relação a grandes centros, excelência na agropecuária e importantes instituições de ensino, conforme PPC do curso de Enfermagem, Unipampa (2019).

De acordo com o IBGE (2015) a atividade principal em Uruguaiana é a agricultura, com extensa lavoura de arroz (produção de cerca de 444.500 toneladas) e a bovinocultura de corte (rebanho aproximado de 360.000 animais). Outro ponto relevante é que esta cidade é a principal área dos turistas argentinos, chilenos e uruguaios que adentram no RS esta cidade possui também o maior porto seco da América Latina, com aproximadamente 80% da exportação nacional passando por aqui, e seguindo por nossa Ponte Internacional que interliga Uruguaiana ao município argentino de Paso de Los Libres. Após fazermos esta síntese sobre nossa região, vamos descrever os cursos a serem analisados neste trabalho.

### **5.10.1- Curso de Enfermagem**

Sabemos que há uma necessidade do profissional de enfermagem em nossa sociedade, ainda mais em uma região distante dos grandes centros, onde o acesso à educação pública superior era inexistente. A inserção da Unipampa vem contribuir para a formação de profissionais, que somam em nossa sociedade, com competência e responsabilidade.

De acordo com o PPC de Enfermagem (Unipampa, 2019), este está sendo inserido no município de Uruguaiana, com o objetivo de fortalecer a educação e o desenvolvimento, em nossa região. Propondo a formação de enfermeiro, generalista, humanista, crítico e reflexivo, que possa atuar em diferentes níveis de promoção da saúde, e sempre que necessário intervenha em situações de saúde. Em soma a este ponto é referido um destaque ao enfermeiro, profissional com competência para atuar na atenção a indivíduos e no coletivo, a partir da liderança e também da tomada de decisão, em gerenciamento nos serviços de saúde.

A oferta do curso, está relacionada com a demanda de profissionais que possam ser inseridos no mercado de trabalho, considerando nossa posição geográfica proporcionando ingresso nas IES e formando profissionais que possam ativamente influenciar em nossa sociedade. O Curso de Enfermagem tem como princípio fortalecer a área educacional, profissional, permitindo a promoção de saúde em relação às especificidades políticas, sociais e culturais. A implantação do curso foi designado pelo ato de criação pelo Parecer n.074-CONSUNI/UFSM, de 30 de junho de 2006.

O início das atividades do curso foi em outubro de 2006, mas apenas em 2012 o curso foi reconhecido pelo Ministério da Educação. Anualmente são ofertadas 50 vagas, com ingresso semestral de 25 alunos. As atividades curriculares ocorrem em turno integral, tanto no espaço da Universidade como também nos serviços de saúde da nossa cidade, o tempo mínimo para integralização é de 10 semestres, 5 anos.

### **5.10.2- Curso de Fisioterapia**

Ao analisar o PPC do curso, o mesmo destaca que existe uma "necessidade de enfrentamento aos problemas no âmbito da Saúde enfrentados pelo município, entre os quais desafios na gestão dos serviços, número de profissionais reduzido, necessidade de consolidação da política de educação permanente nos serviços de saúde", de acordo com o PPC de Fisioterapia (Unipampa, 2020, p. 28).

Portanto, é imprescindível o desenvolvimento de pesquisas, e divulgar informações que possam corroborar para pensar ações e serviços de saúde. Neste sentido, o curso realiza mais de 150 atendimentos diários (números antes da pandemia), possibilitando um atendimento de qualidade e gratuito a comunidade da cidade e região. Estes atendimentos ocorrem em inúmeras áreas: neurologia, ortopedia, reumatologia, traumatologia, cardiologia, respiratória, uroginecologia, obstetrícia, dermatologia, estética e fisioterapia comunitária.

Ao partir desta conjuntura, temos a necessidade de inserir em nossa cidade profissionais da área da saúde com foco no Sistema Único de Saúde (SUS). Devemos ressaltar que no processo de formação do acadêmico pauta-se sua formação no pressuposto da aprendizagem significativa, refletindo sobre sua prática e prática em equipe.

O Curso de Fisioterapia da Unipampa, objetiva a formação de profissionais generalistas, de excelente nível técnico, e com responsabilidade social, PPC de Fisioterapia. (Unipampa, 2020). Este curso é o único ofertado na região sudoeste do RS em instituição pública. Além dos componentes curriculares inerentes a área de formação, ocorre a oferta de componentes que venham discutir temáticas relacionadas ao ambiente, questões étnico-raciais, direitos humanos, fortalecendo a formação crítica e cidadã.

O curso teve suas atividades iniciadas em 2006, com ingressos anuais de 50 educandos, desde então; a partir de 2009 houve uma reforma curricular, fazendo uma divisão em duas turmas de 25 alunos semestrais, conforme o PPC de Fisioterapia (Unipampa, 2020). A IES tem como foco, elaborar para com os acadêmicos acesso a modernização, através de questões pedagógicas que possam favorecer a formação e possibilitar atuação do profissional em saúde pública e ou privada.

### 5.10.3- Curso de Farmácia

Ao analisar o PPC do curso de farmácia, nos deparamos com uma informação muito relevante em nossa sociedade, esta sobre o mercado de fármacos em nosso país, o nos informa:

O mercado farmacêutico no Brasil teve um aumento considerável nas duas últimas décadas, sendo que o panorama atual no país indica a existência de mais de 50 mil farmácias e drogarias, com uma média de um estabelecimento para cada 3,2 mil habitantes. Dados do Conselho Federal de Farmácia apontam que do total de 79.010 farmácias e drogarias, 60.585 estão situadas em municípios do interior. Desse total de estabelecimentos, aproximadamente 6,3% estão no Estado do Rio Grande do Sul, [...] (Unipampa, 2019. p. 5).

No período anterior a implantação do curso, havia uma demanda de profissionais da área da farmácia, pois havia inexistência de vagas na região. Logo, para seguir esta profissão deveriam ir, os candidatos, prestar vestibulares em grandes centros; se considerarmos a gratuidade, o número de instituições que oferecem esta modalidade antes da criação desses cursos era muito limitado. Essa realidade foi transformada, pela implantação do curso de farmácia na Unipampa.

Neste contexto citado, a função social do farmacêutico ganha uma importância, seus serviços conjugam sua responsabilidade técnica com o desenvolvimento regional. O curso desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, os acadêmicos são questionados constantemente para buscar respostas ativas e motivados para participar das atividades. Logo, espera-se que o egresso do curso de Farmácia tenha um perfil generalista, capaz de atuar na profissão de forma ampla e crítica, atendendo às necessidades regionais, tanto no setor público quanto no privado.

O curso iniciou suas atividades no segundo semestre de 2006, dentro das políticas do governo federal que estabelecia a expansão e renovação das IES. O curso foi autorizado através do Parecer 068/06 do Conselho Universitário da UFSM, em 2006, e atualmente através da Portaria nº 492 de 05 de agosto de 2009. Inicialmente a instituição que fez o vestibular foi a UFSM, esta responsável pelo crescimento e apadrinhamento da Unipampa.

A proposta pedagógica de 2009 até o presente momento, possibilita ao acadêmico participar de outras atividades em sua formação, como atuação em projetos de pesquisa, extensão e estágios extracurriculares em instituições relacionadas ao curso. Em 2019 o PPC do curso foi reformulado para atender as novas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CES/CNE 06/2017); de acordo com a nova proposta, houve uma redução no tempo de sala de aula, permitindo a inserção em outras atividades, atendendo à legislação vigente (Resolução CES/CNE 07/2018).

Com a necessidade atrelada às novas diretrizes, somado à preocupação com a retenção dos alunos, ocorreu uma modificação na oferta de componentes anuais para semestrais. Esta mudança

poderia diminuir a retenção e reduzir também a evasão, devido à razão de que aos discentes será oportunizado cursar disciplinas que tenham sido reprovados no semestre seguinte, de acordo com o PPC de Farmácia (Unipampa, 2019).

A entrada no curso é semestral, com 25 discentes em cada semestre, este número reduzido é ótimo para as aulas práticas, sendo uma estratégia que auxilia na organização dos componentes.



#### **5.10.4- Curso de Medicina**

De acordo com o PPC do curso de medicina, este visa a formação de profissional generalista, com visão humanista, crítica e reflexiva. Onde o egresso do curso, deve estar apto a atuar balizado pela ética e moral, em processos de saúde / doença em diferentes níveis de atenção à saúde, através de ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação.

Neste contexto, a formação do médico da Unipampa consiste na preparação de profissionais para suprirem as necessidades regionais e locais, devendo estes contemplarem a priori o SUS, em um processo de parceria com a Universidade e as unidades de saúde da região. Para que esses ideais sejam alcançados, o curso busca essencialmente o processo interdisciplinar, no ensino, na pesquisa e na extensão.

Relacionado ao que está descrito no PPC da Medicina. Unipampa (2019), o curso é importante não apenas para a cidade de Uruguaiana, mas para a região da fronteira oeste e fronteira sul, onde a Unipampa está inserida, por ser uma região que carece destes profissionais. Logo o curso de medicina vem contribuir para prover e fixar profissionais médicos em áreas interioranas e de vulnerabilidade do País (BRASIL, 2012e).

A partir da criação do curso, em 2016, este está engajado em oferecer formação de qualidade na área médica para o SUS, de acordo com Lei nº 12.871/2013 (BRASIL, 2013b), relacionado ao Programa Mais Médicos e às DCNs de 2014 (BRASIL, 2014). Com isso, busca-se levar o educando para a rede de atenção à saúde, através de parcerias e convênios com as secretarias de saúde e os hospitais de Uruguaiana e região, processo este que permite a troca de experiências e também a prática através de um maior atendimento à população.

O processo de criação do curso de medicina é fruto de uma histórica luta de reivindicação da população da fronteira. Dados socioeconômicos da região mostram a necessidade de ocorrer investimentos em áreas como saúde e educação, como isso, “a UNIPAMPA, comprometida com o desenvolvimento regional para construção de uma Nação justa e democrática” (UNIPAMPA, 2013, p. 31), mostra uma base para fortalecer, ampliar, aprimorar os serviços de saúde na região de inserção da universidade.

O PPC começou a ser estruturado em 2013, com o diálogo entre vários atores sociais da Secretaria e do Conselho Municipal de Saúde de Uruguaiana, do Legislativo do Município, do Estado e da Federação. Assim, foi produzido o PPC de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (BRASIL, 2014). Logo o curso foi autorizado através da Portaria nº 937, de 2 dezembro de 2015 (BRASIL, 2015).

O curso ofertou 60 vagas no SiSU conforme edital nº 002/2016 e edital complementar nº 011/2016, em janeiro de 2016, onde 30 ingressantes do curso iniciaram suas atividades em março.

Esta estrutura permanece até o momento, onde os outros 30 acadêmicos ingressam no segundo semestre o período para integralização é de 6 anos. Em relação ao inicial o PPC foi alterado, devido as mudanças contemporâneas serem dinâmicas, bem como uma necessidade de construir uma cultura institucional que nos mostre um PPC “constante, avaliativo e atualizado de acordo com as demandas do contexto educacional, social, político e econômico” conforme o PPC da Medicina (Unipampa, 2019, p. 33).

## 6- DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Definir, construir um delineamento metodológico em momento de pandemia é complexo, pois não podemos ser tão rígidos na organização da pesquisa, dependendo das ações pensadas, estas têm que ser repensadas, devido a ações neste momento sintético, fechamento de instituições, poucas ações presenciais e muitas *on-line* (virtual, via internet), logo trazemos em linhas gerais definições como Marconi e Lakatos, que inferem que pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade [...]” (MARCONI, LAKATOS, 2010. p. 139), já para Gil (2008) pesquisa é a produção de novos conhecimentos.

Quando nos referimos ao método científico, citamos novamente Marconi e Lakatos (2010), onde o caracterizam pela utilização de um sistema e de forma racional um conjunto de atividades.

Nesta pesquisa realizamos uma investigação de caráter exploratório (CIRANI; CAMPANARIO; SILVA, 2015), do tipo estudo de caso (MEIRINHOS; OSÓRIO, 2010). Caracteriza-se pela análise quantitativa e qualitativa dos dados, obtidos junto aos registros acadêmicos da Unipampa.

Ao referir a análise qualitativa, Fonseca (2002) traz que este tipo de pesquisa está preocupado com aspectos subjetivos que não podem ser quantificados. E somando ao apontamento de GIL (2008), a investigação exploratória possui como objetivo dar uma visão ampla, aproximando de um determinado ponto.

Outro aspectos, seria uma atividade descritiva, onde objetiva-se de acordo com Gil (2008), buscar opiniões, relacionadas a um grupo populacional, permitindo identificar as nuances de um grupo social. Muitas das informações foram contempladas com busca através, de pesquisas bibliográficas e documental. Logo, Gil (2008) diz que investigações bibliográficas e documentais são semelhantes e apresentam conceitos semelhantes, o que as diferencia são as fontes. Enquanto Marconi e Lakatos (2010) inferem que as investigações bibliográficas, abrangem toda a bibliografia publicada em relação ao tema. Tal ideia, nos parece muito complexa de elucidar hoje em dia, pois o avanço, e a quantidade de publicações são imensos, tornando complexo a busca por “toda” a bibliografia de uma área ou assunto.

As fontes da pesquisa bibliográfica selecionadas, para uma parte deste estudo, que culminou com um artigo, do tipo ‘estado da arte’, foram as Teses de Doutorado e as Dissertações de Mestrado produzidas entre o ano de 2012 e 2021, encontradas no BDTD - (Banco Digital Brasileiro de Dissertações e Teses), onde foi possível verificar o que já tem sido estudado sobre o tema. Sendo um momento em que realizamos uma pesquisa documental que para Marconi e Lakatos (2010) é

uma fonte de elaboração de dados restrita a documentos denominados de fontes primárias, e para Fonseca (2002) são fontes mais diversificadas, sem um tratamento analítico.

No que se refere às análises quantitativas, os dados foram obtidos a partir de informações do sistema GURI (Gestão Unificada dos Recursos Institucionais) e SIE (Sistema de Informações para o Ensino), junto a secretaria do campus Uruguaiana, também utilizamos informações públicas no site da Unipampa. De acordo com Martins (2010), a busca e obtenção destes dados são classificadas como secundária, por que estes são originários de outras coletas já realizadas e estão em banco de dados públicos e acessíveis. Uma coleta inicial foi realizada entre fevereiro e abril de 2021, mas foi revista, porque no decorrer de 2021 houve a integralização de outras turmas.

O público considerado para o estudo será os alunos cotistas, evadidos dos cursos da área da saúde que iniciaram sua jornada acadêmica a partir de 2012 até 2020. O período está relacionado ao momento histórico posterior à aplicação da Lei de Cotas. Os ingressantes da modalidade “ampla concorrência” não serão computados nesta etapa, em razão de não estarem enquadrados em uma das cotas.

Desejamos repassar aos leitores da tese que os dados coletados trazem informações sobre a razão da evasão dos estudantes dos cursos da área da saúde.

## 7- Desenho da pesquisa

Aqui apresentamos um resumo das ações realizadas no desenvolvimento da pesquisa, para que possamos atingir os objetivos propostos, onde os objetivos específicos estão ligados aos manuscritos produzidos. Para melhor compreensão construímos um quadro que relaciona o título com o objetivo específico, a metodologia os resultados.

Quadro 8 - Ações realizadas na tese

<b>Título dos manuscritos produzidos</b>	<b>Relação com o objetivo específico da tese</b>	<b>Metodologia efetuada</b>	<b>Resultados</b>
O fenômeno da Evasão em Cursos de Bacharelado na Área da Saúde: Uma análise através das Dissertações e Teses na Biblioteca Digital Brasileira	Realizar levantamento sobre o que tem sido pesquisado sobre o assunto em nossas instituições de ensino superior.	Revisão Integrativa; Estado da arte.	Identificar o que vem sendo produzido sobre o assunto.
Ações afirmativas na Universidade Federal do Pampa (Unipampa): uma análise sobre evasão e retenção	Identificar os percentuais de evasão e retenção de alunos cotistas e não cotistas;  Verificar os motivos que levam alunos cotistas a abandonarem ou atrasarem seus cursos;  Caracterizar as formas de evasão que ocorrem na Universidade.	Exploratória e quantitativa.	Identificar números sobre a evasão e retenção, de cada curso;  Identificar as causas que levam ao abandono.

## **8- RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Neste capítulo apresentamos os resultados alcançados em formato de artigo (já publicado) e manuscrito a ser submetido para revista científica.

Vale ressaltar que a presente tese não segue o formato tradicional, mas sim o formato de artigos, conforme previsto pelo regimento do programa de pós-graduação. Dessa forma, os resultados são apresentados seguindo as normas da revista científica na qual o artigo foi publicado e o manuscrito a ser submetido.

### **8.1- Artigo 1 - O fenômeno da Evasão em Cursos de Bacharelado na Área da Saúde: Uma análise através das Dissertações e Teses na Biblioteca Digital Brasileira**

**Revista:** IOSR Journal Of Humanities And Social Science (IOSR-JHSS), Volume 28, Issue 8, Series 5 (August, 2023) 54-63 e-ISSN: 2279-0837, p-ISSN: 2279-0845. [www.iosrjournals.org](http://www.iosrjournals.org)

Avaliada pela Plataforma Sucupira em Qualis Periódico (2013-2016) como B1, novo Qualis Referência 2017-2020) A3.

**Método:** Revisão Integrativa, Estado da arte.

## **O Fenômeno Da Evasão Em Cursos De Bacharelado Na Área Da Saúde: Uma Análise Através Das Dissertações E Teses Na Biblioteca Digital Brasileira**

Mario Olavo da Silva Lopes<sup>1</sup>, Karla Pereira Rutz<sup>2</sup>, Mara Aparecida de Miranda Batista Dias<sup>3</sup>, Edward Frederico Castro Pessano<sup>4</sup>

<sup>1</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0002-4589-9668>, [mosilvalopes@gmail.com](mailto:mosilvalopes@gmail.com))

<sup>2</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0002-3004-9505>, [cfckrutz@gmail.com](mailto:cfckrutz@gmail.com))

<sup>3</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0003-0976-5862>, [marademiranda02@gmail.com](mailto:marademiranda02@gmail.com))

<sup>4</sup>(Universidade Federal do Pampa, <https://orcid.org/0000-0002-6322-6416>, [edwardpessano@unipampa.edu.br](mailto:edwardpessano@unipampa.edu.br))

**Resumo:** A Universidade passou por mudanças nas últimas décadas, resultado da expansão do ensino superior no Brasil, permitindo oportunidades de ingresso nas graduações. O acesso, o ingresso e a permanência no ensino superior, ao longo da história, estiveram ao alcance de um pequeno grupo, paradigma o qual é necessário ser superado nos dias atuais. Logo, é fundamental abordar e investigar o tema evasão, pois trata-se de um problema comum aos sistemas educacionais. O afastamento de educandos que não concluem seus estudos precisam ser considerados e analisados, bem como as razões para a efetivação da evasão. Este estudo propõe uma reflexão sobre a evasão no ensino superior, em cursos da área da saúde a partir de um olhar sobre produções acadêmicas. Buscamos responder neste manuscrito o que tem sido investigado e produzido nas dissertações e teses e como em relação a temática da evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, entre a década de 2010 a 2020. O método empregado neste trabalho sobre o estado da arte foi o de uma revisão integrativa e utilizamos como fonte o Banco Digital Brasileiro de Dissertações e Teses. Realizamos uma análise dos resumos e dos sumários da tese e das dissertações encontradas na busca. Percebemos que a área de gestão pública se destaca, já que encontramos 60% dos trabalhos que versam sobre a temática gestão pública e evasão. Logo, existem poucos estudos fazendo a relação entre cotas, evasão e retenção no ensino superior, demonstrando a necessidade de mais estudos sobre tal temática.

**Palavras-chave:** Revisão integrativa. Evasão. Cursos na área da saúde

### **Abstract:**

The University has passed by changes in recent decades, as a result of the expansion of higher education in Brazil, allowing opportunities for admission to undergraduate courses. The access, admission and permanence in higher education, throughout history, happened to a small group, a paradigm that we try to change to this day. Therefore, it is necessary to talk about high school dropout, that is a problem in educational systems. The removal of students who does not complete their studies needs to be considered and analyzed, as well as the reasons for dropout, which are numerous. This study proposes a reflection about evasion in higher education, in courses in the health area, highlighted because of COVID-19 syndemic. We tried to answer in this manuscript which the dissertations and theses and how they approach the theme quotas, linked to evasion and retention in undergraduate courses in the health area, in Brazil, from 2010 to 2020. The method

desenvolvido em esta pesquisa foi o estado da arte como uma revisão integrativa e utilizamos o Banco Digital de Dissertações e Teses do Brasil como fonte. Realizamos uma análise dos resumos e sinopses das teses e dissertações encontradas na busca. Percebemos que a área de administração pública se destaca, pois encontramos 60% das produções que tratam do tema de administração pública e evasão. Portanto, há poucas pesquisas que abordam a relação entre cotas, evasão e retenção no ensino superior, demonstrando a necessidade de mais estudos sobre este tema.

**Keywords:** Revisão integrativa. Evasão. Cursos de graduação

## 1 Contextualizando

O ensino superior passou por um processo de crescimento e de interiorização geográfica das unidades universitárias nas últimas décadas no Brasil, fruto de políticas educacionais de expansão, logo, permitiu-se o aumento e a diversidade de trabalhos acadêmicos apresentados nestes espaços (SOUZA, 2014), dando ênfase para políticas educacionais em várias áreas.

Historicamente, o acesso, o ingresso e a permanência no ensino superior estiveram ao alcance de uma pequena parcela da população brasileira, assim Junior e Real (2017) corroboram com a ideia de “sistema de elite” até aproximadamente os anos 2000, quando temos uma reestruturação deste sistema no Brasil.

Podemos ressaltar que o crescimento das matrículas, em relação às instituições públicas, está relacionado ao Programa “Universidade: Expandir até ficar do tamanho do Brasil” -- 2006, e o “Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais” (Reuni) em 2007, esse último responsável pela expansão das IES, IFes, criando novas instituições e fortalecendo as já existentes.

Logo, percebemos um crescimento expressivo nas matrículas de maneira geral, além das políticas públicas aplicadas às instituições públicas ou privadas, tivemos também o crescimento da modalidade de ensino superior à distância, que de acordo com Junior e Real (2017) tem crescido muito nos últimos anos. Conforme o CENSO 2017, em 2007, 7% (369,766) das matrículas de graduação, em 2017, foram 21,7%, ou seja 1.756,982 alunos matriculados em EAD, o que indica um importante nicho a ser estudado.

Quanto ao ensino superior, percebemos uma diversidade em muitos sentidos, sendo elas: raciais, culturais e políticas, como afirma Burke (2003), uma verdadeira mixórdia, isto deve-se em especial à extensão territorial de nosso país e à busca pela democratização de acesso. Quando fazemos referência ao estado brasileiro, falamos de um país de proporções continentais, com uma diversidade cultural enorme, povos diferentes e hábitos culturais antagônicos.

De acordo com Burke (2003), o Brasil passa por um processo de mistura, sincretismo e hibridização: mistura de crenças religiosas, línguas, dialetos, que formam um *pout pourri* cultural, que acaba influenciando em muitos sentidos a sociedade local, regional e mundial; sincretismo: passamos pela ideia de harmonizar, respeitar ritos e rituais religiosos em todas as Unidades da Federação; hibridização: termo este trazido por Burke, mas que aparece em muitos outros estudos, como Edward Said (2000) e Gilberto Freyre (2001), com os quais podemos sintetizar o hibridismo como “mestiçagem”, ou seja todas as culturas estão envolvidas diretamente ou indiretamente entre si. Mas ressaltamos que o processo cultural em um país continental é em outras palavras a cultura híbrida de hoje, é a cultura em constante transformação.

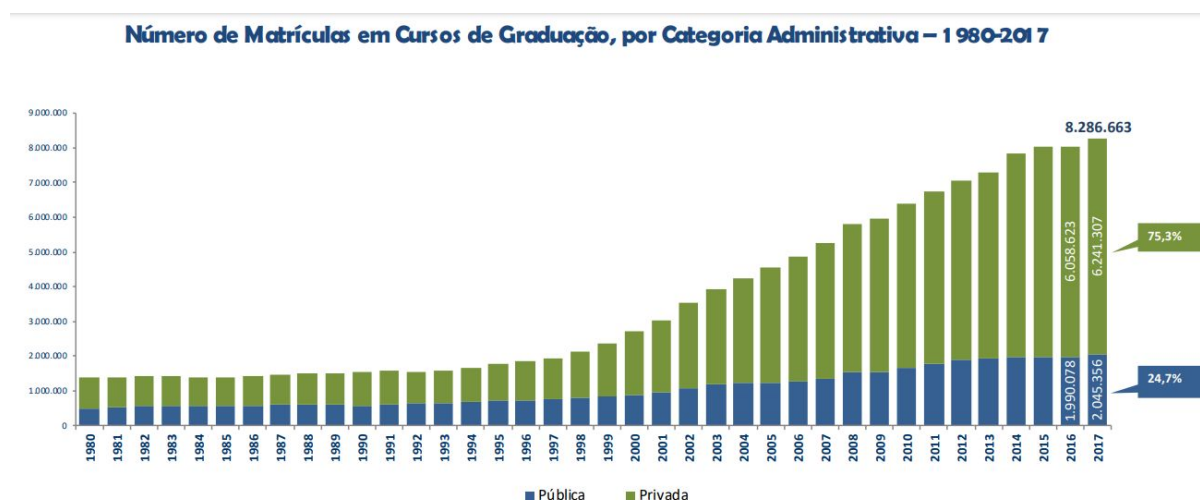
Corroborando com os estudos de Peter Burke, linkamos a ideia de Fernandes (2005), que afirma que o Brasil se destaca como uma das nações com maior índice de multiculturalidades, para



tanto, é necessário falarmos em culturas brasileiras e não cultura brasileira. Devido à essa pluralidade, reconhecemos que um grande número de pessoas ajudou a povoar o Brasil, formando a sociedade brasileira, logo percebemos que em uma sociedade multiétnica e híbrida o crescimento universitário é inevitável.

O panorama cultural apresentado corrobora com a compreensão da formação multiétnica da nossa sociedade. Nesta perspectiva multifacetada, verificamos a expansão do nível de acesso ao Ensino Superior e percebemos que é uma ação contínua, de acordo com o gráfico 1, que representa desde 1980 dados dos educandos matriculados:

**Gráfico 1 - Matrículas em Cursos no Ensino Superior.**



Fonte: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo da Educação Superior 2017. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 mai. 2021.

Notamos que a partir do fim dos anos 90, houve um aumento no número de matrículas e inferimos que houve um predomínio no setor privado, praticamente nos últimos 20 anos, somando-se ao aumento de instituições com fins lucrativos. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) - 1999 e o Programa “Universidade para Todos” (ProUni) -- 2005 auxiliam com recursos financeiros os alunos. A saber, o FIES, de acordo com a Lei 10.260/01, concede financiamento aos estudantes do ensino superior em Instituições Privadas e com avaliação positiva pelo MEC. Após a conclusão do curso, o discente paga este financiamento à entidade credora. Já em relação ao ProUni, este programa foi instituído pela Medida Provisória 213 de 2004, este concede bolsas de estudo com 50% ou 100% do valor do curso em instituições privadas, sem a necessidade do seu ressarcimento ao erário público.

Em relação ao aumento do índice de acesso às universidades em nosso país, constatamos que tal ação educacional não passa por uma preocupação governamental. De acordo com Caetano e Campo (2019), os investimentos necessários para que tenhamos a manutenção, ou até mesmo expansão das IES, acaba sendo comprometido, ainda mais quando temos cortes nos orçamentos das universidades.

Para Caetano e Campo (2019), as IES são órgãos da administração indireta ligados ao Ministério da Educação, de acordo com a Constituição, estes teriam status de autarquias ou fundações públicas e ainda de acordo com o art 54 da LDB / 96, este afirma o estatuto jurídico, logo

notamos que as IES são tratadas pela mantenedora como órgãos dependentes e não o contrário. Instituições meramente subordinadas, sem permissão para exercer o que lhe compete pela lei.

Entretanto, há um interesse social das pessoas que buscam uma qualificação profissional para ingressar no mercado de trabalho, percebido pelo aumento do número de vagas, matrículas e conseqüentemente permanência do acadêmico, já que proporciona uma mudança social na vida do mesmo, possibilitando a ascensão social. (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007).

Observamos também que, embora haja um parco investimento nas IES, há um crescimento científico em nosso país. Justificamos esta informação pelas produções acadêmicas de nossas IES, nas quais concentra-se um grupo de pesquisadores, em massa doutores, que labutam no espectro do ensino, da pesquisa e da extensão (COSTA; COSTA; BARBOSA, 2013). A produção científica continua sendo produzida, mesmo que nos últimos anos, possamos verificar a redução das verbas destinadas ao meio acadêmico. Para Panizzon, Costa e Medeiros (2020), na área da educação os investimentos são impactados negativamente há algum tempo. Em 2019, os gastos foram reduzidos em 6,7 bilhões de reais, comparado com 2017, esta redução prejudicou valores que seriam repassados a CAPES, essa teria perdido 1,2 bilhões de reais em investimento em 2019, comparado com 2016, de acordo com dados da CGU 2020.

Logo, é visível que a redução destes investimentos prejudica o andamento da produção acadêmica. Para Dávila, Krawulski et all (2011), embora os exemplos apresentados ratifiquem algumas necessidades das IES, o interesse por parte dos estudantes, na busca por ascensão intelectual e social persiste. Sabemos que o caminho de acesso e permanência é árduo e que, muitas vezes, o processo de retenção ou evasão no ensino superior apresenta pontos de extrema relevância em muitos países, sejam eles ricos ou pobres. A ideia de abandono, possíveis reprovações e retenções são aspectos que tangem a vida acadêmica e que mostram como uma problemática educativa e social é latente (VIDALES, 2009).

Cunha, Tunes e Silva (2001) nos indicam que o estudo desta temática, em nossas IES, apresenta muitas lacunas, devido aos mais variados aspectos. A fragilidade nas pesquisas desta temática estão na caracterização, definição, fontes de pesquisa e metodologias adequadas.

Como forma de simplificar o acesso ao ensino superior, sem facilitá-lo, ocorre o desenvolvimento de um processo avaliativo com os alunos do ensino médio, que tenham a intenção de ingressar no ensino superior, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio).

Compreendemos neste meio que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), em um primeiro momento, foi criado para avaliar o Ensino Médio, mas a partir de 2009, com o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), acabou por substituir o vestibular de muitas universidades, em especial das públicas. Embora o sistema de ingresso continue com características meritocráticas, realizando ingressos compensatórios, aproximando-se de uma equidade no sistema de ingresso (TROW, 2005), podemos observar que este sistema trouxe a possibilidade aos estudantes de Ensino Médio de acessarem o sistema de ensino superior.

O panorama sindêmico da COVID-19, que estamos vivenciando tornou ainda mais visível as diferenças entre escolas públicas e privadas, logo mostrando os grandes desafios que os alunos, em especial de muitas instituições públicas enfrentam quanto ao acesso e permanência nas IES. A partir da fala de SANTOS (2020), inferimos que não são todos os estudantes brasileiros que têm acesso a mecanismos conectados à internet, para que acessem de forma contínua e satisfatória seus estudos. Em 2018, o Comitê Gestor da Internet no Brasil, diagnosticou que 58% dos lares em nosso país não tinham acesso a computadores e 33% sem acesso a web, isto em classes menos favorecidas.

Ainda relacionado às políticas públicas de inclusão, nos últimos anos, tivemos a ascensão ao ensino superior de alunos com perfis socioeconômicos diferenciados (RISTOFF, 2013). Desde o ano de 2012, entrou em cena a Lei número 12.711, conhecida como Lei de Cotas que dispõe sobre o

ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (BRASIL, 2012).

Essa lei é de extrema importância para tornar mais próximo das camadas populares o ingresso ao ensino superior. Tal debate vem tomando espaço no meio acadêmico, em todos os níveis, da graduação à pós-graduação. As políticas de ações afirmativas têm permitido de forma ampla dar condições de acesso ao ensino superior e a possibilidade de permanência e conclusão do curso, objetivando assim minimizar os efeitos das desigualdades geradas por séculos em nosso país.

Salientamos algumas das desigualdades que ocorrem em nossa nação, por meio de uma síntese de conceitos essenciais, baseados nas obras de CHAUI (2000), OLIVEIRA (2006), DIMENSTEIN e colaboradores, (2008), ZENUN e MARKUNAS (2015), obras de Sociologia que trazem tais definições.

Logo, destacamos a desigualdade de renda onde muitas pessoas, de acordo com a filósofa CHAUI (2000) em sua obra convite à filosofia, vivem com poucos reais por mês, gerando uma desigualdade alimentar, pois não conseguem dinheiro para comprar o básico de seus alimentos, conseqüentemente gerando uma desigualdade social CHAUI (2000).

Nestas áreas, com parcas condições de moradia, temos a falta de saneamento básico como água e esgoto, muitas vezes o esgoto divide as vielas junto aos moradores, o que gera um alto índice de doenças, levando à precariedade no atendimento a saúde pública destas pessoas, em razão de que o número de pessoas que são acometidas de patologias oriundas da falta de saneamento é grande ZENUN e MARKUNAS (2015).

Ainda podemos relacionar que a baixa renda destas famílias acaba levando muitos de seus membros a trabalharem em empregos informais, fazendo com que os mesmos abandonem a escola, e passem a trabalhar, informalmente, com salários parcos, logo, ao abandonar a escola, os mesmos, não têm perspectivas de cursar o ensino superior, o que os deixa à margem de uma empregabilidade com maiores salários (DIMENSTEIN et al.2008).

Findamos esta observação trazendo Oliveira (2006), o qual infere que muitas vezes um ensino de parca qualidade nas referidas comunidades favelizadas, relacionadas com um transporte público inadequado entre outras mazelas, acabe demonstrando que os mesmos são estereis a sociedade em que vivem, leva a uma desconstrução social muito grande, onde a universidade e as políticas de ações afirmativas podem auxiliar nesta construção social, reinserção social, aproximação social. Devemos oportunizar a comunidade de baixa renda ver a Universidade como forma de ascensão social.

Não apenas buscar essa aproximação social, mas incentivar a inclusão social, por meio do ensino superior. Junior e Real (2017) ressaltam que muitos estudantes iniciam cursos e não concluem, representando desperdícios sociais acadêmicos e econômicos. Logo, esta inquietação tem fomentado algumas pesquisas relacionadas à evasão e retenção de acadêmicos no ensino superior.

Voltamos aqui a referenciar a Lei de Cotas Lei número 12.711, jurisprudência esta muito importante, porque percebemos em nossa sociedade atual, atos de preconceitos, racismo, e vários tipos de fobias sociais contra o que Zenun e Markunas (2015) denominam de minorias sociais. Segundo Silva (2007) “o ocultamento da diversidade no Brasil que o vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade”. A grande utilização de estereótipos para o negro tem, em sua origem o Brasil colonial, levando ao longo dos anos a ocorrência de práticas de menosprezo social que ainda ocorrem.

Percebemos ao longo dos anos que a preocupação governamental com a construção e desenvolvimento da cidadania do negro foi parca ao longo do desenvolvimento histórico brasileiro, então, temos a situação do negro antes da libertação, uma situação de escravo, pós-libertação, a

situação de um ex-escravo, levando consigo muitos estigmas. Levando no século XX, o primeiro após aproximadamente 300 anos de escravidão, a população negra a ocupar funções, empregos, submissos ao branco, uma cultura com grande participação em nossa formação como nação, a cultura negra foi introduzida, no âmbito escolar, a partir da inserção de leis.

Como consequência desta estrutura social, temos um racismo institucionalizado no Brasil, logo em uma sociedade com 51% (IBGE, 2022) da população composta por negros, mas muitos destes estão marginalizados, ou seja, estão à margem da sociedade, fazendo com que seja construído um discurso intencional de validação e importância das leis que buscam inserir estas camadas sociais, até então menosprezadas.

A saber, a lei 10.639/03 introduziu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". Em contrapartida, a Lei 11.645/08, como diz em sua introdução, altera a LDB, modificando a Lei nº 10.639/03, incluindo além da História Africana e indígena, trazendo como obrigatoriedade a temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

Trazemos em voga, a Lei de Cotas Lei 12711/2012, lei essa que vem somar com as leis supracitadas e essa traz como objetivo dispor sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, que em cada cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, tais leis acabam corroborando para o ingresso de alunos de diversas classes sociais nas instituições de ensino, o grande desafio é o de manutenção deste aluno.

Os processos de retenção e evasão são fenômenos recorrentes nas instituições de ensino em diferentes países. (FELICETTI; FOSSATTI, 2014 e LOBO, 2012). Conforme propala Cesarino et al. (1987), a retenção ocorre quando o discente, por algum motivo, não tem condições de chegar à conclusão do seu curso no período previsto pelo currículo. Outra ação que gera impactos profundos tanto psicológicos, quanto sociais. Segundo Pereira (2013, p. 17), "a retenção implica em um tempo maior do que o previsto para a conclusão do curso, o que compromete a taxa de sucesso, gera ociosidade de recursos humanos e materiais e pode provocar a evasão do estudante".

Pereira (2013) estabelece diferentes sentidos para a retenção, voltados ao estudante, que investe o seu preciso tempo e compromete a sua estrutura financeira, a instituição, que tem seus objetivos organizacionais comprometidos e a sociedade, que tem as suas demandas de profissionais para as diferentes áreas de formação. Em muitas situações, alguns alunos trabalham durante o dia para poder estudar à noite. Ou ainda, são obrigados a abandonar seus estudos devido à demanda de trabalho enorme, o que leva o educando ao cansaço, exaustão, não conseguindo acompanhar e o mesmo acaba por abandonar o curso.

Quando abordamos o conceito de evasão, Silva Filho e colaboradores (2007, p. 642), definem que "é um problema internacional que afeta o resultado dos sistemas educacionais. As perdas de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos são desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos". Essa fala corrobora com a compreensão de que estas ações precisam ser investigadas e analisadas, já que provocam um grande impacto social.

Conforme Lobo (2012), a evasão pode ter diferentes razões, como a mudança de curso, mas continuidade no Ensino Superior em outra área, ou mesmo, pelo abandono aos estudos universitários. Quando falamos em evasão a autora indica que não estamos falando de uma simples subtração no número de alunos que entrou e abandonou o curso, mas precisamos repensar a trajetória deste estudante nas IES. Dessa forma, serão promovidas ações efetivas para reverter ou amenizar o número da evasão. Já que os envolvidos e comprometidos são muitos: "além dos

próprios alunos evadidos, os professores, as IES e todos os que nelas trabalham, quem os financia e a sociedade como um todo, pois compromete o desenvolvimento de um país!” (LOBO, 2012, p. 13).

Então, como forma de justificar nosso estudo, propomos uma reflexão sobre o escopo nacional de racismos e preconceitos, evasão escolar no ensino superior, e recentemente a sindemia de COVID-19, com isso faz necessário realizar uma investigação sobre o que tem sido escrito nos últimos anos sobre evasão e retenção no ensino superior. Abordaremos aspectos muito importantes para a reflexão de ideias nos leitores, proporcionando a formação da consciência dos cidadãos e uma possível retomada das diretrizes pelas instituições de ensino.

Hoje em dia, é importante refletir e debater sobre essas ideias, para favorecerem as relações étnicas em nossa sociedade, com quimeras reduções dos preconceitos e discriminações. No meio educacional, tratando-se especialmente da educação básica, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), encontra-se a Pluralidade Cultural como um tema transversal junto com Ética, Orientação Sexual, Saúde e Meio Ambiente, estes temas corroboram para que a diversidade cultural e a atual pandemia sejam desenvolvidas nas escolas, (BRASIL, 1999).

Estes temas estão presentes na Base Nacional Comum Curricular, BNCC (2018), agora nomeados de Temas Integradores, a saber, Consumo e educação financeira, Sustentabilidade, Tecnologias Digitais, Ética, direitos humanos e cidadania, Culturas Africanas e Indígenas. A prática educativa no Ensino de Ciências pode permear discussões étnico raciais, estabelecendo relações com os livros didáticos, aspectos que ratificam a importância deste assunto.

Em nosso país, tem se debatido bastante a importância dos cursos da área da saúde e de seus recursos humanos, ainda mais nos últimos anos, em função da sindemia, logo para RONZANI (2007), houve nos últimos anos, mudanças no processo acadêmica, práticas, mas que também há questões culturais e ou econômicas envolvidas, O autor ainda ressalta que dentro das mudanças estão práticas assistencialistas substituídas por práticas de prevenção, o que levou a busca de quebra de paradigmas na formação dos profissionais desta área.

Tais fatos, relacionado com a formação de profissionais, que neste processo de ensino-aprendizagem relacionado tem que dedicar mais tempo para integrar-se com as atividades acadêmicas, bem como ações de integração para com a comunidade, o que torna a sua formação quase que em tempo integral. Logo, demonstra-se a necessidade de uma dedicação muito grande ao processo de estudo, muitas vezes não permitindo que o discente possa trabalhar e estudar, o que muitas pessoas com rendas mais baixas possam acabar evadindo.

Para Santos e Silva (2011) as instituições de ensino superior conseguiram avançar e muito com o acesso das minorias sociais, somando com a ideia dos autores, nós acreditamos que a partir de 2012, esta inserção ficou institucionalizada com a Lei de Cotas. Santos e Silva (2011) afirmam ainda que esta ampliação levou à programas de acompanhamento dos educandos que devem auxiliar na redução da evasão.

Santos e Silva (2011) destacam também que existe uma premissa, na qual os alunos cotistas seriam aqueles que abandonaram o curso. Seria essa uma ideia coesa e existente em nossas universidades, ou uma ideia de cunho social, opinativo? De acordo com os autores, a ideia não é absurda, mas as poucas pesquisas que são realizadas sobre o tema, indicam resultados que o abandono entre cotistas não reforça esta ideia.

Ainda justificando a importância dos cursos da área da saúde, trazemos a contribuição do estudo de Oliveira, Santos e Shimuzu (2019), que ressaltam alguns aspectos sobre a formação na área da saúde, como por exemplo a importância de formar recursos humanos buscando a melhoria da saúde da população, com o intuito de interiorizar estas formações e assim superando muitas perspectivas, logo permitindo a reflexão sobre a contradição na ideia de que alunos de classe média e alta, seriam privilegiados nos cursos, em contrapartida da classe baixa e minorias sociais, dessa

forma as IES públicas, passaram a ter uma responsabilidade social em relação a esta temática, o que demonstra a importância de tal estudo.

Este manuscrito tem como objetivo principal realizar um mapeamento bibliográfico dos trabalhos de pesquisa (teses e dissertações) que se ocupam do tema cotas, relacionado à evasão e retenção nos cursos da área da saúde em universidades brasileiras, e também analisar as teses e dissertações que versam sobre o tema cotas, relacionado à evasão e retenção nos cursos da área da saúde em universidades brasileiras.

Pretendemos com este manuscrito, responder ao seguinte questionamento: Quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020? Para lograr êxito neste estudo, vamos desenvolver a metodologia de análise chamada Estado da Arte e revisão integrativa.

Nas últimas décadas, um conjunto de buscas acadêmicas tem ocorrido com a nomenclatura de “estado da arte” e ou “estado do conhecimento”. De acordo com Romanoski e Ens (2006) e Ferreira (2002), esses estudos possuem um estrutura de busca bibliográfica, nos quais se desenvolve um mapeamento e debate sobre a produção acadêmica de um determinado tema, em diferentes campos do saber, sempre buscando solucionar, questões que são levantadas e destacadas em diferentes momentos históricos.

Esta técnica também é recorrida, por proporcionar uma busca investigativa, inventariante, filtrando as características de cada estudo e conseqüentemente apontar caminhos e direções. Mesmo com estudos recentes, objetiva a sistematização de uma produção e nos mostra a amplitude do que vem sendo produzido ou não.

## **Método**

Em sequência, faremos uma revisão integrativa, para a qual buscamos seguir aos seguintes passos:

Passo 1 - Definir o problema de pesquisa a ser respondido com o estudo: Quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020?

Passo 2 - Realizar a busca e mapeamento pela literatura, esta foi realizada no BDTD - (Banco Digital Brasileiro de Dissertações e Teses), vinculado ao Ministério da Educação, CAPES e ao IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, este desenvolveu e coordena tal banco de dados. Este banco tem como função integrar os sistemas de informação de teses e dissertações das IES brasileiras;

Passo 3 - Definir o recorte temporal. Trabalhamos a ideia da última década, 2012 - 2020, a razão deste recorte temporal, e que a lei de cotas começou a vigorar no ano de 2012, sendo desnecessário análise anterior ao período;

Passo 4 - Realizar um mapeamento bibliográfico de teses e dissertações, que versam sobre cotas, relacionando-se com evasão e retenção, nos cursos da área da saúde. Analisamos a temática, bem como definimos os documentos que foram incluídos ou excluídos do estudo;

*Incluídas* - teses e dissertações que versavam sobre a temática supracitada em seu título ou resumo;

*Excluídas* - teses e dissertações que não versavam sobre a temática supracitada em seu título;

Passo 5 - Construção de uma reflexão síntese, sobre o material encontrado, após leitura do resumo, sumário e introdução do documento;

Passo 6 - Perspectivas de pesquisas sobre o assunto.

### Resultados e Discussão

As buscas foram realizadas no site do BDTD com os seguintes descritores: cotas AND evasão AND retenção, nos anos de 2012 a 2020. Com a busca, obtivemos um retorno de 5 elementos, sendo 4 dissertações e 1 tese. Sendo descritos no seguinte quadro:

<b>Tipo</b>	Tese	<b>Instituição</b>	Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM
<b>Ano</b>	2017	<b>Área</b>	Saúde
<b>Autor</b>	Cintia Tavares Carleto		
<b>Título</b>	Adaptação transcultural e evidências de validade da versão brasileira do inventário de integração à vida Universitária (I-IVU)		

<b>Tipo</b>	Diss <sup>1</sup>	<b>Instituição</b>	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
<b>Ano</b>	2013	<b>Área</b>	Gestão Pública
<b>Autor</b>	Maria Christina de Medeiros Nunes		
<b>Título</b>	Acesso com (in) sucesso? O Programa de Incentivo Acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco – BIA/UFPE		

<b>Tipo</b>	Diss <sup>2</sup>	<b>Instituição</b>	Universidade Federal do Pará - UFPA
<b>Ano</b>	2014	<b>Área</b>	Gestão Pública
<b>Autor</b>	Emilce Pacheco		
<b>Título</b>	Avaliação da política pública de ação afirmativa na UFPA: análise do desempenho das cotas sociais no Campus Belém (PA)		

<b>Tipo</b>	Diss <sup>3</sup>	<b>Instituição</b>	Universidade José do Rosário Vellano - UNIFENAS
<b>Ano</b>	2018	<b>Área</b>	Saúde
<b>Autor</b>	Bárbara Aparecida da Silva Rego Rocha		
<b>Título</b>	O teste de progresso é um fator preditivo de desempenho no curso de medicina? Estudo retrospectivo num curso de medicina no Brasil, 2010 - 2016.		

<b>Tipo</b>	Diss <sup>4</sup>	<b>Instituição</b>	Universidade de Brasília - UnB
<b>Ano</b>	2019	<b>Área</b>	Economia
<b>Autor</b>	Renato Sampaio Meireles		
<b>Título</b>	Fatores causais da evasão e retenção universitária: uma análise nos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília no período de 2002 até 2018.		

1 Diss: Dissertação.

2 Diss: Dissertação.

3 Diss: Dissertação.

4 Diss: Dissertação.



Após realizarmos a análise dos resumos e dos sumários da tese e das dissertações, decidimos que todos os documentos estão incluídos em nosso processo de análise. Como parte da análise dos documentos, desenvolvemos uma leitura flutuante inicial do resumo e dos aspectos introdutórios dos documentos, a fim de responder nosso questionamento, quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020. Logo, realizamos uma leitura mais detalhada.

Ao identificarmos pontos comuns entre os trabalhos selecionados, que são nossas palavras chaves, categorizamos apesar de um “N” pequeno, para auxiliar a análise, logo, realizamos uma abordagem qualitativa da pesquisa social, devido à realização de uma pesquisa do tipo bibliográfica, onde a leitura e a compreensão do conjunto coletado, através da articulação do objetivo do estudo e da base teórica (MINAYO, 2012).

**Tabela 2 - Estudos encontrados Teses e dissertações**

<b>Tema Abordado</b>	<b>Trabalho</b>	<b>%</b>
Integração universitária e cultura CARLETO 2017	Tese	20
Evasão e retenção universitária MEIRELES 2019	Dissertação	20
Adaptação universitária NUNES 2013	Dissertação	20
Desempenho acadêmico: ROCHA 2018 / PACHECO 2014	Dissertações	40

Fonte: Elaboração dos autores, de acordo com o inventário.

Ao realizarmos o inventário, observamos que existe uma complexidade ao fenômeno evasão, mas também uma pulverização nos poucos trabalhos encontrados, logo, percebemos que há muito o que discutir, levando em consideração as mudanças e o crescimento do ensino superior no Brasil.

Dos cinco documentos analisados, estes abordam majoritariamente instituições de ensino público, sendo apenas um estudo realizado em instituição particular de ensino superior.

De acordo com os dados apresentados na tabela 2, dois estudos fazem referência ao desempenho acadêmico dos estudantes, construindo uma análise do processo educativo. Os demais estudos versam sobre o processo de adaptação do então aluno de ensino médio que passa a ser um aluno universitário. Um estudo refere-se ao processo de integração entre o processo universitário e a cultura universitária. E apenas um estudo trata especificamente do processo de evasão e retenção universitária.

**Tabela 3 - Áreas de estudo vinculadas aos trabalhos analisados (dissertações e teses)**

<b>Área de estudo</b>	<b>Trabalho</b>	<b>%</b>
Saúde	Dissertação (1) e Tese (1)	40
Gestão pública	Dissertações (3)	60

Fonte: Elaboração dos autores, de acordo com o inventário.

Nas tabelas 2 e 3, verificamos que apesar de debatermos, educação, saúde, os trabalhos são de outras áreas, que vem estudando as questões relacionadas à evasão. Logo, percebemos novas vertentes de estudo, como diria o professor Chassot, cada área olhando com um óculo diferente. A

área da saúde e gestão pública se destaca, com seus estudos, em gestão pública encontramos 60% dos trabalhos investigados. Ainda percebemos que existem poucos estudos fazendo a relação entre cotas, evasão e retenção, estes no ensino superior. Logo mostra a necessidade de mais estudos, sobre tal temática.

### **Análise do inventário**

No estudo de ROCHA (2018), concentrado na área da saúde é construído uma análise no curso de medicina no ano entre 2010 e 2011, em uma instituição de ensino privado, a dissertação versa sobre o desempenho do aluno durante o curso de medicina. Neste estudo não houve descrições sobre o atraso na conclusão do curso, ou evasão ou retenção. Acreditamos que por se tratar de uma instituição particular de ensino superior, onde o investimento na formação de um médico é alto, o que leva a possíveis níveis de evasão e ou retenção muito próximo do zero.

Ainda em Rocha (2018), afirma que o processo de formação de um médico é um investimento alto, e que os educandos devem ter uma dedicação anterior à entrada no curso superior.

Relacionado especificamente ao processo de evasão nos cursos de medicina, o estudo faz uma comparação com outros países, mostrando que os índices de evasão são de:

<b>Evasão</b>	<b>País</b>
4,3 %	Reino Unido - 2006
6,1 %	Reino Unido - 2011
3,3 %	EUA

Fonte: ROCHA 2018.

O mesmo estudo, revela que no Brasil os dados são incipientes, e traz a seguinte informação:

<b>Evasão</b>	<b>IES</b>
1,8%	UEL
2,9 %	UFMG
4%	Média Brasil
<b>Após 2010</b>	
5,3%	UERJ

Fonte: ROCHA 2018.

Levando-nos a inferir que o aumento nas taxas de evasão tanto em outros países como também em nosso país pode estar relacionado com a crise econômica de 2008, esta afetou grande parte das economias mundiais, em especial o Brasil e também a Europa, fatos que condizem com os dados.

Tal estudo é anterior à lei de cotas, e como se passa em uma Universidade particular, não temos informações sobre alunos cotistas, ou referente a época bolsistas. Mas temos a certeza da importância e relevância de tal estudo com dados que demonstram a importância da formação de médicos em nosso país, o que demonstra também o investimento realizado em instituições de ensino públicas, que muitas vezes, as pessoas têm a falsa ideia de que é de graça, em verdade pagos por nossos tributos.

Outro documento inventariado foi Pacheco (2014), este estudo concentra-se na área de gestão pública, mostrando como é o processo de ingresso em uma universidade através de ações afirmativas antes da criação da lei de cotas, pois o estudo foi realizado entre 2002 e 2007, em uma instituição que desenvolveu o seu processo de ingresso por cotas, onde a regra seria o candidato ter cursado todo o ensino médio em escola pública. No resumo do estudo eles já indicam que não encontraram diferença entre os alunos cotistas e não cotistas durante o processo de estudos.

No momento em que esta IES regulamentou o sistema de ação afirmativa, em 2004, através da cota social (também conhecida como reserva de vagas), com a ideia de oportunizar, garantir o acesso ao ensino superior para grupos que outrora estavam excluídos deste processo.

Outros aspectos a serem ressaltados neste estudo, antes de 2012, período que não havia a lei federal para cotas, 71% das IES federais e estaduais já adotavam alguma ação afirmativa, mostrando a preocupação das instituições com o processo de ingresso em seus campus. Relacionamos aqui um aspecto político, que vai na contramão do que pensavam as universidades na época, em junho de 2010, é aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, mas os senadores retiraram do texto pontos que traziam, previa, a criação do sistema de cotas para negros, em várias áreas universidades, empresas, cargos públicos. Mesmos assim, em 2010, a maioria das instituições de ensino superior públicas, já tinham como critérios de ingresso ações afirmativas, cotas, bônus no vestibular, para alunos negros, ameríndios entre outros grupos.

Destacam no estudo que o primeiro estudo sobre as ações afirmativas na referida universidade só ocorreu após nove anos de ações afirmativas. Ponto a ressaltar nas ações afirmativas criadas nesta IES é que anterior a Lei de Cotas eles já destinavam 20 % das vagas para negros e 5 % de vagas para ameríndios, dados por curso. Segundo o estudo, muitas análises realizadas pelos discentes são construídas em um senso comum, dizendo que os estudantes decaíram muito, mas sem nenhum dado factual, apenas comparações não articuladas e superficiais.

No estudo de Nunes (2013), realizado na área de gestão pública, trata de uma avaliação de um programa institucional que auxilia os alunos ao entrar na universidade, com auxílio de tutores, estes são auxiliados no processo de adaptação ao ensino superior.

O presente estudo faz uma breve reflexão sobre o sistema de ações afirmativas, e cotas raciais, bem como elenca a importância da trajetória acadêmica dos educandos. Ao analisar os dados deste programa reiteram a importância de programas relacionados com o processo de permanência dos acadêmicos.

Ainda Nunes (2013) afirma que os processos de avaliação das políticas públicas permitem perceber o quanto ocorre a eficácia do que será mensurado. Resultados eficazes estariam relacionados a democratização do ensino e conseqüentemente do ingresso, ou vice versa.

Destacamos aqui as reflexões que o estudo faz sobre condições e debates socioeconômicos, políticos e jurídicos, onde a partir dos anos 90, inicia-se um debate reflexivo sobre políticas de inclusão social, este relacionados aos debates internacionais sobre os temas. Os segmentos debatidos a partir dos anos 90 no que se refere às ações afirmativas ou compensatórias estão relacionados a diversas minorias sociais, no que diz respeito a comunidade negra, ameríndia, entre outros. O tema cotas, polêmico em rodas de conversa, acadêmicas ou não, ganha força a partir de 2001, com uma agenda de reformas universitárias em nosso país. que saiu fortalecido a partir de debates democráticos e tornando o acesso à educação superior com uma busca pela ampliação do acesso a setores excluídos da sociedade.

Fato que se torna realidade com a promulgação da lei de cotas em 2012, permitindo a cada instituição oferecer em suas vagas, acesso através de ações afirmativas.

Outro estudo analisado é MEIRELES (2019), este já em seu título traz informações que a pesquisa é relacionado a evasão e retenção em cursos de licenciatura analisados entre 2002 e 2018, MEIRELES (2019), avaliou os fatores que podem levar a evasão, estes citados como formas de ingresso, cotas, gênero, etc. A ideia do estudo é formular um perfil de risco dos educandos, matriculados em cursos de licenciatura, e que através da análise deste perfil possam construir planejamentos para diminuir este processo de evasão.

No resumo do estudo não esboçam nenhuma conclusão do mesmo, ou dão indícios de suas considerações finais, apenas estabelecem relações entre licenciatura, bacharelado, diurno e noturno, gêneros masculino e feminino, cotista e universal.

Neste estudo, o autor infere que os estudos sobre evasão e retenção são incipientes, e que são muito importantes para que possamos relacionar estes dados com políticas públicas inclusivas e de permanência do estudante em sala de aula. Afirmam que de acordo com a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) as pesquisas sobre evasão, retenção e diplomação deveriam ser esmiuçadas, detalhadamente para que problemas sejam identificados e solucionados.

Outro ponto importante do estudo são fatores que podem levar os alunos a evadirem dos seus referidos cursos, tais fatores podem ser sociais, pessoais, económicos, entre outros, ressaltam a escolha da profissão, onde a mesma, tem uma grande contribuição na formação do acadêmico, pois alguns cursos e posteriormente alguns profissionais tem certo prestígio na sociedade, além de bons salários, médicos, engenheiros, etc., já outras áreas são menosprezadas pela sociedade, como as áreas da licenciatura, que tem pouco ou até nenhum prestígio social.

Segundo Meireles (2019) ao identificar de forma precoce a vulnerabilidade dos estudantes, e a propensão ao processo de evasão, podendo antecipar tais análises com algumas técnicas, poderíamos evitar recursos financeiros, diminuir a evasão possibilitando a conclusão até a etapa formativa do acadêmico.

Dentro do material analisado, temos a tese de Carleto (2017) neste estudo, investigam como ocorre a integração à vida universitária, levando em consideração que esse processo tem q ter uma atenção muito especial, onde neste estudo eles aplicaram um inventário para avaliar a integração do aluno a vida acadêmica. neste processo foi traduzido um teste a ser aplicado e testado em acadêmicos, o que resultou, em uma adaptação do inventário, aplicado com êxito e mostrando que o mesmo pode ser integrado às academias no Brasil e aplicado nos estudantes.

Ainda referente ao último estudo citado, o autor observa um crescimento nos índices relacionados à evasão e retenção, destacam que muitas questões como transição do ensino médio para o ensino superior, dentre outras demandas, demonstram a importância na assistência estudantil. Também ressalta que os estudantes precisam se sentir acolhidos para que possam permanecer nos cursos. Levando em consideração além das competências e habilidades de um estudante do ensino superior, deve-se promover o bem estar em todos os sentidos.

Sendo assim, definem como muito importante a integração entre a vida acadêmica e social, sugerindo que possamos potencializar os educandos que não conseguem superar estes desafios.

### **Considerações finais**

Através da realização deste estudo, compreendemos a necessidade de inventariar o que já foi estudado sobre determinado assunto, mas sabemos das fragilidades de um estudo do tipo estado da arte, por que não conseguimos abarcar tudo o que está sendo produzido sobre determinado assunto, devido a velocidade que o material, a ciência é produzido.

Verificamos também a importância de estudos sobre evasão, retenção e cotas, no sentido de nos mostrar tal realidade em nosso país, e assim propomos situações de análises e resoluções desses problemas que afligem as universidades brasileiras.

Em relação ao problema de nosso manuscrito, quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020. Percebemos que poucas dissertações e ou teses abordam tal tema, utilizamos um banco de dados, que em tese é alimentado por todas as Universidade Públicas de nosso país e algumas privadas.

As buscas foram realizadas com os operadores booleanos “or”, o que em tese nos daria uma maior assertiva no que diz respeito ao número de documentos, mas o resultado foi apenas de 5 documentos. O que demonstra a necessidade de pesquisas nesta área.

Percebemos que os estudos realizados em sua grande maioria se concentram na área de gestão pública, logo, estes corroboram para o pensar nas atividades de permanência dos educandos em nossas IES.

As relações entre cotas, evasão e retenção, mostra-se um tema relevante e necessário para que possamos desenvolver estudos e refletir sobre práticas que corroborem para a redução de dados relacionados aos temas citados.

Esperamos, portanto, que as informações aqui ressaltadas possam auxiliar e ampliar discussões sobre a temática, promovendo um debate sobre o assunto.

## Referências

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Superior 2018**: notas estatísticas. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 09 de janeiro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)> Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 10.260, de 12 de julho de 2001**. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110260.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm)> Acesso em: 16 de mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)> Acesso em: 16 de mai. 2021.

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Dispõe sobre a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm)> Acesso em: 16 de maio de 2021.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)> Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRASIL, **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino médio**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, 1999.

BURKE, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

CAETANO, Eduardo F. S. e CAMPOS, Ivete M. B.. **A autonomia das universidades federais na execução das receitas próprias**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2019, v. 24 . Acesso em: 16 mai. 2021.

CARLETO, C. T. **Adaptação transcultural e evidências da validade da versão brasileira do Inventário de Integração à Vida Universitária (I-IVU)**. 2017. 202 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde. Doutorado em Atenção à Saúde. Uberaba/MG, 2017. Disponível em: <<http://bdtd.uftm.edu.br/handle/tede/475>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

CESARINO, M. A. da N.; KREMER, J. M.; DUMONT, M. M. V.; SIMÕES, E. M. dos S. **A retenção de alunos por infrequência, aproveitamento e trancamento de matrícula no curso de graduação de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais**. Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 159-190, set. 1987. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000002029/40dc5ebb5485b0d04d243f3d2c6a96a4>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

COSTA, D. M.; COSTA, A. M.; BARBOSA, F. V. **Financiamento público e expansão da educação superior federal no Brasil: o REUNI e as perspectivas para o REUNI 2**. Rev. GUAL, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 106-127, 2013.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. **Evasão do curso de química da Universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido**. Quim. Nova, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 262-280, 2001.

D'AVILA, G. T., KRAWULSKI, E., VERIGUINE, N. R., & SOARES, D. H. P. **Acesso ao ensino superior e o projeto de “ser alguém” para vestibulandos de um cursinho popular**. Psicologia & Sociedade, v. 23, n. 2, 350-358. 2011.

DIMENSTEIN, G.; RODRIGUES, M. M. A.; GIANANTI, A. C. **Dez lições de sociologia para um Brasil cidadão**. São Paulo: FTD, 2008.

FELICETTI, V. L.; FOSSATTI, P. **Alunos prouni e não prouni nos cursos de licenciatura: evasão em foco**. Educar em Revista, Universidade Federal do Paraná, n. 51, p. 265–282, 2014.

FERNANDES, José R. O.. **Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. Caderno CEDES, Nº v 25, Nº f 67, 378-388, set/ dez, 2005.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 23, n. 79, p. 254-272, ago. 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2022. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 12 mai. de 2021.

JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M.. **A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990**. Avaliação (Campinas), Sorocaba , v. 22, n. 2, p. 385-402, ago. 2017 .

- LOBO, M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos, v. 25, 2012.
- MEIRELES, R. S. **Fatores causais da evasão e retenção universitária : uma análise nos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília no período de 2002 até 2018**. 2019. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília. Mestrado Profissional em Economia. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38152>>. Acesso em: 10 mai. 2021.
- MINAYO, M. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. **Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira**. Sociologias, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007.
- NUNES, M. C. **Acesso com (in) sucesso? O Programa de Incentivo Acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco – BIA/UFPE**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste. Recife/PE, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11404>>. Acesso em: 10 mai. 2021.
- OLIVEIRA, F. P. de, SANTO, L. M. P. e SHIMIZU, Helena Eri. **Responsabilidade Social das Escolas Médicas e Representações Sociais dos Estudantes de Medicina no Contexto do Programa Mais Médicos**. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2019, v. 43, n. 1 suppl 1. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/rgFdtV6c3cndY564bSwM93n/?lang=pt>>. Acesso em: 20 mai. 2021.
- OLIVEIRA, Pérsio S.. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2006.
- PACHECO, E. N. **Avaliação da política pública de ação afirmativa na UFPA: análise do desempenho das cotas sociais no campus Belém (PA)**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o desenvolvimento. Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento. Belém/PA, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11305>>. Acesso em: 10 mai. 2021.
- PANIZZON, M., COSTA, C. F., & MEDEIROS, I. B. O. (2020). **Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação**. Revista De Administração Pública, 54(4), 635-649. 2020. Disponível em <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81877>>. Acesso em: 14 mai. de 2021.
- PEREIRA, A. S. **Retenção Discente nos Cursos de Graduação Presencial da UFES**. 2019. dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Mestrado em Gestão Pública. Vitória/ES, 2013. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_6638\\_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Alexandre%20Severino.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6638_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Alexandre%20Severino.pdf)>. Acesso em: 03 mai. 2021.
- RISTOFF, Dilvo. **Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009)**. Cadernos do GEA, Rio de Janeiro, n. 4, 2013
- ROCHA, B. A. da S. R. **O Teste de Progresso é um fator preditivo de desempenho no curso de Medicina? Estudo retrospectivo num curso de Medicina no Brasil, 2010-2016**. 2018.

Dissertação (Mestrado) - Universidade José do Rosário Vellano - Unifenas. Mestrado Profissional em Ensino em Saúde. Belo Horizonte/MG, 2018. Disponível em: <<http://tede2.unifenas.br:8080/jspui/handle/jspui/221>>. Acesso em: 10 mai. 2021.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T.. **As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação.** Diálogo Educativo, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37-50, set./dez. 2006.

RONZANI, T. M.. **A reforma curricular nos cursos de saúde: qual o papel das crenças?**. Revista Brasileira de Educação Médica [online]. 2007, v. 31, n. 1. 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/8970>> - Acesso em: 15 de mai. 2021.

SAID, E. **Fora do lugar: memórias** (J. G. Couto, transl.). São Paulo, SP: Companhia das Letras. 2000.

SANTOS, L. S.. **Dilemas morais da gestão pública brasileira no enfrentamento da pandemia do novo coronavírus.** Revista de Administração Pública [online]. 2020, v. 54, n. 4, pp. 909-922. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220200219>> - Acesso em: 17 de maio de 2021.

SANTOS, G.G., and SILVA, L.C. **A evasão na educação superior: entre debate social e objeto de pesquisa.** In: SAMPAIO, SMR., org. Observatório da vida estudantil: primeiros estudos [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 249-262. 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/n656x/pdf/sampaio-9788523212117-14.pdf>>. - Acesso em 18 de mai de 2021.

SILVA FILHO, R. L. L.; MONTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. de C. M. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2021.

SILVA, P. B.. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Revista Educação, vol. XXX, núm. 63, setembro-dezembro, 2007, pp. 489-506. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=84806306>>. Acesso em: 14 mai. de 2021.

SOUZA, Â. R.. **A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando?** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014.

TROW, M.. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII.** Berkeley: University of California, 2005. Disponível em: <<http://repositories.cdlib.org/igs/WP2005-4>>. Acesso em 12 mai. 2021.

VIDALES, S.. **El fracaso escolar em la educación media superior. El caso del bachillerato de una universidad mexicana.** Rev. Iberoamericana Calidad, Eficacia Cambio Educ., Madri, v. 7, n. 4, p. 321-341, 2009.

ZENUN, K. H.; MARKUNAS, M.; Sociologia - Cadernos de Sociologia. Brasília: Cisbrasil-CIB, 2015.



## 8.2- Manuscrito 1

**Revista:** A ser decidida junto ao orientador;

**Título idealizado:** Ações afirmativas na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) uma análise sobre evasão e retenção

**Objetivos:** Identificar os percentuais de evasão e retenção de alunos cotistas e não cotistas. Verificar os motivos que levam alunos cotistas a abandonarem ou atrasarem seus cursos. Caracterizar as formas de evasão que ocorrem na Universidade;

**Método:** Pesquisa Exploratória e Quantitativa.

## AÇÕES AFIRMATIVAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA (Unipampa): UMA ANÁLISE SOBRE EVASÃO E RETENÇÃO

Affirmative actions at the Federal University of Pampa (Unipampa) an analysis of evasion and retention

Mario Olavo da Silva Lopes

Felipe Salermo Pittella

Ana Beatriz Cunha

João Vitor Verçoza

Karla Pereira Rutz

Edward Frederico Castro Pessano

### Resumo

Desde a Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, a Unipampa - Universidade Federal do Pampa, teve que reestruturar a organização de suas vagas para ingressantes. Este estudo realizou uma investigação quantitativa e qualitativa relacionado a evasão e a retenção dos discentes cotistas e não cotistas, em cursos da área da Saúde, a saber, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina. Consideramos os educandos ingressantes pelo sistema SiSU, de 2012 a 2022, dados que totalizaram 1913 alunos. A análise foi realizada partindo da busca em banco de dados da instituição, utilizando tabelas e figuras. Evidenciamos um número muito grande de educandos que evadiram dos cursos da área da Saúde, com percentuais mais altos de evasão, por parte dos alunos não cotistas. Doravante, todos os cursos demonstraram a necessidade de melhorar os seus números de estudantes formados e regulares, e reduzirem o número de evadidos.

**Palavras-chave:** Lei de Cotas; Ações Afirmativas; Unipampa; Evasão; Retenção; Saúde.

**Abstract**

Since the Quota Law, or Law No. 12,711/2012, Unipampa - Federal University of Pampa, had to restructure the organization of its vacancies for freshmen. This study carried out a quantitative and qualitative observation related to dropout and retention of quota and non-quota students in courses in the area of Health, namely nursing, pharmacy, physiotherapy and Medicine. We considered students entering the SiSU system, from 2012 to 2022, data that totaled 1913 students. The analysis was carried out by searching the institution's database, using tables and figures. We evidenced a very large number of students who dropped out of health courses, with higher dropout percentages among non-quota students. From now on, all courses need to improve their numbers of graduates and regulars, and reduce the number of dropouts.

**Keywords:** Quota Law; Affirmative actions; Unipampa; Dropout; Retention; Graduation.

**Considerações iniciais**

Algumas mudanças significativas foram realizadas nas últimas décadas, no que diz respeito às formas de ingresso de estudantes nas instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas. Tais mudanças promovem sobremaneira uma colaboração para a democratização ao acesso para o ensino superior.

Salientamos uma das primeiras mudanças que ocorreu no ano de 2003: a UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) adotou o processo de reserva de vaga como uma ação afirmativa em seus processos seletivos de ingresso, sendo pioneira nestas ações. O objetivo da ação é determinar um espaço acadêmico para as classes sociais desfavorecidas (SENKEVICS; MELLO, 2019).

Outro processo que sofreu alterações foi o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em um primeiro momento, o ENEM tinha a função primária de avaliar o desempenho dos educandos e, conseqüentemente, das instituições escolares de ensino médio, sejam elas públicas ou privadas. Este processo, ao longo do tempo, tornou-se uma forma de ingresso na educação superior.

Em conjunto com o ENEM foi desenvolvido o Sistema de Seleção Unificado (SiSU). Este sistema, através de um processo seletivo informatizado, proporciona ao educando, a partir da nota do ENEM, a possibilidade de o estudante concorrer e ingressar em um curso superior, em qualquer lugar do Brasil e em instituições que aderiram ao sistema (LUZ; VELOSO, 2014).

No ano de 2012, foi criada uma lei que ficou conhecida como “Lei de Cotas”, a Lei nº 12.711/2012. A partir de então, consegue-se a aplicação de efetiva política de ações afirmativas,

voltada para o ingresso no ensino superior. Esta Lei teria sido uma tentativa de diminuir a exclusão dos educandos de classes sociais desfavorecidas, minorias sociais, como afirma Bezerra e Gurgel (2012).

Percebe-se que, após a inserção desta Lei, alunos de outras esferas sociais adentraram ao ensino superior. Antes dessa legislação, tínhamos uma ala de educandos da alta sociedade, que cursaram a gratuidade do ensino superior público, pois estes podiam pagar escolas privadas e cursinhos preparatórios (CAREGNATO; OLIVEN, 2017; TREVISOL; NIEROTKA, 2016), logo estes alunos se tornavam mais aptos e qualificados à disputa de um número reduzido de vagas.

Destacamos que para compreensão da execução das políticas de ações afirmativas e a relação com o aproveitamento dos alunos, bem como a sistêmica evasão e retenção, se faz mister analisar este processo, e por isso a realização de breve artefato histórico. Outro aspecto que merece ser citado é que o SiSU gera uma certa dificuldade aos educandos, como processo de permanência dos mesmos; nas cidades que escolheram para estudar, devido a questões financeiras. Logo, estes estudantes estão distantes de suas famílias, gerando questões problemáticas, psicológicas, sociais e culturais (SANTOS, 2012; GÓMEZ; TORRES, 2015). Porém, não há apontamentos que estabeleçam alguma relação com alunos cotistas ou não cotistas.

Por isso, além de políticas para a entrada de alunos de diferentes classes sociais nas instituições, necessita-se um estudo sobre a evasão e retenção nos cursos do Ensino Superior. Davok e Berbard (2016) apontam que é primordial detectar as razões da evasão nos cursos, para a elaboração de políticas de permanência e planejamento das instituições de Ensino.

Neste ponto, onde surgem tratativas que, ao observarmos, justificam este estudo, descrevemos a realização de uma investigação no Campus de Uruguaiana da Universidade Federal do Pampa (Unipampa), analisando os cursos relacionados à saúde humana: Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia e Medicina, período temporal de 2012 a 2022. Nosso objetivo do estudo é explorar quantitativamente dados referentes à evasão e retenção entre estudantes cotistas e não cotistas, observando eventuais diferenças entre os grupos.

**SiSU: favorecedor da democratização de acesso ao Ensino Superior ou não?**

Em 2009, como uma maneira de alterar as formas de acesso ao ensino superior e público e pretendendo substituir o vestibular tradicional que ocorria até então, o Ministério da Educação (MEC) apresentou uma proposta. De acordo com Ariovaldo e Nogueira (2018), a proposta do MEC para os representantes das instituições federais foi a criação de um sistema centralizado, bem como as diretrizes e o novo papel que seria realizado pelo ENEM. Esta prova passaria de simples exame avaliativo para uma prova de seleção, podendo, conforme a sua nota, levar o estudante aos bancos universitários.

Esta nova proposta acaba proporcionando uma concorrência nas vagas entre as Instituições de Ensino Superior (IES), porque o estudante realiza a prova em sua cidade, mas, ao possuir sua nota, e acessar o portal do SiSU ele pode se credenciar para estudar em qualquer IES do Brasil, mas tudo isso deveria auxiliar na reformulação do currículo do ensino médio e na mobilidade estudantil em nosso país (LUZ; VELOSO, 2014). Logo, o SiSU foi transformado em um sistema para escolha dos cursos pelos estudantes de graduação. Esta criação ocorreu através da Portaria nº 2 de 26 de janeiro de 2010. Este sistema tornou-se informatizado, centralizado para todas as instituições que “comprassem” a ideia.

Estando relacionado com a ideia de democratizar o acesso ao ensino superior, o SiSU, mostrava, de certa forma, obscurecer algumas realidades de nossa sociedade. Então, os argumentos utilizados pelo MEC sobre este processo de centralização do exame acabam passando a imagem que todos os prejuízos seriam terminados. Assim, os candidatos que possuíam baixa renda poderiam realizar as provas, em seus respectivos domicílios geográficos, evitando assim gastos com possíveis deslocamentos para a execução de vestibular. Estes educandos poderiam concorrer a vagas em muitos centros educacionais, em cidades distantes das suas, fato até aquele momento quase impossível dos educandos realizem, em especial os de baixa renda. Logo, são apresentados três grandes benefícios do SiSU, como infere Nogueira et al., 2017, p. 63:

Sinteticamente, é possível dizer, portanto, que o Sisu teria três vantagens em relação aos vestibulares tradicionais: 1) ampliaria a eficiência institucional ao baratear o processo de seleção de alunos e melhorar a ocupação das vagas; 2)  aumentaria a mobilidade geográfica dos estudantes brasileiros; 3)  traria maior inclusão de alunos pertencentes a grupos sub-representados no Ensino Superior brasileiro – basicamente, oriundos de escolas públicas, filhos de famílias de baixa renda, pobres, pretos, pardos e indígenas.

Mas, ao analisar por outro ângulo, percebe-se que o processo está focado em uma concepção meritocrática, ficando um pouco longe do auxílio apenas às comunidades mais carentes e enfatizando os contrastes sociais. Vargas (2019) reflete que a unificação da seleção, em um país tão grande, onde a qualidade da educação no ensino médio é desequilibrada, torna esse sistema incoerente. Percebe-se que a concorrência acaba sendo igual entre os desiguais, logo, seria preciso debater mais as pautas de políticas inclusivas. A partir de ações afirmativas, pode-se reduzir as deformidades no sistema de seleção em vigor.

Quando falamos de segmentos sociais menos favorecidos, Carvalho e Waltenberg (2015) inferem que a desigualdade socioeconômica acaba sendo base para identificar este processo, devido aos grupos com menos renda, serem as camadas sociais com acesso pouco a bens ou serviços públicos. No texto de Silva (2017) percebe-se que as ações afirmativas acabam combatendo discriminações e alterando a sociedade, a partir do momento em que cidadãos, de grupos sociais com baixa renda, acabam galgando postos sociais, através do estudo universitário. O que vem proporcionar uma correção de algumas diferenças relacionadas aos aspectos étnico-racial para o social, porque percebemos a inversão deste caminho, onde desconsidera a existência do racismo em nossa sociedade.

Haas e Linhares (2012) mencionam a Lei de Cotas como uma forma das camadas com mais dificuldades sociais e educacionais inserirem-se no ensino superior e, conseqüentemente, no mercado de trabalho, apoiando a ideia de integração entre diferentes grupos sociais. Isto é, o que temos no âmago da Lei de Cotas (BRASIL, 2012):

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) per capita.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Logo, após um certo tempo de debates, a Lei de Cotas gerou uma garantia no que diz respeito a critérios raciais ou socioeconômicos, estipulando percentuais para o acesso de alunos cotistas às IES públicas e obrigando as universidades a alterarem os seus processos de seleção.

### **Funcionamento do SiSU na Unipampa e seu processo de readequação**

Fundamentalmente, o SiSU acabou sendo readequado para que este prestasse as exigências legais então estabelecidas. Logo, a partir de 2013, determinou-se que as IES, públicas, estaduais e federais, teriam que constituir categorizações no processo de seleção. Trazemos o Quadro 1 com estas modalidades, estabelecidas pelo Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012:

Quadro 1 – Modalidades de concorrência no SiSU (vigência 2013-2017)

Legenda	Ação afirmativa
AC	Ampla concorrência.
L1	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L2	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L3	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L4	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
A1	Candidato com deficiência.

Fonte: Universidade Federal do Pampa. Secretaria Acadêmica do campus Uruguaiiana – 2022.

A vigência destas modalidades expostas no quadro foi até o ano de 2017, pois, no processo seletivo do ano seguinte, 2018, houve um processo de revisão das modalidades, onde tivemos o Decreto nº 9.034, de 20 de Abril de 2017 (BRASIL, 2017). Neste tivemos uma cisão no que se refere às cotas aos candidatos com deficiência, descritos no Quadro 2:

Quadro 2 – Modalidades de concorrência no SiSU (vigência 2018-2019)

Legenda	Ação afirmativa
A0	Ampla concorrência.
L1	Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L2	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L5	Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa MEC nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L6	Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa MEC nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L9	Candidatos com deficiência que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L10	Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, que tenham renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L13	Candidatos com deficiência que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
L14	Candidatos com deficiência autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).
V1094 (atual legenda V1973)	Candidato com deficiência.

Fonte: Universidade Federal do Pampa. Site da Coordenadoria de Ações Afirmativas. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/caf/2018/01/30/sistema-de-selecao-unificada-sisu-processo-seletivo-2018-unipampa/>>. Acesso em: 24 out. 2019. (adaptação de PITELA, 2020).

Além do exposto nos quadros, foi estabelecido para os cursos de graduação da Unipampa os respectivos percentuais de vagas, conforme a proporção das populações e com identificações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, temos:

Ampla Concorrência - 48% das vagas;

L1 e L2 - 20% das vagas;

L5 e L6 - 18% das vagas;

L9 e L10 - 6% das vagas;

L13 e L14 - 6% das vagas;

Candidatos com deficiência - 2% das vagas. A partir do momento em que não tenhamos o preenchimento das vagas, no que refere-se a cada proporção, seja por falta de candidato em alguma modalidade ou falta de inscritos, a Unipampa instituiu uma ordem, em relação à prioridade, onde, convocam-se os candidatos inscritos em modalidade diferente daquela onde a vaga está aberta, ajudando primeiramente os candidatos em modalidades que exijam o ensino médio em escola pública. Se mesmo assim, não tivermos candidatos inscritos nas cotas, todas as vagas remanescentes serão preenchidas pelos candidatos no sistema universal (sigla A0). E, se ainda permanecer ociosa, a vaga será então destinada para ações complementares de seleção e ingresso. O educando Ampla Concorrência será denominado com a sigla AC neste trabalho

Destaca-se também que aqueles educandos que não tenham estudado em escola pública, mesmo assim podem ser agraciados com ações afirmativas. De acordo com a resolução de normas de ingresso da Unipampa, ocorre uma oferta adicional de 2% das vagas para candidatos com deficiência (A1) e 2% das vagas para candidatos autodeclarados pretos e pardos (A2).

A partir de 2019, o quadro referente às ações afirmativas e suas descrições foi atualizado, passando a ter esta nomenclatura como veremos no quadro 3:

Quadro 3 - Modalidades de concorrência no SiSU (vigência 2019-2022)



Ação Afirmativa	Crêterios / Exigências
A1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pessoa com deficiência</li> </ul>
A2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• autodeclarado(a) preto(a) e pardo(a)</li> </ul>
L1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• renda bruta familiar por pessoa de 1 s�l�rio mínimo e meio (R\$ 1.953,00) ou menos</li> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>
L2	<ul style="list-style-type: none"> <li>• autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena</li> <li>• renda bruta familiar por pessoa de 1 s�l�rio mínimo e meio (R\$ 1.953,00) ou menos</li> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>
L5	<ul style="list-style-type: none"> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>
L6	<ul style="list-style-type: none"> <li>• autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena</li> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>
L9	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pessoa com defici�ncia</li> <li>• renda bruta familiar por pessoa de 1 s�l�rio mínimo e meio (R\$ 1.953,00) ou menos</li> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>
L10	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pessoa com deficiência</li> <li>• autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena</li> <li>• renda bruta familiar por pessoa de 1 s�l�rio mínimo e meio (R\$ 1.953,00) ou menos</li> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>
L13	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pessoa com deficiência</li> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>
L14	<ul style="list-style-type: none"> <li>• pessoa com deficiência</li> <li>• autodeclarado(a) preto(a), pardo(a) ou indígena</li> <li>• ter cursado integralmente o ensino médio em escola pública</li> </ul>

### O fenômeno da evasão e da reten o no Ensino Superior

Quando salientamos o fenômeno evasão e reten o são várias as explica es para estes casos. Lobo (2012) informa que a evasão   o fenômeno “em que o aluno deixa um curso por qualquer razão: muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários” (LOBO, 2012, p. 8). Esta pesquisadora julgou que, dentro dos problemas relacionados   educa o, a evasão   um dos mais graves, pois  , de certa forma, uma derrota do sistema: “além dos próprios alunos evadidos, os professores, as IES e todos os que nelas trabalham, quem os financia e a sociedade na sua totalidade, pois compromete o desenvolvimento de um país!” (LOBO, 2012, p. 13).

Um raciocínio que trazemos   tona   de Baggi e Lopes (2011), onde diz que a evasão   algo que nos traz inúmeras mazelas sociais: problemas para os educandos, acadêmicos, bem como para a sociedade como um todo, por que não há uma certa visão de caminho, dire o para desenvolver estudantes que se ausentaram da escola ou da universidade. Existem inúmeras razões que levam a perda de alunos em nossas institui es.

Para os pesquisadores Kozelski e Hammerschmidt (2009), são causas tanto externas como internas. Quando se referem a questões externas, relaciona-se com a IES, o corpo docente, inclusive a opção não coerente do curso pelo acadêmico. Em relação às questões internas, são intrínsecas ao educando, condições econômicas parcas, problemas familiares, transtornos psicológicos ou outras patologias.

Quando se refere a cursos em universidades federais, Santana (2016) fez um estudo sobre a evasão e sua justificativa para o processo de abandono geralmente na metade da trajetória acadêmica. O educando passa por um momento de confrontar as expectativas criadas com o curso com a realidade, percebendo que muitas destas expectativas não vão ocorrer, gerando desmotivação. Além disso, existe a falta de programas de incentivo à permanência e até mesmo, a falta de prática nos cursos, onde estão pouco relacionados com a profissão escolhida.

Nos cursos de saúde, estudantes passam pelas mesmas quebras de expectativa, além de diversos fatores relacionados ao seu curso em específico. No trabalho de conclusão de curso de Dantas (2023), este apresenta dados de uma pesquisa com alunos recém-ingressos de um curso de Odontologia, em relação à evasão e insatisfação destes ao curso. Parte dos participantes da pesquisa descrevem insatisfação com o curso: dos insatisfeitos, segundo a análise da situação socioeconômica, a maioria se encontra com renda familiar abaixo de dois salários mínimos. Com esses dados, o autor afirma que dificuldades financeiras são um possível motivo para evasão do curso.

Além disso, os dados obtidos por Dantas (2023) apontam outras evidências que motivariam evasão entre os participantes da pesquisa: dificuldade no período de ajuste ao mundo universitário (primeiros semestres), com experiências que podem ser traumáticas a algumas pessoas. Ainda a falta de vivências com atividades clínicas durante os primeiros semestres, devido a grade curricular predominantemente teórica.

Outro aspecto relevante que desafia as universidades seguidamente, em relação à formação dos acadêmicos dentro do período estabelecido em cada curso, é exatamente buscar evitar a retenção. Para Cesarino et al. (1987), a retenção ocorre no momento em que o educando, por algum motivo, acaba não tendo condições de concluir seu curso ou não consegue acompanhar a sua evolução dentro do tempo previsto na proposta curricular do curso.

Pereira (2013) afirma que, ao estender o prazo para a conclusão do curso, o estudante acaba passando por alguns percalços, como ociosidade de recursos, sejam eles materiais ou humanos, podendo levar o aluno a evasão. Continuamos na seara deste pesquisador, onde nos diz que à retenção/evasão deve ser travado um embate em várias frentes, pois o estudante investe tempo e dinheiro em seus estudos. A IES tem sua produtividade comprometida por conta do aluno retido e a sociedade também, no aguardo por este profissional para atender às suas necessidades. Logo, deveríamos ter um esforço destes grupos sociais para reduzir a evasão e retenção acadêmica e/ou escolar.

Não tão distante, ocorrem estudos onde se relaciona o desempenho dos estudantes cotistas e não cotistas, a exemplo da UFBA (Universidade Federal da Bahia). De acordo com Cavalcanti et al. (2019), ações para promover o desempenho de alunos cotistas são de extrema urgência e necessidade, devido às mazelas socioeconômicas que muitos dos cotistas estão inseridos, em toda a sua vida escolar, da educação básica ao ensino superior. Os pesquisadores supracitados reforçam que, quando temos a reserva de vagas, não temos necessariamente a garantia de que o desempenho do educando será no mínimo razoável durante a graduação.

## **Metodologia**

Este estudo caracteriza-se como exploratório e quantitativo. Todos os dados aqui apresentados foram obtidos através de informações dos sistemas SIE (Sistema de Informações para o Ensino) e GURI (Gestão Unificada dos Recursos Institucionais), através de contato com a Secretaria Acadêmica do Campus da Unipampa em Uruguaiana, Rio Grande do Sul.

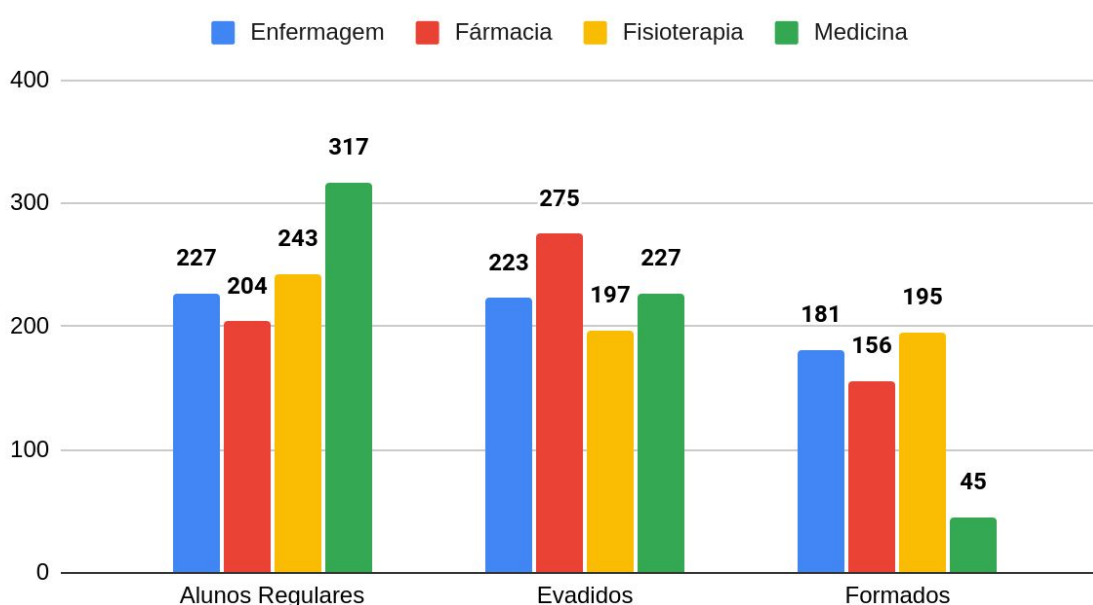
Os dados foram coletados, analisados, sistematizados e interpretados, levando em consideração alunos formados, alunos regulares e as razões do abandono – retenção e evasão. O público participante foi estudantes dos cursos da área da saúde, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia e Medicina, da Unipampa – Campus Uruguaiana, ingressantes pelo SiSU, entre 2012 e 2022. Todos os resultados são demonstrados a partir de estatística descritiva e a utilização de quadros e figuras (MARTINS, 2010).

## Resultados e discussões

A partir da análise de dados, obtivemos os seguintes dados: um total de 2490 alunos, distribuídos em Enfermagem (631); Farmácia (635); Fisioterapia (635) e Medicina (589), ingressaram na Unipampa – Campus Uruguaiana. Logo, aqui representamos um cenário geral dos cursos, levando em consideração alunos regulares, alunos formados, alunos evadidos (aqui consideramos todos os vínculos, regulares e retidos); como demonstramos na figura 1:

Figura 1 – Demonstração geral da situação dos alunos – ingressantes de 2012 a 2022

### Situação Geral de Alunos

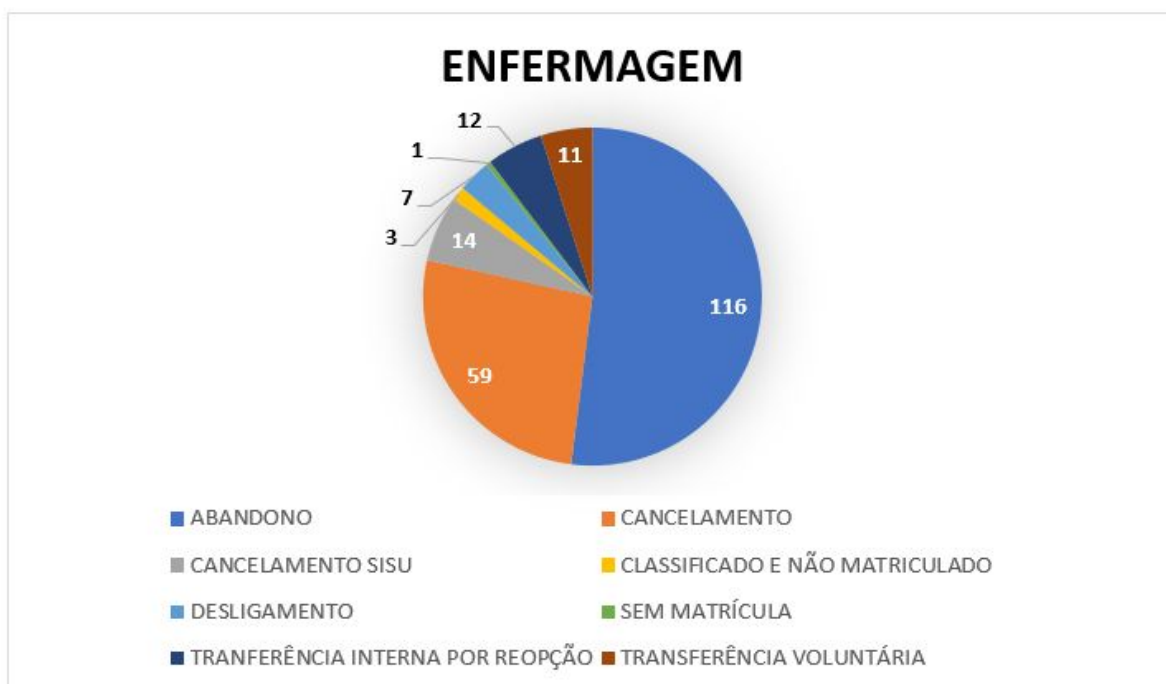


Fonte: Autores (2023)

Ao observar esta comparação, notamos que o curso de Fisioterapia tem o maior índice de alunos formados. O curso de Medicina apresenta o menor número, porque formou em 2022 a segunda turma de ingressantes. Mas os índices de evasão de todos os cursos são muito altos: no total, temos 991 alunos regulares e 922 alunos evadidos, praticamente igualando estes dados, o que demonstra claramente que algo deve ser realizado para reduzir estes números.

Vamos buscar apresentar uma sequência detalhada do fluxo destes discentes, separando por curso, no período entre 2012 e 2022, logo o primeiro a ser analisado, é o Curso de Enfermagem, de acordo com a Figura 2.

Figura 2 - Análise dos dados de alunos do Curso de Enfermagem



Fonte: Autores (2023)

Considerando os discentes que ingressaram a partir de 2012, tivemos 181 alunos formados, para o universo grande de 223 evadidos. Dentre os que evadiram, destacamos o número de 116 educandos que abandonaram o curso. Muitas vezes, não temos as razões pela qual estes alunos abandonaram o mesmo: talvez, por não conseguirem acompanhar e/ou por questões financeiras. Seguindo a análise, temos 59 alunos que cancelaram o curso. A principal diferença entre abandono e cancelamento é que o cancelamento é informado à IES que o aluno está parando o curso.

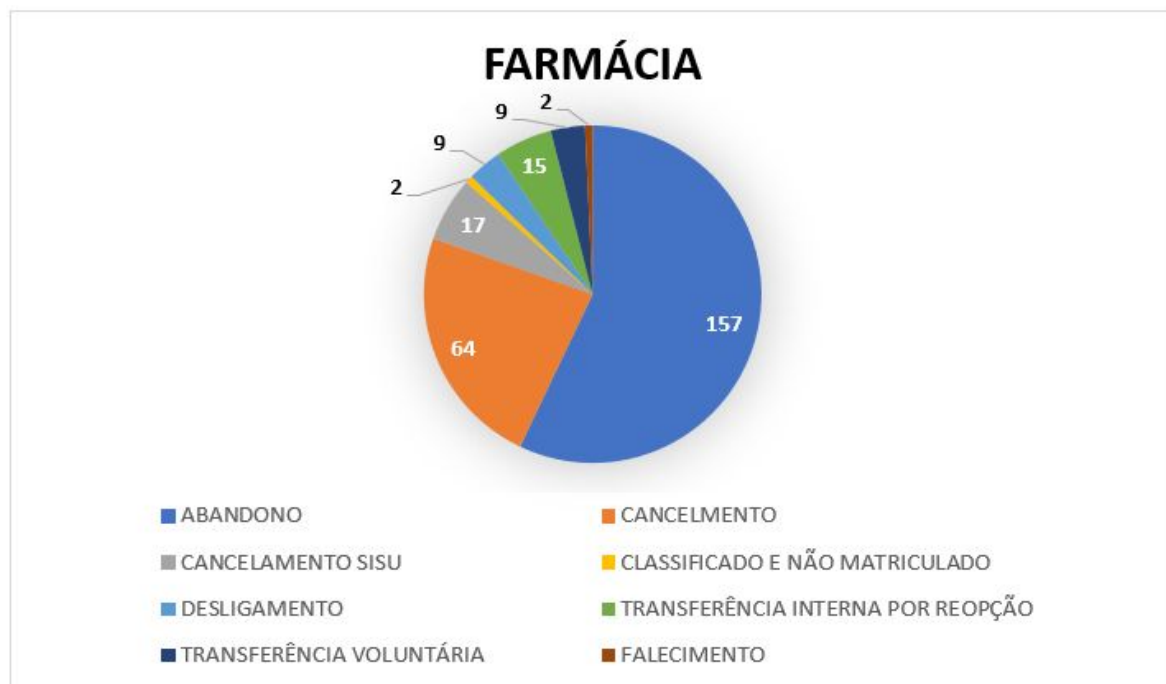
Quadro 4 - Relação de evadidos e formados curso de enfermagem

ANO	EVADIDOS		FORMADOS			
	AC *	COTAS	AC	COTAS		
2012-2022	163	A1	1	160	A1	1
		A2	4		A2	0
		L1	21		L1	19
		L2	7		L2	4
		L3	8		L3	13
		L5	11		L5	12
		L6	9		L6	5
		L9	0		L9	0
		L10	0		L10	0
		L13	2		L13	0
		L14	1		L14	0

Fonte: Autores, (2023)

Percebemos que os alunos cotistas, relacionados as cotas para negros, pretos e pardos, tem uma relação pequena no que se refere ao número de formandos. Quando comparado com os evadidos, as cotas A2, L2 e L6 tem mais alunos que evadem do que os que acabam se formando.

Figura 3 - Análise dos dados de alunos do Curso de Farmácia



Fonte: Autores (2023)

Na figura 3, apresentamos os dados dos alunos do curso de Farmácia. Dos alunos que iniciaram suas atividades acadêmicas a partir de 2012, são 156 formados e 275 evadidos, número extremamente alto, como já observado anteriormente neste universo dos evadidos. Neste sentido, destacam-se novamente o abandono (157 alunos), cancelamento (64 alunos) e cancelamento SiSU (17).



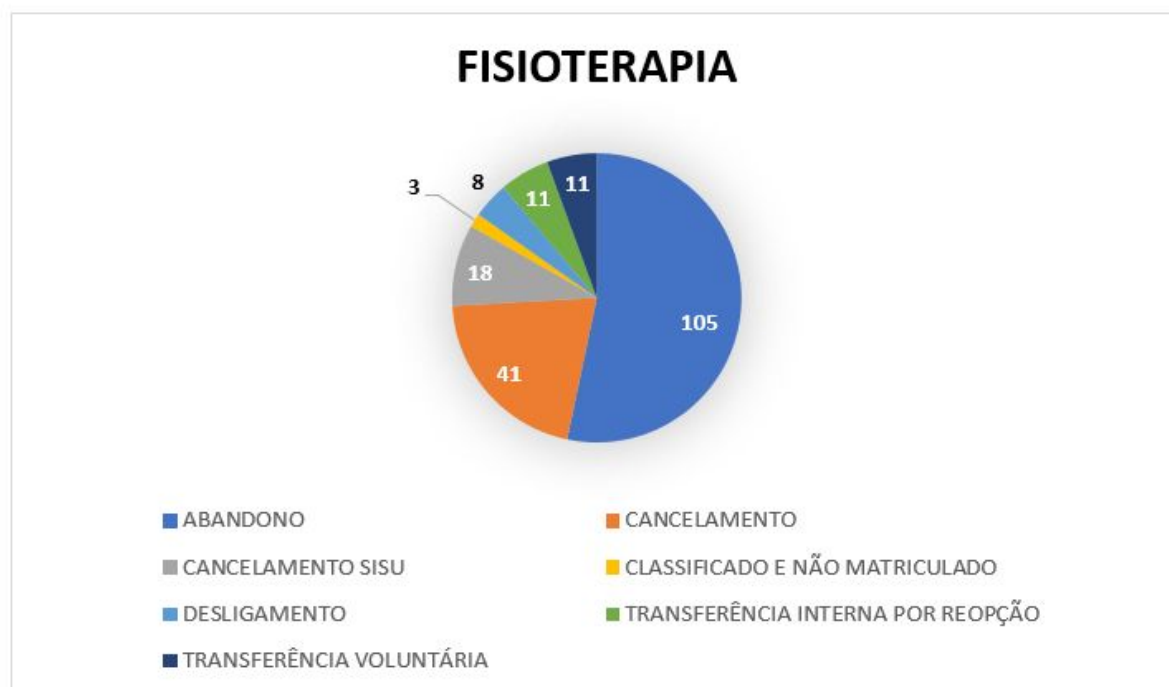
Quadro 5 - Relação de evadidos e formados curso de farmácia

ANO	EVADIDOS		FORMADOS			
	AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS	AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS		
2012- 2022	198	A1	4	135	A1	0
		A2	1		A2	0
		L1	37		L1	11
		L2	5		L2	0
		L3	7		L3	10
		L5	19		L5	8
		L6	7		L6	5
		L9	0		L9	0
		L10	0		L10	0
		L13	0		L13	0
		L14	0		L14	0

Fonte: Autores (2023)

Novamente, nota-se que os discentes que são cotistas, A2, L2 e L6, ao relacionarmos formando e evadidos, permanece um número alto de evadidos.

Figura 4 - Análise dos dados de alunos do Curso de Fisioterapia



Fonte: Autores (2023)

Na figura 4, apresentamos os dados dos alunos do curso de Fisioterapia. Considera-se que ao iniciaram seus estudos acadêmicos a partir de 2012, são 195 formados e 197 evadidos, número ainda alto, neste universo dos evadidos. Neste sentido, destacam-se novamente o abandono (105 alunos), cancelamento (41 alunos) e cancelamento SiSU (18).

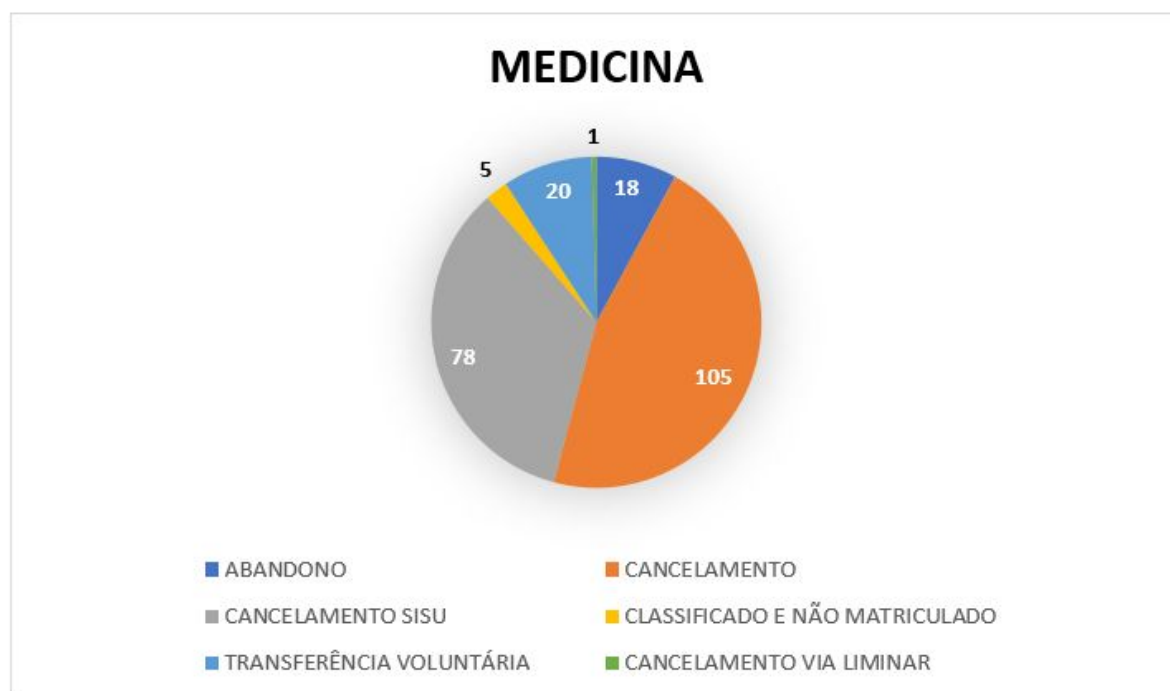
Quadro 6 - Relação de evadidos e formados curso de fisioterapia

ANO	EVADIDOS		FORMADOS			
	AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS	AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS		
2012-2022	154	A1	3	173	A1	0
		A2	1		A2	0
		L1	19		L1	20
		L2	5		L2	4
		L3	3		L3	16
		L5	11		L5	9
		L6	7		L6	4

		L9	0		L9	0
		L10	0		L10	0
		L13	1		L13	0
		L14	0		L14	0

Constata-se que, também neste curso, os alunos cotistas (cotas para negros, pretos e pardos) tem uma relação minoritária no que se refere ao número de formandos. Quando comparado com os evadidos, as cotas A2, L2 e L6 tem um número de evasão maior.

Figura 5 - Análise dos dados de alunos do Curso de Medicina



Fonte: Autores (2023)

Na figura 5, apresentamos os dados dos alunos do curso de Medicina. Considera-se que, no momento de ingresso destes educandos desde de 2012 até o momento, temos as seguintes informações: são 45 formados e 227 evadidos, número bastante alto, como já observado anteriormente neste universo dos evadidos. Neste sentido, destacam-se novamente o abandono (18 alunos), cancelamento (105 alunos) e cancelamento SiSU (78).

ANO	EVADIDOS		FORMADOS			
	AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS	AMPLA CONCORRÊNCIA	COTAS		
2016-2022	107	A1	2	51	A1	2
		A2	4		A2	0
		L1	11		L1	1 0
		L2	4		L2	3
		L3	1		L3	1 0
		L5	18		L5	2
		L6	4		L6	0
		L9	1		L9	0
		L10	3		L10	0
		L13	1		L13	0
		L14	0		L14	0

Socialmente um dos cursos com mais prestígio, a Medicina não escapou de ser um curso, onde os alunos cotistas, negros, pretos e pardos, também tem um alto índice de evasão nas referidas cotas A2, L2 e L6. Percebemos o quão grande é a evasão dos grupos sociais acima, aspectos que levam inúmeros educandos a abandonar o curso.

Em relação a algumas causas prováveis que levam os educandos a evadiram e/ou abandonarem os seus cursos, podem estar o fato de serem membros de famílias em vulnerabilidade social, necessitando parar de estudar para trabalhar. Além disso, podem também enfrentar dificuldades de aprendizagem, no que se refere a continuidade do caminho escolar, falta de base educacional para acompanhar os estudos, onde alguns componentes curriculares podem auxiliar neste impedimento, dificuldade.

Diante dos resultados, percebe-se que muitas das dificuldades dos alunos podem estar relacionados ao processo de transição do ensino médio para o ensino superior, onde seria necessária alguma avaliação ou acompanhamento para nivelar os níveis de aprendizagem. Estas dificuldades são encontradas geralmente em semestres iniciais, como nos informa alguns autores (FAGUNDES; LUCE; RODRIGUEZ ESPINAR, 2014).

## **Considerações finais**

Realizamos uma reflexão inicialmente sobre o SiSU e suas mudanças, processo este percebido como uma ação afirmativa o qual consideramos de extrema importância, pois a partir deste processo podemos inferir que o mesmo auxilia na democratização das vagas dentro das IES. Neste mesmo viés, percebemos o processo de mudança do SiSU ao longo dos anos.

Trouxemos a ideia de readequação, mostrada pela Unipampa para melhor atender a comunidade escolar, dentro de tamanha diversidade cultural e social que possuímos em nossa sociedade. Desta forma desenvolvendo um sentimento de pertencimento ao educando, buscando evitar a evasão e retenção dos mesmos.

Ao buscar dados sobre os quatro cursos da área da saúde, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia e Medicina. Realizamos um levantamento qualitativo e quantitativo, onde encontramos dados para analisar a questão da evasão e retenção, de alunos cotistas e não cotistas.

Em uma primeira análise, tivemos uma percepção de que os alunos cotistas, pudessem estar representando um maior número de evasão dentro da Universidade, acreditamos que devido a sua classe social, menos favorecida, pode contribuir para este fator. Bem como a relação com escola pública; percebemos que o grau de ensino e aprendizagem; não é equivalente com o sistema privado. E esta pesquisa nos demonstrou, que, evidencia-se isto, a partir do momento em que temos inúmeros alunos que evadem dos cursos, quando comparamos com os formandos.

Das comparações que realizamos, na maioria dos casos o número de evadidos cotistas está acima dos estudantes não cotistas. Percebemos, que ocorre dentro dos cursos uma dificuldade em manter os seus alunos, perguntamo-nos se os alunos cotistas que permanecem na universidade, conseguem integralizar e concluir os cursos.

Esta investigação, sobre o fenômeno evasão e retenção, em cursos da área da saúde, nos proporciona um maior conhecimento sobre o assunto, e percepção de quanto é importante para a universidade, para a instituição, pensar estratégias para vencer essa evasão e retenção.

Salientamos também que as propostas têm que ser estudadas localmente, pois cada realidade, cada cidade, tem suas peculiaridades, estrutura social, ideias sociais, etc. Desejamos que mais estudos sobre o caso sejam realizados.

## Referências

ARIOVALDO, T. C. C.; NOGUEIRA, C. M. M. **Nova Forma de Acesso ao Ensino Superior Público: um Estado de Conhecimento sobre o Sistema de Seleção Unificada – SiSU**. Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 4, n. 1, p. 152-174, jan./abr. 2018.

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. **Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: uma discussão bibliográfica**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. **A Política Pública de Cotas em Universidades, Enquanto Instrumento de Inclusão Social**. Revista Pensamento & Realidade, São Paulo, ano XV, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de Janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 18, de 11 de Outubro de 2012**. Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria\\_18.pdf](http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf)>. Acesso em: 06 set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.824, de 11 de Outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm)>. Acesso em: 21 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017**. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9034.htm)>. Acesso em: 22 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2019.

CAREGNATO, C. E.; OLIVEN, A. C. **Educação superior e políticas de ação afirmativa no Rio Grande do Sul: desigualdades e equidade.** Educar em Revista, Curitiba, n. 64, p. 171-187, abr./jun. 2017.

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. D. **Desigualdade de Oportunidades ao Acesso ao Ensino Superior no Brasil: Uma Comparação entre 2003 e 2013.** Economia Aplicada, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 369-396, 2015.

CAVALCANTI, I. T. N. et al. **Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: evidência empírica com dados da Universidade Federal da Bahia.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 24, p. 305-327, 2019.

CESARINO, M. A. N.; KREMER, J. M.; DUMONT, M. M. V.; SIMÕES, E. M. S. **A retenção de alunos por infrequência, aproveitamento e trancamento de matrícula no curso de graduação de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais.** Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 159-190, set. 1987.

DANTAS, Tales Freitas. **Análise da evasão acadêmica do curso de odontologia de uma instituição de ensino superior pública.** 2023. Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/71773>> Acesso em: 22 out 2023.

DAVOK, Delsi Fries; BERNARD, Rosilane Pontes. Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina-UDESC. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 21, p. 503-522, 2016.

FAGUNDES, C; LUCE, M; & RODRIGUEZ ESPINAR, S.. (2014). **O desempenho acadêmico como indicador de qualidade da transição Ensino Médio-Educação Superior.** *Ensaio: Avaliação E Políticas Públicas Em Educação*, 22(84), 635–669. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362014000300004>

GÓMEZ, M. R. F.; TORRES, J. C. **Discutindo o acesso e a permanência no ensino superior no contexto do SiSU (Sistema de Seleção Unificada).** Organizações e Democracia, Marília, v. 16, n. 1, p. 69-88, jan./jun. 2015.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. **Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, 2012.

KOZELSKI, A. C.; HAMMERSCHMIDT, S. **Políticas Públicas: Recurso ou Solução para Evasão Universitária?** Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, n. 6, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9241/6123>>. Acesso em: 27 out. 2019.

LOBO, M. B. C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior – Cadernos, Brasília,

v. 25, 2012. Disponível em: <[http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art\\_087.pdf](http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_087.pdf)>. Acesso em: 26 out. 2019.

LUZ, J. N. N.; VELOSO, T. C. M. A. **Sistema de Seleção Unificada (SiSU): refletindo sobre o processo de seleção.** Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados, v. 4, n. 10, p. 68-83, 2014.

MARTINS, G. A. **Estatística Geral e Aplicada.** 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NOGUEIRA, C. M. M.; NONATO, B. F.; RIBEIRO, G. M.; FLONTINO, S. R. D. **Promessas e Limites: o SiSU e sua Implementação na Universidade Federal de Minas Gerais.** Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, n. 02, p. 61-90, e. 161036, abr./jun. 2017.

PEREIRA, A. S. **Retenção Discente nos Cursos de Graduação Presencial da UFES.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Mestrado em Gestão Pública. Vitória/ES, 2013.

PITTELLA, Felipe Salermo. **O impacto da política nacional de cotas nos cursos de Ciência da Natureza e Educação Física da Universidade Federal do Pampa - Campus Uruguaiana: uma análise sobre evasão e retenção.** 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação em Ciências, Unipampa, Uruguaiana, 2021.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência.** Revista Katálisis, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016.

SANTANA, O. A. Evasão nas Licenciaturas das Universidades Federais: entre a apetência e a competência. **Educação. Revista do Centro de Educação,** v. 41, n. 2, p. 311-327, 2016.

SANTOS, J. T. (org.). **Cotas nas universidades: análise dos processos de decisão.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2012. Disponível em: <[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2012\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2012_JTSantos.pdf)>. Acesso em: 22 out. 2019.

SENKEVICS, A. S.; MELLO, U. M. **O perfil discente das universidades federais mudou pós-lei de cotas?.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 184-208, abr./jun. 2019.

SILVA, Maurício. **Cotas raciais na universidade brasileira e a ideologia da meritocracia.** Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1207-1221, jul./set. 2017.

VARGAS, H. M. **O SiSU na Berlinda: Presente e uma Provocação para o Futuro.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 35, e2105020, 2019.



## 9. DISCUSSÃO GERAL

Ao analisarmos de maneira geral os resultados produzidos por esta tese, que foram abordados no artigo e manuscrito apresentados, é possível constatar uma grande problemática relacionada à evasão e retenção que ocorre no ensino superior.

Essa problemática se agrava pela precariedade de informações em materiais, artigos e documentos norteadores. A tese, ao cumprir com seus objetivos, comprova a importância de pautar-se por políticas de ações afirmativas, haja vista que, a partir destas políticas complementadas com políticas de permanência, conseguiríamos fazer com que nossos educandos cotistas, de baixa renda ou não, concluíssem esta etapa de estudos, galgando espaços no que refere-se a uma ascensão social.

Identificamos que as vagas no ensino superior público, ofertadas em diferentes regiões, agregando a Lei de Cotas, acabaram por oportunizar o acesso a uma população desassistida e sem perspectiva de desenvolvimento econômico. A Universidade em estudo, permite um futuro esperançoso para reverter todo este processo.

O artigo, buscou compreender o que está sendo produzido em dissertações e teses que estão no banco de dados do BDTD, para termos uma noção da história da arte do tema. Onde abordamos o seguinte questionamento “quais são as dissertações e teses e como abordam a temática cotas, vinculada à evasão e retenção nos cursos de graduação na área da saúde, no Brasil, na década de 2010 a 2020?”. Então, após sua finalização notamos um número pequeno de pesquisas sobre o assunto. A relação existente entre cotas, evasão e retenção, mostra-se um tema importante, necessário para entender algumas ações educacionais na própria universidade.

No manuscrito, identificamos o número de alunos regulares ou não, e formandos, bem como as relações entre os alunos cotistas, no que diz respeito à influência na evasão e retenção.

Realizamos uma reflexão inicialmente sobre o SiSU, e suas mudanças, processo este percebido como uma ação afirmativa, onde consideramos de extrema importância, pois a partir deste processo, podemos inferir que o mesmo auxilia na democratização das vagas dentro das IES. Neste mesmo viés, historicismos o processo de mudança do SiSU ao longo dos anos. Ao buscar dados sobre os quatro cursos da área da saúde, Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia e Medicina, realizamos um levantamento qualitativo e quantitativo, onde encontramos dados para analisar a questão da evasão e retenção, de alunos cotistas e não cotistas.

Relatamos aqui a percepção de que os alunos cotistas, pudessem estar representando um maior número de evasão dentro da Universidade, acreditamos que devido a sua classe social, menos favorecida, pode contribuir para este fator. Bem como a relação com escola pública; percebemos que

o grau de ensino e aprendizagem não é equivalente com o sistema privado. E esta pesquisa nos demonstrou, que, evidencia-se isto, a partir do momento em que temos inúmeros alunos que evadem dos cursos, quando comparamos com os formandos.

Das comparações que realizamos, geralmente o número de evadidos, cotistas está acima dos estudantes não cotistas. Percebemos, que ocorre dentro dos cursos uma dificuldade em manter os seus alunos; perguntamo-nos se os alunos cotistas que permanecem na universidade, conseguem integralizar e concluir os cursos.

Esta investigação sobre o fenômeno evasão e retenção, em cursos da área da saúde, nos proporciona um maior conhecimento sobre o assunto, e percepção de o quanto é importante para a universidade, para a instituição, pensar estratégias para vencer essa evasão e retenção. Salientamos também que as propostas têm que ser estudadas localmente, pois cada realidade, cada cidade tem suas peculiaridades, estrutura social, ideias sociais, etc. Desejamos que mais estudos sobre o caso sejam realizados.

Relacionadas a estas propostas, gostaríamos aqui de sugerir algumas ações pontuais que podem auxiliar neste processo de minimização da retenção e evasão de alunos cotistas.

Criação de uma pró-reitoria, onde o foco esteja relacionado a questões de inclusão, social, racial, todo o tipo de inclusão, bem como o acompanhamento tanto das ações afirmativas, como de acessibilidade, física e online. Acreditamos que a partir do momento em que possamos ter uma pró-reitoria, tratando de assuntos com tamanha importância e demanda, e de maneira inexorável, entendendo a grande diversidade do ser humano, este processo auxiliará em um futuro aos alunos cotistas, e demais que se encaixem na observância e atenção desta pró-reitoria.

Outra ação que a Universidade poderia realizar, seria uma política de revisão de currículos, partindo do pressuposto que estes deveriam se tornar mais inovadores, atualizados com o mundo em que vivemos e de certa forma, flexível pedagogicamente. Permitindo assim, um melhor acompanhamento do educando, buscando uma relação no processo de ensino aprendizagem, que permita a ocorrência de uma aprendizagem significativa. Aliado a este, poderia ser ampliado e, revisto a política de assistência estudantil.

Em relação a uma possível revisão, ampliação das políticas de ação estudantil, observando principalmente aqueles estudantes que estão em situação de risco, ou em vulnerabilidade social, para que estes não venham nem a evadir, nem a desistir de sua formação acadêmica.

E, uma ação também importante como as demais citadas, seria a formação contínua dos servidores, professores, técnicos, comunidade acadêmica em geral, assim, fazendo com que o processo de inclusão, pedagógico, social, e o sentimento de pertença a Universidade, pulse mais forte, em especial nos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Com certeza, temos que avançar e continuar construindo pesquisas que abordem questões sociais, econômicas e políticas, que abarquem e influenciem o comportamento educacional. Esses dados destacam a relevância de pesquisas sobre as percepções.

## **10- CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Percebe-se o quanto o assunto evasão e retenção é importante, logo, procuramos com a tese buscar maneiras de compartilhar nossa angústia de ver tantos jovens, jovens adultos, evadirem e adiarem o sonho de concluir um curso superior, muitas vezes esbarrando em questões financeiras.

Constatamos que existe uma grande lacuna no que se relaciona a pesquisas sobre o tema, bem como no que relaciona a formação dos educandos com o número de evadidos, mostrando a necessidade de aperfeiçoar as políticas de afirmação com a política de permanência.

Ao longo desta tese de doutorado, buscamos dados bibliográficos, dados no sistema oficial de ingresso e registro dos acadêmicos da Unipampa – Campus Uruguaiana. Bem como em muitos momentos, realizamos diálogos com professores, funcionários e educandos da Universidade, mostrando a diversidade nos dados, e influenciando a afirmação da necessidade de abordar o tema evasão e retenção, em especial nos cursos de saúde.

Esta tese, ao versar sobre o fenômeno evasão e retenção, em cursos da área da saúde, se estabelece uma visão mais ampla sobre o assunto, permitindo que possamos pensar, quando educadores, em estratégias para buscar evitar esse processo de evasão e retenção. Reiteramos que as propostas devem ser locais, em virtude das peculiaridades de cada região do Brasil, peculiaridades como estrutura social, ideias sociais, entre outras. Desejamos que mais estudos sobre o caso sejam realizados.

Conclui-se portanto, que é fundamental repensar a forma como a evasão e retenção ocorre dentro do âmbito de alunos cotistas e não cotistas em nossas universidades. Para que possamos pensar estratégias de auxílio a nossos educandos e assim, nossas universidades, e promover uma educação mais equitativa.

## **11- PERSPECTIVAS**

Manter uma parceria com a Universidade para continuar o desenvolvimento da temática abordada na tese;

Promover debates, palestras na Universidade e escolas da região, proporcionando ferramentas para a conscientização da importância do ensino superior;

Colaborar com a Universidade na criação de um pró-reitoria, auxiliando nas reflexões e ações relacionados a questões raciais, sociais, levando em consideração aspectos econômicos, sociais e de acessibilidade.

Auxiliar em toda e qualquer ação da universidade sobre evasão, retenção e ações afirmativas, em prol principalmente daqueles estudantes que estão em situação de risco, ou em vulnerabilidade social

Colaborar com a educação superior no meio em que eu estiver inserido;

Auxiliar aos colegas do grupo de pesquisa, que por ventura possam vir a debater este assunto em suas pesquisas.

## 12- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, L. d. M. B. **A evasão discente no contexto da reestruturação universitária: o caso dos cursos de administração e ciências contábeis da Universidade Federal do Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Pólen Livros, 2018.

AMBIEL, R. A. M. **Construção da Escala de Motivos para Evasão do Ensino Superior.** Avaliação Psicológica, Campinas, 14(1), p. 41-52, 2015. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v14n1/v14n1a06.pdf>> . Acesso em: 26 abr. 2021.

ARANTES, Adlene S. & SILVA, Fabiana C. **História e cultura africana e afro-brasileira: repercussão da Lei 10.639 nas escolas municipais da cidade de Petrolina – PE** IN: AGUIAR, Marcia Angela da S.(ORG.) Educação e diversidade: estudos e pesquisas. Recife: Gráfica J. Luiz Vasconcelos Ed., 2009.

ARIOVALDO, T. C. de C.; NOGUEIRA, C. M. M. **Nova Forma de Acesso ao Ensino Superior Público: um Estado de Conhecimento sobre o Sistema de Seleção Unificada – SiSU.** Revista Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 4, n. 1, p. 152-174, jan./abr. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650683/17003>>. Acesso em: 09 fev. 2021.

ASSAD, L. **Cotas de acesso ao ensino superior ajudam a transformar a universidade pública.** Ciência e Cultura, Campinas, v. 65, n. 3, p. 6-8, 2013. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v65n3/a03v65n3.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Ausubel, D. P. (1976). **Psicología educativa. Un punto de vista cognoscitivo.** Ed. Trillas. México.

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. **Evasão e Avaliação Institucional no Ensino Superior: uma discussão bibliográfica.** Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 16, n. 2, p. 355-374, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v16n2/a07v16n2.pdf>> . Acesso em: 27 mar. 2021.

Barbosa, M, S,. **A perspectiva africana na História Geral da África** (Unesco). Tempo [online]. 2018, v. 24, n. 3 , pp. 400-421. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2018v240301>> . Acesso em: 6 jun 2021.

BARBOSA, Wilson do N.. **Cultura negra e dominação.** São Leopoldo: Unisinos, 2002

BARDAGI, M.; HUTZ, C. S. **Evasão universitária e serviços de apoio ao estudante: uma breve revisão da literatura brasileira**. *Psicologia Revista*, v. 14, n. 2, p. 279–301, 2005.

BARRETO, P. C. da S. **Gênero, Raça, Desigualdades e Políticas de Ação Afirmativa no Ensino Superior**. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, p. 39-64, jan./abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00039.pdf>> . Acesso em: 16 jan. 2021.

BELTRAMI, Ariete Nasulicz e (org.). **História: ensino fundamental anos finais**. Brasília: Edebê, 2020.

BEZERRA, T. O. C.; GURGEL, C. R. M. **A Política Pública de Cotas em Universidades, Enquanto Instrumento de Inclusão Social**. *Revista Pensamento & Realidade*, São Paulo, ano XV, v. 27, n. 2, p. 95-117, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pensamentorealidade/article/view/12650/9213>> . Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em: 23 mar. 2021

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2001.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)> Acesso em: 16 de mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº. 11.645** de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília, DF, 2008.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2012/Lei/L12711.htm)>  
Acesso em: 16 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013b**. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e no 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. **A democratização e expansão da educação superior no país: 2003 – 2014**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192)> . Acesso em: 23 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo Técnico – Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portal\\_ideb/planilhas\\_para\\_download/2019/resumo\\_tecnico\\_ideb\\_2019\\_versao\\_preliminar.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2019/resumo_tecnico_ideb_2019_versao_preliminar.pdf)>. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de Janeiro de 2010**. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada, sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação, para seleção de candidatos a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas de educação superior dele participantes. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2704-sisuportarianormativa2&Itemid=30192)>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de Dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Seminário Nacional sobre Escassez, Provimento e Fixação de Profissionais de Saúde em Áreas Remotas de Maior Vulnerabilidade**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012e. Disponível em:



<[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seminario\\_escassez\\_profissionais\\_areas\\_remotas.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seminario_escassez_profissionais_areas_remotas.pdf).

Acesso em: 15 mar 2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Superior. **Comissão Especial de Estudos sobre a Evasão nas Universidades Públicas Brasileiras**. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC. 1997. Disponível em:

<[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=24676](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=24676)>. Acesso em: 27 mai. 2019.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **O racismo sutil por trás das palavras**. Brasília: Sejus, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 492 de 05 de agosto de 2009**. Promulga a convalidação dos atos de criação dos cursos de graduação pelas Universidades tutoras, em 2006, e convalidação dos estudos nesses cursos realizados.

BRASIL. **Portaria nº 937 de 2 dezembro de 2015**. Autorização de funcionamento do curso de Medicina da UNIPAMPA. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=13&data=03/12/2015> .

Acesso: 02 jun 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234, de 19 de Julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm)> . Acesso em: 14 mai. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.824**, de 11 de Outubro de 2012. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm)>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.034**, de 20 de abril de 2017. Altera o Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, que regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/D9034.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9034.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRITO, M. I. d. L. **Implementação do reuni na UnB (2008–2011):** limites na ampliação de vagas e redução da evasão. 2013.

BURKE, P. **Hibridismo cultural.** São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2003.

CARDOSO, C. F.. O Egito Antigo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. D. **Desigualdade de Oportunidades ao Acesso ao Ensino Superior no Brasil:** Uma Comparação entre 2003 e 2013. *Economia Aplicada*, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 369-396, 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-80502015000200369](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502015000200369)>. Acesso em: 25 fev. 2021.

CHAGAS, W.. **História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica da Paraíba.** *Educação & Realidade* [online]. 2017, v. 42, n. 1, pp. 79-98. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-623661125>>. Acesso em 13 jun. 2021.

CHASSOT, Attico. **A ciência é masculina? É sim senhora.** Santa Cruz do Sul: Ed. Unisinos, 5ª Ed. 2011.

CHASSOT, Attico. **Educação consciência.** Santa Cruz do Sul: Ed. Unisc, 2010.

CHIAVENATO, Júlio José. **O negro no Brasil: da senzala à abolição.** 1ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2002.

CIRANI, C. B. S.; CAMPANARIO, M. de A.; SILVA, H. H. M. da. **A evolução do ensino da pós-graduação senso estrito no Brasil:** análise exploratória e proposições para pesquisa. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), v. 20, n. 1, p. 163-187, mar. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/aval/v20n1/1414-4077-aval-20-01-00163.pdf>> . Acesso em: 13 mai. 2021.

COLVERO, Ronaldo Bernardino. **“Capitalismo na Campanha: O caso de Uruguaiana.”** Hífen, nº47/48 PUCRS: Uruguaiana, 2001.

CONRAD, Robert E.. **Tumbeiros:** O tráfico de escravos para o Brasil. 1ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

CROSSETTI, Vanda. **O escravismo no Rio grande do Sul** – século XIX. In: QUEVEDO, Júlio. Rio Grande do Sul: quatro séculos de história. 1ª Ed. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1999. 166-173.

CUNHA, Lázaro. **O negro e a ciência, uma questão de identidade e cidadania**. Ciência e Cultura Agência de notícias em C & T. 2011 Disponível em: <http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/opiniao/o-negro-e-a-ciencia-umaquestao-de-identidade-e-cidadania> . Acesso em 17 jun. 2015.

CUNHA, A. M.; TUNES, E.; SILVA, R. R. d. **Evasão do curso de química da universidade de Brasília: a interpretação do aluno evadido**. Química Nova, SciELO Brasil, v. 24, n. 1, p. 262–280, 2001.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J. **Políticas da igualdade racial no ensino superior**. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-44, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/cdf/article/view/14229/10769> . Acesso em: 18 mar. 2021.

DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. **Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 302-327, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v43n148/15.pdf> . Acesso em: 03 mai. 2021.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wpcontent/uploads/2014/12/dudh.pdf> . Acesso em: 26 mar. 2021.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia brasileira: economia e diversidade**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Moderna, 1997.

FELICETTI, V. L.; FOSSATTI, P. **Alunos prouni e não prouni nos cursos de licenciatura: evasão em foco**. Educar em Revista, Universidade Federal do Paraná, n. 51, p. 265–282, 2014.

FILHO, R. L. L. S. et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de pesquisa, SciELO Brasil, v. 37, n. 132, p. 641–659, 2007.

FONSECA, J. J. S da. **Metodologia da pesquisa científica**. Apostila. Universidade Federal do Ceará (UECE), 2002. 127p. Disponível em:

<<http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-20121/1SF/Sandra/apostilaMetodologia.pdf>>

Acesso em: 8 fev. 2021.

FREIRE, Paulo. **Amílcar Cabral o Pedagogo da Revolução**. Palestra proferida para o curso de Mestrado em Educação da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 8 nov. 1985.

FURTADO, V. V. A.; ALVES, T. W. **Fatores determinantes da evasão universitária: uma análise com alunos da Unisinos**. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 10, n. 2, 2012.

GAIOSO, N. d. L. **O fenômeno da evasão escolar na educação superior no Brasil**. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2009.

GOMES, M. J.; MONTEIRO, M.; DAMASCENO, A. M.; ALMEIDA, T. J. S. **Evasão Acadêmica no Ensino Superior: Estudo na Área da Saúde**. Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde/Brazilian Journal of Health Research, [S. l.], v. 12, n. 1, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/278>. Acesso em: 13 mai 2021.

GONZÁLEZ, L. et al. **Repitencia y deserción universitaria en américa latina**. Versión electrónica], en Informe sobre la Educación superior en América Latina y el Caribe, v. 2005, 2000.

GUARNIERI, F. V.. e MELO-SILVA, L. L.. **Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica**. Psicologia Escolar e Educacional [online]. 2017, v. 21, n. 2, pp. 183-193. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>>. Acesso em 06 jun 2021.

HAAS, C. M.; LINHARES, M. **Políticas públicas de ações afirmativas para ingresso na educação superior se justificam no Brasil?**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v93n235/15.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

HENRIQUES, R. M. **Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90**. Texto para discussão n. 807. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 12/03/2021

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla- São Paulo. 2013. Editora Martins Fontes, 2013.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**: Brasil – 2015.. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso: 10 mar 2021.

JÚNIOR, N. d. S. M.; CABELLO, A. F.; HOFFMANN, V. E. **A evasão aparente entre engenharias sob a ótica da análise de redes sociais**. Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 11, n. 4, p. 210–230, 2018.

KOZELSKI. A. C.; HAMMERSCHMIDT, S. **Políticas Públicas: Recurso ou Solução para Evasão Universitária?** Revista online de Política e Gestão Educacional, Araraquara, n. 6, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9241/6123>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU/EDUSP, 1987.

LAGO, R. D., **Demografia escrava e o impacto das leis abolicionistas no Espírito Santo (1850-1888)**. Almanack [online]. 2018, n. 19, pp. 119-166. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2236-463320181904>> Acesso em 06 jun 2021.

LAMERS, J. M. de S.; DOS SANTOS, B. S.; TOASSI, R. F. C. **Retenção e Evasão no Ensino Superior Público: Estudo de Caso em um Curso Noturno de Odontologia**. Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 33, e154730, 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982017000100108&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=2&script=sci_arttext&pid=S0102-46982017000100108&lng=en&tlng=en)>. Acesso em: 28 fev. 2021.

LOBO, M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções**. Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Cadernos, v. 25, 2012.

LUZ, J. N. N.; VELOZO, T. C. M. A. **Sistema de Seleção Unificada (SiSU): refletindo sobre o processo de seleção**. Revista Educação e Fronteiras On-Line, Dourados, v. 4, n. 10, p. 68-83. 2014. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3649>> . Acesso em: 23 mar. 2021.

MACEDO, JR., org. **Desvendando a história da África** [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, 240 p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>. Acesso em 10 jun 2021.

- MAESTRI, Mário. **O escravismo antigo**. 17<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora Atual, 1998.
- MANDELA, Nelson. **O longo caminho para a liberdade**, vol. I e II. Alta Life. 1994.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.
- MARQUES, A. C. H.; CÊPEDA, V. A. **Um Perfil Sobre a Expansão do Ensino Superior Recente no Brasil: Aspectos Democráticos e Inclusivos**. Revista Perspectivas, São Paulo, v. 42, p. 161-192, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/5944/4519>> . Acesso em: 14 mai. 2021.
- MARQUESE, R. B.. **A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX**. Novos estudos CEBRAP [online]. 2006, n. 74, pp. 107-123. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>>. Acesso em 06 jun 2021.
- MARTINEZ, Paulo. **África e Brasil: uma ponte sobre o Atlântico**. 1<sup>a</sup> Ed. São Paulo: Editora Moderna, 2000.
- MARTINS, G. de A. **Estatística Geral e Aplicada**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MAYORGA, C.; DE SOUZA, L. M. **Ação Afirmativa na Universidade: a permanência em foco**. Revista Psicologia Política, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 263-281, mai./ago. 2012. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2012000200006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2012000200006)>. Acesso em: 16 mar. 2021.
- MEIRELES, R. S.. **Fatores causais da evasão e retenção universitária: uma análise nos cursos de licenciatura da Universidade de Brasília no período de 2002 até 2018**. 2019. 53 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. **O estudo de caso como estratégia de investigação em educação**. EduSer-Revista de educação, Bragança (Portugal), v. 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://www.eduser.ipb.pt/index.php/eduser/article/view/24/27>> . Acesso em: 12 jun. 2021.
- MOHR, A. **Análise do conteúdo de 'saúde' em livros didáticos**. Ciência e Educação, v. 6, p. 89-106. 2000.
- MONTAÑO, C. **Pobreza, 'questão social' e seu enfrentamento**. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 110, p. 270-287, abr./jun. 2012. Disponível em: <

[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000200004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200004)>. Acesso em: 04 nov. 2019.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MOORE, Carlos. **A África que Incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro**. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOURA, D. H.; SILVA, M. dos S. **A evasão no curso de licenciatura em geografia oferecido pelo Cefet-RN**. HOLOS, v. 3, p. 26–42, 2007.

NAGAI, N. P.; CARDOSO, A. L. J. **A evasão universitária: Uma análise além dos números**. Revista Estudo & Debate, v. 24, n. 1, 2017.

Nogueira, C. M. M. et al. **Prmoessas e limites: O SiSU e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais**. Educação em Revista [online]. 2017, v. 33. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-4698161036>>. Acesso em 08 jun 2021.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. Psicologia USP. Vol. 17, n. 1, p. 89-98, 2006.

PAIVA, A. R. **Cidadania, Reconhecimento e Ação Afirmativa no Ensino Superior**. Civitas, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 127-154, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/23251/14118>> . Acesso em: 02 mai. 2021.

PASSOS, G. de O.; GOMES, M. B. **A Instituição da Reserva de Vagas na Universidade Pública Brasileira: os Meandros da Formulação de uma Política**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 85, p. 1091-1114, out./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40362014000400010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362014000400010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)> . Acesso em: 22 mar. 2021.

PAVÃO, Antonio Carlos. Ensinar Ciências fazendo Ciência, por uma revolução pedagógica. In: RIBEIRO, Paula. MAGALHÃES, Joanalira. (Org.) Ensino de Ciências: outros olhares, outras possibilidades. Rio Grande: FURG, 2014. p. 23-32.

PEIXOTO, A. de L. A. et al. **Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: um estudo a partir dos coeficientes de rendimento**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 569-592, jul. 2016.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v21n2/1982-5765-aval-21-02-00569.pdf>> . Acesso em: 27 mai. 2021.

PEREIRA, A. S. **Retenção Discente nos Cursos de Graduação Presencial da UFES**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública. Mestrado em Gestão Pública. Vitória/ES, 2013. Disponível em: <[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_6638\\_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Alexandre%20Severino.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_6638_Disserta%E7%E3o%20Final%20-%20Alexandre%20Severino.pdf)> . Acesso em: 03 mai. 2021.

PEREIRA, Marcia. SILVA, Neide. **Livros didáticos da Rede Estadual da Educação (São Paulo): A Educação de jovens e adultos e a lei 10.639/03..** Revista Ciências Humanas, Brasil, Vol. 7, Nº 1. 2014.

PITTELLA, Feliipe Salermo. **O impacto da política nacional de cotas nos cursos de Ciência da Natureza e Educação Física da Universidade Federal do Pampa - Campus Uruguaiana: uma análise sobre evasão e retenção.** 2021. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação em Ciências, Unipampa, Uruguaiana, 2021.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Acompanhando a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: subsídios iniciais do Sistema Nações Unidas no Brasil sobre a identificação de indicadores nacionais referentes aos objetivos de desenvolvimento sustentável/** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: PNUD, 2015. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda-2030.html> Acesso em 10 abr 2021.

QUEVEDO, Júlio (Org.). **Rio Grande do Sul: 4 séculos de história.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

ROSA, C. de M. **Princípios de Justiça nas Ações Afirmativas para Acesso à Educação Superior.** Educação: Teoria e Prática, Rio Claro/SP, v. 27, n. 55, p. 227-243, mai./ago. 2017. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/10399/8227>> . Acesso em: 17 mai. 2021.

ROSSETTO, C. B. de S.; GONÇALVES, F. de O. **Equidade na educação superior no Brasil: uma análise multinomial das políticas públicas de acesso.** Dados-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 791-824, 2015. Disponível em:



<<http://www.scielo.br/pdf/dados/v58n3/0011-5258-dados-58-3-0791.pdf>> . Acesso em: 29 mar. 2021.

RUPPENTHAL, Raquel e SCHETINGER, Maria Rosa Chitolina. **O sistema respiratório nos livros didáticos de ciências das séries iniciais: uma análise do conteúdo, das imagens e atividades**. Ciênc. educ. (Bauru) [online], vol.19, n.3, pp. 617-632. 2013.

SALINAS, Samuel Sérgio. **Do feudalismo ao capitalismo: transições**. 19ª Ed. São Paulo: Editora Atual, 2000.

SANTOS, J. T. D.; QUEIROZ, D. M. **O impacto das cotas na Universidade Federal da Bahia (2004-2012)**. In: SANTOS, J. T. (Org.). O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012). Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, p. 37-65, 2013. Disponível em: <[http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao\\_livro\\_2013\\_JTSantos.pdf](http://www.redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ceao_livro_2013_JTSantos.pdf)>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SCHÖRMER, Ancelmo. **Preconceito, discriminação e criminalização: Jaraguá do Sul (SC) entre “nós” e os “outros”**. Revista Espaço Plural, Brasil, Vol. 9, Nº 18. 2008. .

SILVA, André Marcos Paula e. **História e cultura: Afro-brasileiras**. 2ª Ed. Pinhais: Editora Expoente, 2008.

SILVA, Maurício. **Cotas raciais na universidade brasileira e a ideologia da meritocracia**. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1207-1221, jul./set. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/21944/21085>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SILVA, Petronilha B. G. **Aprender, ensinar e relações etnicorraciais no Brasil**. In: FONSECA, Marcus. et al. Relações etnicorraciais e Educação no Brasil. 1ª Ed. Belo Horizonte: Maza Edições, 2011. 11-38.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, A. de; LAMOUNIER, B. **O futuro da democracia: cenários político-institucionais até 2022**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 43-60, jan./abr. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v20n56/28626.pdf>> . Acesso em: 10 abr. 2021.

SOUZA, Â. R.. **A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando?** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 355-367, jul./dez. 2014.

SOUZA, Marina de Mello. **África e Brasil africano**. São Paulo: Editora Ática, 2006.

SPENCER, H. **The Social Organism**. In: \_\_\_\_\_. Essays: Scientific, Political and Speculative. London: Routledge/Thoemes Press, 1996[1891]. v. 1.

TOUBIA, A. A. T.; LIMA, P. G. **Ações afirmativas na educação: os avanços na realidade brasileira na perspectiva da universidade para todos**. Laplage em Revista, Sorocaba, v. 1, n. 3, p. 118-129, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.laplageemrevista.ufscar.br/index.php/lpg/article/view/104/391>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **2014-2018: Plano de Desenvolvimento Institucional**. 2013. Disponível em: <[http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71\\_2014-PDI.pdf](http://porteiros.r.UNIPAMPA.edu.br/portais/consuni/files/2010/06/Res.-71_2014-PDI.pdf)> . Acesso em: 21 abr 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários**, 2019. Página inicial. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/praec/>>. Acesso em: 25 mai 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem do Campus Uruguaiana**, 2019. Disponível em: <[http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/145/6/PPC\\_Enfermagem.pdf](http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/145/6/PPC_Enfermagem.pdf) >. Acesso em: 15 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Farmácia do Campus Uruguaiana**, 2019. Disponível em: <[http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/146/7/PPC\\_Farm%c3%a1cia\\_Uruguaiana.pdf](http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/146/7/PPC_Farm%c3%a1cia_Uruguaiana.pdf) >. Acesso em: 15 mai 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Fisioterapia do Campus Uruguaiana**, 2020. Disponível em: <[http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/816/9/PPC\\_%20Fisioterapia\\_Uruguaiana.pdf](http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/816/9/PPC_%20Fisioterapia_Uruguaiana.pdf) >. Acesso em: 15 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Projeto Pedagógico do Curso de Medicina do Campus Uruguiana**, 2019. Disponível em: <[http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/815/7/PPC\\_Medicina\\_Uruguiana.pdf](http://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/815/7/PPC_Medicina_Uruguiana.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. **Relatório Integrado de Gestão do Exercício de 2019**. Bagé, 2020. Disponível em: <<https://sites.unipampa.edu.br/proplan/files/2020/09/1relatorio-integrado-de-gestao-2019-c.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2021.

VALENTE, Ana Lúcia E.F.. **Ser negro no Brasil hoje**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Moderna. 2002.

VARGAS, H. M. **O SiSU na Berlinda: Presente e uma Provocação para o Futuro**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 35, e2105020, 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e215020.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2021.

VERRANGIA, Douglas. E SILVA, Petronilha. **Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de ciências**. Educação e Pesquisa. Nº 3. V, 36. P. 705-718, set-dez. 2010.

VILLAR, Andressa Maria; ASSIS, Ricardo Fontes de. **História: ensino médio**. Brasília: Edebê, 2013.